

SUMÁRIO EXECUTIVO

**Módulo 1 – Diagnóstico do Agronegócio
Fluminense**

SISTEMA FIRJAN / SISTEMA FAERJ / SENAR-RIO

Produto 01

11 de setembro de 2022

FICHA TÉCNICA

Contratante	SISTEMA FIRJAN / SISTEMA FAERJ / SENAR-RIO
Contratada	Fundação Getulio Vargas
Coordenadora Geral	Cecilia Fagan Costa
Coordenador Adjunto	Felippe Cauê Serigati

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PONTOS PARA REFLEXÃO	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

SUMÁRIO EXECUTIVO

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹, em 2019, o Brasil apresentava-se como a nona economia do planeta, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,88 trilhão, ficando à frente de importantes nações, como Canadá, Rússia, Coreia do Sul, Espanha e Austrália. Ao desagregar o PIB brasileiro entre as Unidades da Federação do país, o Rio de Janeiro se destaca como o segundo estado com a maior contribuição direta para o PIB nacional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)²: 10,6% do total (US\$ 199,28 bilhões ou R\$ 779,93 bilhões) – ficando atrás somente do estado de São Paulo, com participação de 31,8%.

Apesar da relevância do estado do Rio de Janeiro para a economia brasileira, o agronegócio fluminense tem uma participação mais modesta dentro deste setor do país. Isto é, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea)³, a estimativa do PIB do agronegócio do Rio de Janeiro, em 2020, foi de R\$ 32,5 bilhões, representando apenas 1,67% do total do setor considerando o Brasil inteiro.

Vale destacar que ao considerar apenas as atividades agropecuárias (ou seja, uma parte do agronegócio), a relevância do Rio de Janeiro é ainda menor dentro do país. Nesse sentido, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2021, do R\$ 1,1 trilhão gerado pelas atividades agropecuárias (Valor Bruto da Produção Agropecuária – VBPA)⁴, o Rio de Janeiro respondeu por apenas R\$ 3,7 bilhões (ou apenas 0,3% do Brasil) – correspondendo a nona Unidade da Federação com menor participação no total do Brasil (Gráfico I).

Certamente, uma possível explicação para essa limitada participação do Rio de Janeiro na agropecuária e no agronegócio brasileiro é a menor área total desse estado. A título de comparação, enquanto o Mato Grosso, a Unidade da Federação com maior VBPA (15,8% do total), tem uma área total de 903,2 mil km² (10,6% da área territorial brasileira), o estado do Rio de Janeiro possui uma dimensão bem menor: 43,8 mil km² (0,5% da área do Brasil).

¹ Dados disponíveis em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October>>.

² Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>.

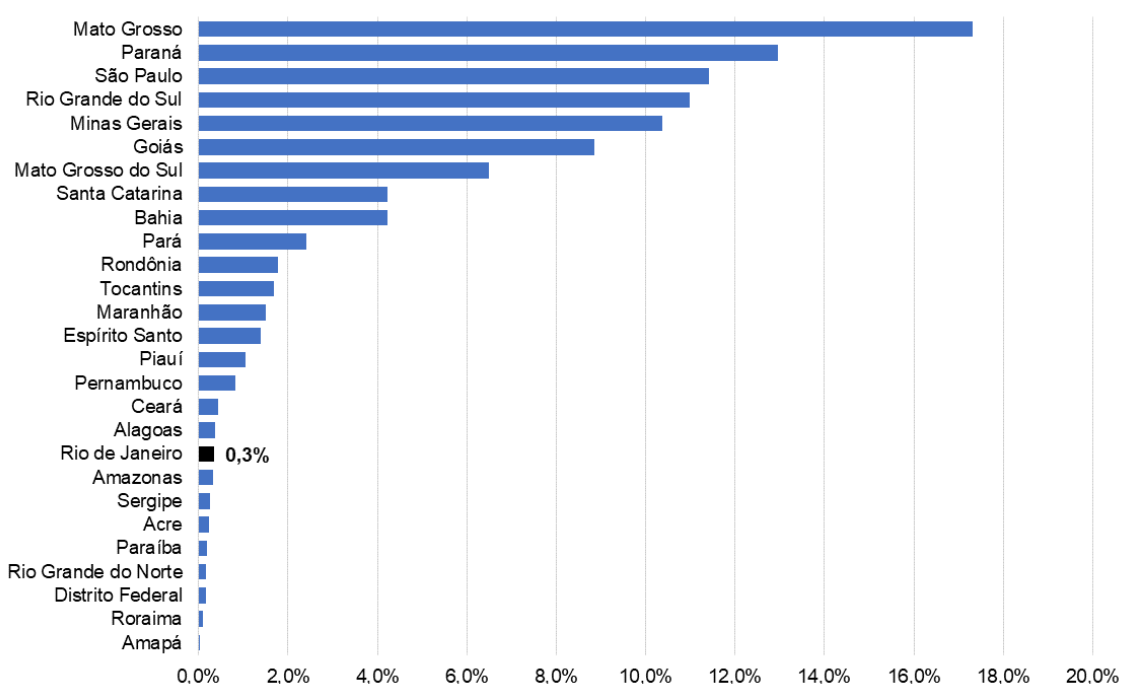
³ Estudo disponível em: <

https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relat%C3%B3rio%20do%20Agroneg%C3%B3cio%20do%20Rio%20de%20Janeiro_FINAL_dez21.pdf>

⁴ Dados disponíveis em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-do-rio-de-janeiro.aspx>>.

Todavia, essa explicação não conta toda a história, pois Unidades da Federação com áreas relativamente semelhantes, como o estado do Espírito Santo (46,1 mil km²), geram uma produção agropecuária mais expressiva (1,4% do total) do que a fluminense.

Gráfico I – Valor bruto da produção agropecuária, por Unidade da Federação (participação no total do Brasil) – 2021



Fonte: MAPA.

Diante disso, o questionamento imediato que se apresenta é: por que o agronegócio fluminense tem uma participação modesta no cenário nacional, se o estado do Rio de Janeiro é uma das principais economias do país e, mesmo Unidades da Federação com algumas características semelhantes, como o estado do Espírito Santo, respondem por uma fração maior do valor produzido pelo universo agro brasileiro? Nessa direção, este estudo se propõe a responder duas questões principais:

- i. Quais são as principais características do agronegócio fluminense?; e
- ii. Como ele se insere no agronegócio brasileiro?

Dessa forma, para responder essas perguntas, esse trabalho buscará mapear as principais características do agronegócio do estado do Rio de Janeiro por meio de fontes de dados

oficiais e gratuitas. Porém, antes de prosseguir, é importante ressaltar que, como os números mais recentes certamente estarão “contaminados” com as distorções causadas pela pandemia de Covid-19 que atingiu o Brasil e o mundo a partir de 2020, esse mapeamento buscará identificar as características mais estruturais do setor e, a partir da disponibilidade da atualização dos dados, de que forma o agronegócio fluminense incorporou os choques gerados pela Covid-19 e passou por todas as turbulências geradas pela crise sanitária.

ATIVIDADE PRIMÁRIA

Para analisar a atividade primária do Rio de Janeiro, foram consideradas as informações de seis pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE): a Produção Agrícola Municipal (PAM), a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), Pesquisa Trimestral do Leite, Produção de Ovos de Galinha (POG), Pesquisa Trimestral do Abate de Animais e Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

Atividade Primária: Agricultura

Em termos de produção agrícola, de que forma a área plantada está alocada?

Em 2020, de acordo com a PAM, o Rio de Janeiro teve 110,5 mil hectares de área plantada, correspondendo a apenas 0,1% do total do Brasil (Gráfico II). Ou seja, a participação fluminense dentro da área plantada do país é baixa, correspondendo à quarta Unidade da Federação com menor relevância nacional, ficando à frente somente de Roraima, Acre e Amapá.

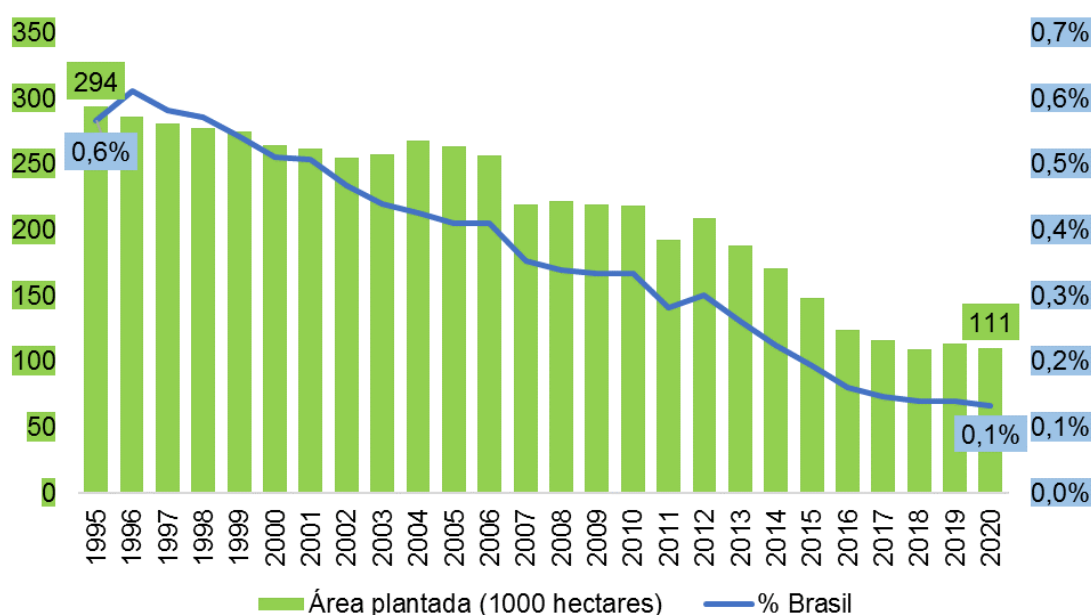
Vale ressaltar, no entanto, que a baixa representatividade do estado em termos de área plantada é, de certa forma, esperada, uma vez que o Rio de Janeiro é o quarto menor território do país, sendo maior apenas que Alagoas, Sergipe e Distrito Federal. Além disso, apenas 9,5% do território fluminense está ocupado por estabelecimentos com a atividade agrícola⁵, sendo que, em outras Unidades da Federação, com expressiva importância na atividade, a representatividade é bem maior, como é o caso do Rio Grande do Sul, Paraná,

⁵ Estimativa realizada através da relação entre área dos estabelecimentos agrícolas do Censo Agropecuário 2017 (do IBGE) e área territorial do estado do Rio de Janeiro (também do IBGE, para 2021). Para essa estimativa, foi adotada a suposição de que a área total dos estabelecimentos agrícolas fluminenses se manteve constante entre 2017 e 2021.

São Paulo e, até mesmo, do Espírito Santo – este último, apesar de ter um território similar ao do Rio de Janeiro, tem sua área com estabelecimentos agrícolas respondendo por mais de 30% do território do estado. Dessa forma, constata-se que, em termos de representatividade da área com atividade agrícola no total do estado, o Rio de Janeiro se assemelha com as seguintes Unidades da Federação: Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e Tocantins – porém, é importante destacar que, até mesmo esses estados tiveram, em 2020, uma área plantada maior do que a fluminense.

Entre 1995 e 2020, observa-se que houve uma perda da relevância do Rio de Janeiro, derivada tanto da queda na área plantada do Rio de Janeiro (-62,4%) quanto do aumento da área plantada no Brasil como um todo (60,8%) (Gráfico II).

Gráfico II – Evolução da área plantada nas atividades agrícolas no Rio de Janeiro – 1995 a 2020 (mil hectares e participação no total do Brasil)



Fonte: IBGE.

Em 2020, do total de 110,5 mil hectares de área plantada no Rio de Janeiro, 28,0% estava no município de Campos dos Goytacazes e 20,5% em São Francisco de Itabapoana – ou seja, quase metade da área plantada estava em apenas dois municípios.

Considerando os produtos produzidos no Rio de Janeiro, nota-se que a cana de açúcar representa quase metade da área plantada (48,4%), sendo que os principais municípios produtores são Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana – juntos representam mais de 83% da área plantada com cana do estado. Em seguida estão o café arábica (11,2% da área fluminense), a mandioca (10,6%) e a banana (8,5%).

Porém, é importante ressaltar que embora sejam importantes em termos de área plantada do Rio de Janeiro, a área destinada a esses produtos corresponde a uma parcela baixa da área plantada brasileira, não passando de 2,1%, no caso desses principais produtos.

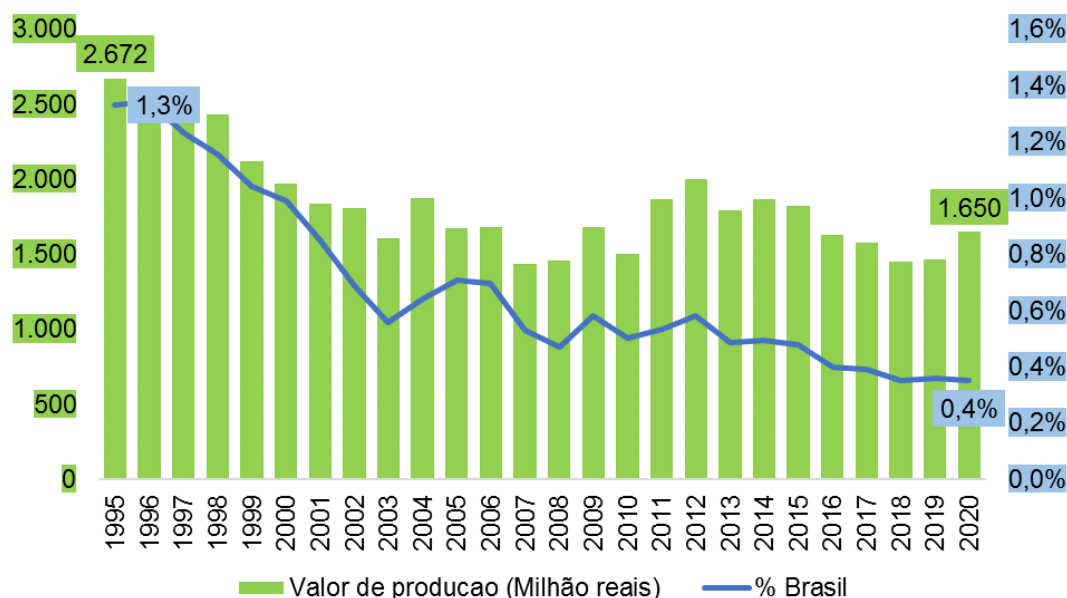
O abacaxi, por sua vez, apesar de não ser muito relevante em termos de área plantada no Rio de Janeiro (4,1% do total), corresponde a 7,0% da área plantada do país com esse produto, sendo, portanto, o bem agrícola mais importante em termos de representatividade nacional e o estado fluminense é a quinta Unidade da Federação mais relevante. O principal município do Rio de Janeiro em área plantada de abacaxi é São Francisco de Itabapoana, correspondendo a mais de 87% da área plantada com abacaxi do estado.

Em termos de produção agrícola, qual é o valor de produção obtido?

A área plantada do Rio de Janeiro, em 2020, correspondeu a R\$ 1,6 bilhão de valor de produção, correspondendo a 0,4% do total brasileiro (Gráfico III). Isto é, a atividade agrícola fluminense, além de ter baixa representatividade na área plantada do país, tem reduzida relevância para o valor de produção nacional, correspondendo à sétima Unidade da Federação com menor valor de produção agrícola, ficando à frente somente de Amazonas, Paraíba, Distrito Federal, Roraima, Acre e Amapá. Nesse sentido, é relevante destacar que, com exceção da Paraíba, entre os estados com maior similaridade territorial com o Rio de Janeiro para a agricultura (Rio Grande do Norte, Maranhão e Tocantins), e mais semelhante em termos de área total (Espírito Santo), o estado fluminense foi o que representou a menor proporção de valor de produção agrícola do país.

Ao longo do tempo, indo de encontro com a queda da área plantada, o valor real de produção também contraiu, em 38,2%, uma vez que, em 1995, correspondia a R\$ 2,7 bilhões e correspondia a 1,3% do valor total de produção agrícola do Brasil (Gráfico III). Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que houve redução, em termos reais, do valor de produção fluminense, o brasileiro cresceu 134,6%, entre 1995 e 2020.

Gráfico III – Evolução do valor de produção das atividades agrícolas no Rio de Janeiro – 1995 a 2020 (R\$ milhão – valores reais de 2020 – e participação no total do Brasil)



Fonte: IBGE.

Considerando o valor de produção, o município São Francisco de Itabapoana tem a maior participação do estado, correspondendo a 23,0% do total. Ou seja, apesar de ser o segundo município em termos de área plantada, é o mais relevante em termos de valor de produção. A cidade de Campos dos Goytacazes, por sua vez, apesar de ser o principal município em termos de área plantada (correspondendo a 28,0% do Rio de Janeiro), representa apenas a 7,8% do valor de produção do estado.

Em termos de valor de produção, a cana é o produto mais importante para a produção agrícola do Rio de Janeiro. Contudo, assim como no caso da área plantada, é pouco representativo no total do Brasil, correspondendo a apenas 0,7% do valor de produção da cana no país.

O tomate é o segundo produto mais importante para a atividade agrícola fluminense considerando o valor de produção, representando 19,8% do valor de produção do estado e, além disso, corresponde a 5,4% do valor de produção desse produto no Brasil, sendo o segundo produto mais relevante em termos nacionais, ficando atrás somente do abacaxi.

Por fim, a produção do Rio de Janeiro de abacaxi representa 6,6% do valor de produção nacional (quinto principal estado nesse quesito), sendo o principal produto fluminense para o país e corresponde ao terceiro principal produto do estado, sendo responsável por 9,3% do valor de produção do Rio de Janeiro.

Em termos de volume de produção agrícola, quais são os produtos mais importantes?

Em termos de quantidade produzida, o abacaxi é o produto fluminense com mais relevância nacional, uma vez que representa 8,8% da produção brasileira, sendo a quarta Unidade da Federação com maior participação no total. Conforme já foi observado, apenas seis municípios produzem abacaxi no estado do Rio de Janeiro, sendo que o mais importante deles, em termos de quantidade produzida, é São Francisco de Itabapoana, responsável por 89,2% da produção fluminense de abacaxi. Os municípios de São João da Barra (7,3%) e Campos dos Goytacazes (3,3%) também são importantes, porém, em proporções bem menores.

A produção de goiaba e tomate também tem alguma importância em termos nacionais, representando, cada um, 4,2% da quantidade produzida no país.

Ao longo dos anos, observa-se um expressivo ganho de participação do abacaxi fluminense no total produzido pelo Brasil, uma vez que, em 1995, representava apenas 2,6% da quantidade produzida total. Esse ganho de participação fluminense foi derivado da expansão bem maior da produção do Rio de Janeiro (485,3%, entre 1995 e 2020) do que a do Brasil como um todo (72,2%). Para a goiaba, o estado fluminense também ganhou relevância (de 1,5% para 4,2%). Porém, o tomate, ao contrário, perdeu importância ao longo do tempo, uma vez que, em 1995, era o principal produto do Rio de Janeiro em termos nacionais, correspondendo a 6,6% da quantidade produzida brasileira. A perda de participação ocorreu, pois, ao mesmo tempo em que a quantidade produzida de tomate aumentou no país (38,3%), ela diminuiu no Rio de Janeiro (12,5%)

Em termos de produção agrícola e comparado com a média das Unidades da Federação, como se posiciona a produtividade das principais culturas fluminenses?

Os produtos para os quais o Rio de Janeiro tiveram, em 2020, produtividade maior que a média nacional são: coco-da-baía, abacaxi, goiaba.

No caso do coco-da-baía, a produtividade da produção fluminense foi 73% maior do que a brasileira. Com isso, corresponde à quarta Unidade da Federação mais importante do país, nesse quesito, ficando atrás apenas de Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais. Considerando os municípios fluminenses, os com maiores produtividades na produção de coco-da-baía são: São Pedro da Aldeia, Guapimirim, Araruama e São João da Barra – todas essas cidades têm produtividade igual ou superior a 23 toneladas por hectare.

Em relação ao abacaxi, em 2020, a produtividade da produção fluminense foi 25% maior do que a brasileira. Dessa forma, para esse produto, o estado do Rio de Janeiro é o terceiro mais importante do país em termos de produtividade, ficando atrás apenas do Distrito Federal e do Paraná. Os municípios fluminenses com maiores produtividades na produção de abacaxi são: São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

A goiaba, por sua vez, teve, no Rio de Janeiro, uma produtividade média 7% maior do que a brasileira, correspondendo a quarta Unidade da Federação com maior produtividade desse produto, ficando atrás apenas de Pernambuco, São Paulo e Paraná. Os principais municípios fluminenses em produtividade da goiaba são Cachoeiras de Macacu, Bom Jardim e Nova Friburgo.

Para a produção de tomate, café arábica, mandioca, limão, cana, banana e laranja, a produtividade média fluminense, em 2020, foi menor do que a da produção brasileira. Apesar disso, para as produções de tomate e café arábica, o estado do Rio de Janeiro está entre as seis Unidades da Federação com maiores produtividades.

Entre 1995 e 2020, no Rio de Janeiro, a produtividade da produção de goiaba contraiu em uma intensidade menor (-55,1%) do que a média do país (-84,0). No entanto, para todos os demais produtos, a produtividade fluminense evoluiu pior do que a brasileira, isto é, ou cresceu menos, no período, ou caiu mais

Em resumo: A produção agrícola do Rio de Janeiro corresponde a apenas uma pequena parcela da atividade brasileira, representando apenas 0,1% da área plantada e 0,4% do

valor da produção do país, estando entre as Unidades da Federação com menor relevância nacional. Essa representatividade, vale ressaltar, sempre foi baixa, porém, diminuiu ainda mais ao longo do tempo. É importante destacar, no entanto, que a baixa relevância do estado em termos agrícola é, de certa forma, esperada, uma vez que, de acordo com o IBGE, o Rio de Janeiro é quarto menor território do país, sendo maior apenas que Alagoas, Sergipe e Distrito Federal. Além disso, no Rio de Janeiro, os estabelecimentos agrícolas corresponderam a apenas 9,5% da área territorial do estado.

Os mais relevantes municípios do estado, em valor da produção agrícola, foram, em 2020: São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes.

Os principais produtos para o estado, em termos de volume de produção, são: cana, tomate e abacaxi. Esses produtos representaram, em 2020, 53,1% do valor da produção agrícola do Rio de Janeiro. No caso do abacaxi e tomate, além da relevância para o estado, também tem alguma importância para a atividade do Brasil - em termos de quantidade produzida, representam, respectivamente, 8,8% e 4,2% do volume de produção do país. O tomate fluminense também é um produto importante para o Brasil, na medida que representa 4,2% do volume de produção brasileiro.

Por fim, apenas para coco-da-baía, abacaxi e tomate é que a produção do estado do Rio de Janeiro tem uma produtividade média maior do que a do país como um todo. Para a cana, que é o principal produto para a atividade agrícola do estado, a produtividade fluminense é apenas 58% da produtividade média de todas as Unidades da Federação brasileiras.

Atividade Primária: Pecuária

Considerando a produção pecuária, qual é o tamanho do rebanho no estado do Rio de Janeiro para as principais criações?

Em 2020, de acordo com a PPM, o Rio de Janeiro tinha 2,6 milhões de cabeças de bovinos, 10,4 milhões de cabeças de frango e 77 mil cabeças de suíno correspondendo a, respectivamente, 1,2%, 0,7% e 0,0% do rebanho nacional (Tabela I).

É válido salientar que a baixa representatividade da pecuária do Rio de Janeiro no total do Brasil é explicada, pelo menos em parte, pela sua baixa extensão territorial, uma vez que,

como já foi ressaltado anteriormente, o estado fluminense corresponde a uma das menores Unidades da Federação do país.

Diante disso, o estado fluminense é apenas a décima quinta Unidade da Federação mais relevante em termos de rebanho bovino, a décima sétima em rebanho de frango e o segundo estado com menor rebanho suíno, ficando à frente apenas do Amapá.

Tabela I – Rebanho bovino, de frango e suíno no Rio de Janeiro e Brasil (mil cabeças e participação no total do país) - 2020

Rebanho	Mil cabeças		
	Bovino	Frango	Suíno
Rio de Janeiro	2.606	10.402	77
Brasil	218.150	1.479.363	218.150
% Brasil	1,2%	0,7%	0,0%

Fonte: IBGE.

Em termos municipais, os municípios mais relevantes em termos de rebanho bovino são: Campos dos Goytacazes (10,5%), Itaperuna (5,0%), Valença (4,0%) e Macaé (3,8%). Em relação ao rebanho de frango, as principais cidades fluminenses são: São José do Vale do Rio Preto (30,7%), Rio Claro (17,6%), Teresópolis (9,6%) e Bom Jardim (6,3%). Por fim, em termos de rebanho suíno, os municípios mais relevantes são: Itaocara (10,9%), Nova Friburgo (9,7%), Italva (9,1%) e Campos dos Goytacazes (7,4%).

Considerando a produção pecuária, como tem evoluído os abates (bovinos, suínos e frangos) no Rio de Janeiro?

O rebanho bovino fluminense cresceu 36,8%, entre 1995 e 2020, passando de 1,9 milhão para 2,6 milhões de cabeças. No mesmo período, o rebanho brasileiro expandiu praticamente na mesma proporção (35,3%). Com isso, a participação do Rio de Janeiro no rebanho bovino brasileiro não se alterou, mantendo-se em torno de 1,2%.

Ao mesmo tempo, o rebanho de frango fluminense contraiu 43,5%, passando de 18,4 milhões para 10,4 milhões de cabeças – época em que o rebanho brasileiro de frango mais

do que dobrou de tamanho (102,8%). Logo, a participação do Rio de Janeiro no rebanho de frango brasileiro despencou, passando de 2,5% para apenas 0,7%.

O rebanho de suíno fluminense, por fim, contraiu 71,0%, entre 1995 e 2020, passando de 276 mil para 77 mil cabeças. No mesmo período, o rebanho brasileiro cresceu 14,0%. Assim, a participação do Rio de Janeiro no rebanho suíno brasileiro, que já era baixa, caiu ainda mais, passando de 0,8% para apenas 0,2%.

Em resumo: O rebanho (em número de cabeças) do Rio de Janeiro corresponde a uma pequena parcela da atividade brasileira, representando apenas 1,2% dos bovinos, 0,7% dos frangos e 0,2% dos suínos do país. Vale salientar que a baixa proporção no total do Brasil é esperada, uma vez que o estado fluminense corresponde a um dos menores do país em termos de área territorial e tem pequena área relativa ocupada com estabelecimentos pecuários.

Em relação ao rebanho bovino, nota-se uma evolução no número de cabeças no Rio de Janeiro em praticamente mesmo ritmo do que o verificado no Brasil, entre 1995 e 2020. Com isso, a participação fluminense pouco se alterou ao longo do tempo. Atualmente, o Rio de Janeiro é a décima quinta Unidade da Federação mais relevante do país em termos de rebanho bovino, sendo que os principais municípios do estado, em 2020, foram: Campos dos Goytacazes e Itaperuna.

O rebanho de frango do Rio de Janeiro, por sua vez, contraiu ao longo do tempo, enquanto o rebanho brasileiro mais que dobrou de tamanho, de modo que a participação fluminense, que já era baixa (2,5%), caiu ainda mais ao longo do tempo. Diante disso, o estado é apenas a décima sétima Unidade da Federação mais relevante em termos desse tipo de rebanho. Vale ressaltar que apenas 15 municípios representaram 93,7% do rebanho de frango do estado, em 2020, sendo que os mais importantes foram: São José do Vale do Rio Preto, Rio Claro e Teresópolis.

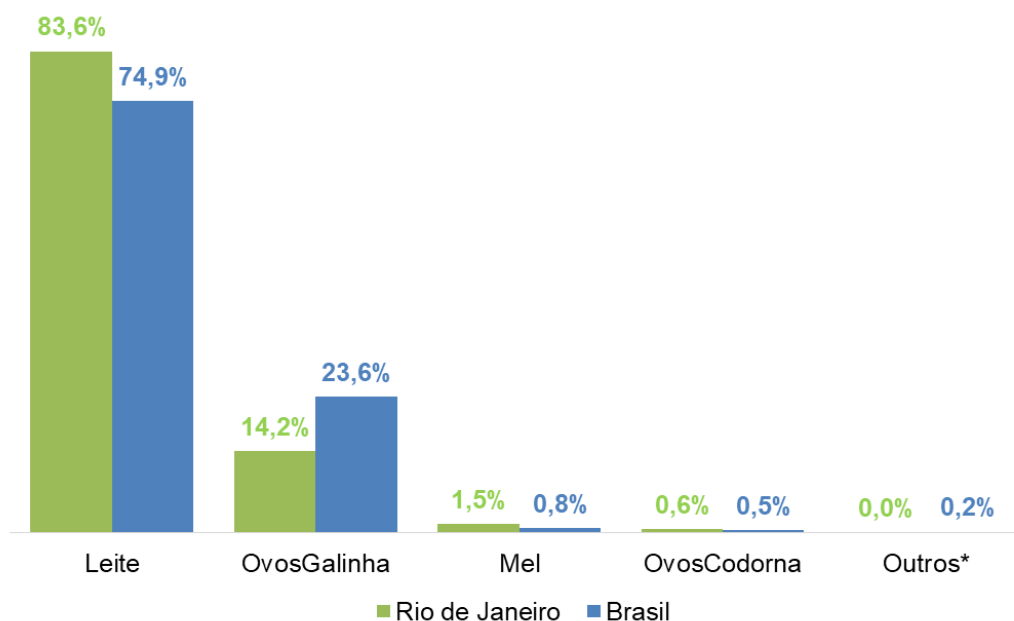
O rebanho suíno do Rio de Janeiro, por fim, sempre teve uma baixa participação no total do país, porém, contraiu ainda mais ao longo do tempo, uma vez que, em 1995, era de 0,8%. Assim, em 2020, o estado fluminense foi a segunda Unidade da Federação com o menor rebanho suíno, ficando à frente apenas do Amapá. Os municípios mais relevantes, no período, foram Itaocara, Nova Friburgo, Italva e Campos dos Goytacazes.

Atividade Primária: Produção de Produtos de Origem Animal

Em termos de produção de produtos de origem animal, qual é o valor da produção obtido, no Rio de Janeiro?

Em 2020, observa-se que o estado fluminense somou R\$ 820,0 milhões em valor de produção de produtos de origem animal, sendo que grande parte do total (83,6%) foi proveniente da produção de leite de vaca. O segundo mais importante produto de origem animal produzido no Rio de Janeiro, em valor da produção, são os ovos de galinha (14,2%). Por fim, há também a produção de mel (1,5%) e ovos de codorna (0,6%), no entanto, com uma relevância bem menor dentro do estado. A importância de cada espécie dentro do total de abates do Rio de Janeiro é similar ao padrão brasileiro, isto é, o leite de vaca é o principal produto de origem animal produzido no país, seguido de ovos de galinha, mel e ovos de codorna (Gráfico IV).

Gráfico IV – Valor real de produção de produtos de origem animal no Rio de Janeiro e Brasil, por principais produtos – 2020 – Participação no total (%)



Fonte: IBGE. * Iã bruta e casulos do bicho-da-seda.

A produção de produtos de origem animal, no Rio de Janeiro, entretanto, corresponde a uma parcela pequena do total do Brasil: considerando todos os produtos investigados pelo

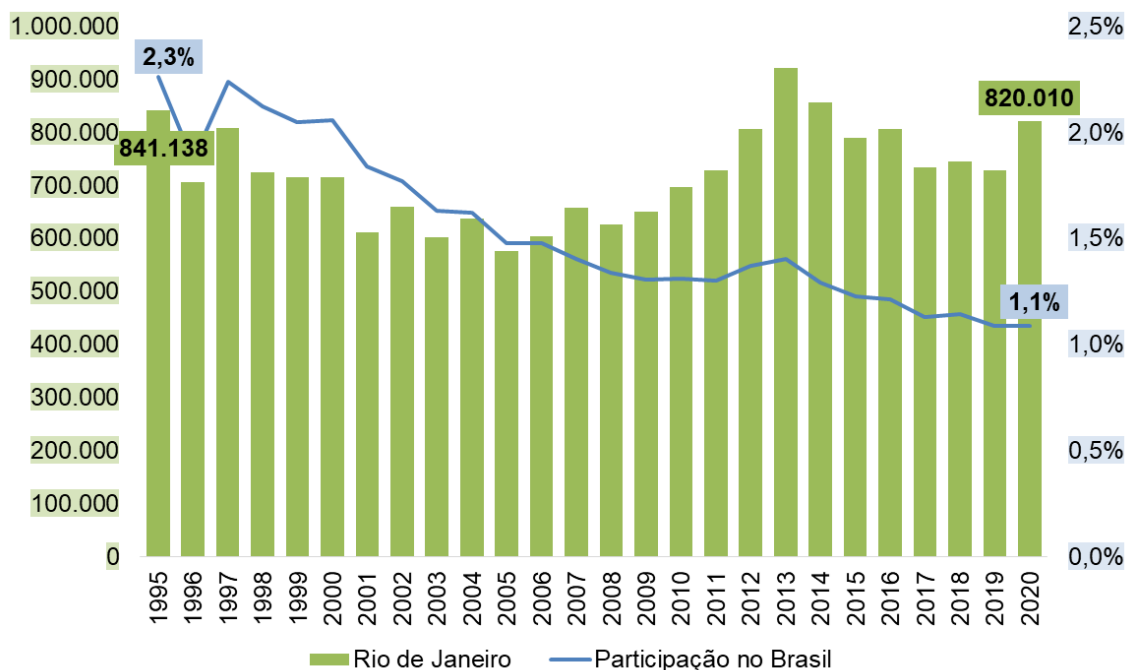
IBGE, o estado fluminense representa apenas a 1,1% do valor de produção brasileiro. Quando se detalha por produto, observa-se que a relevância do Rio de Janeiro é um pouco melhor no caso do mel e de ovos de codorna, representando, respectivamente, 2,0% e 1,4% do valor de produção do país. Contudo, é importante ressaltar que, conforme já apresentado anteriormente, o estado fluminense tem uma parcela relativamente baixa de seu território ocupada com estabelecimentos agropecuários (em torno de 54%), sendo, neste sentido, similar aos estados de Paraíba, Alagoas, Tocantins e Rio Grande do Norte. Dessa forma, nota-se que o Rio de Janeiro tem o valor de produção de produtos de origem animal, de modo geral, semelhante a essas Unidades da Federação.

Considerando todos os estados brasileiros, verifica-se que o Rio de Janeiro ocupa a décima sétima posição no valor de produção desse tipo de produto, ficando à frente de dez Unidades da Federação. Detalhando por produto, no caso de leite de vaca, o estado é o décimo quarto mais relevante; o vigésimo primeiro estado com maior produção de ovos de galinha; e o décimo primeiro estado mais importante para a produção brasileira em termos de produção de mel de abelha e ovos de codorna.

Dos 92 municípios do Rio de Janeiro, 88 tiveram, em 2020, alguma produção de produtos de origem animal – portanto, uma atividade bem espalhada no território fluminense. As cidades do estado mais relevantes em termos de valor da produção, no período, foram: Paraíba do Sul (8,5% do total), Resende (6,5%), Campos dos Goytacazes (5,7%), Valença (5,6%) e Bom Jesus do Itabapoana (4,6%).

Entre 1995 e 2020, observa-se que o valor de produção de produtos de origem animal diminuiu no Rio de Janeiro (em -2,5%) enquanto que, no Brasil, aumentou (em 102,7%), em termos reais. Esses desempenhos opostos implicaram, ao longo do período, na perda de participação da produção fluminense no total da produção brasileira, passando de 2,3%, em 1995, para 1,1%, em 2020 (Gráfico V).

Gráfico V – Valor da produção de produtos de origem animal, no Rio de Janeiro (R\$ mil e participação no total do Brasil) – 1995 a 2020



Fonte: IBGE.

Em termos de produção de produtos de origem animal, qual é o volume de produção obtido, no Rio de Janeiro?

Considerando os produtos de origem animal, nota-se que, em 2020, a quantidade produzida pelo Rio de Janeiro foi pouco representativa do total produzido pelo Brasil como um todo, conforme esperado dada a pequena área fluminense destinada à essa atividade, em termos relativos. Nesse sentido, observa-se que, no período, a quantidade produzida de leite de vaca e de ovos de codorna, no Rio de Janeiro, correspondeu a, cada um, 1,3% do total. Para o mel de abelha e para os ovos de galinha, a representatividade fluminense foi ainda menor: 0,8% e 0,4%, respectivamente.

Entre 1995 e 2020, observa-se que para nenhum dos produtos de origem animal analisados, o estado do Rio de Janeiro teve um desempenho melhor (ou menos pior) do que a média brasileira. Com isso, para todos os produtos, a participação fluminense no total do país diminuiu, ao longo dos anos.

Em volume produzido, o destaque negativo foi a produção de ovos de codorna. Ou seja, enquanto a quantidade produzida do Rio de Janeiro diminuiu pela metade, a do Brasil como um todo aumentou em 592,0%. Com isso, a participação fluminense no volume produzido de ovos de codorna do país caiu de 17,7% para 1,3%, entre 1995 e 2020.

Em resumo: Em 2020, o valor da produção de produtos de origem animal do Rio de Janeiro (R\$ 820,0 milhões) correspondeu a uma parcela pequena do total do Brasil: 1,1%. Contudo, é importante ressaltar que essa modesta participação relativa no país é, de certa forma, algo esperado, uma vez que o estado fluminense tem uma parcela relativamente baixa de seu território ocupada com estabelecimentos agropecuários (em torno de 54%).

Entre 1995 e 2020, observa-se que o valor da produção de produtos de origem animal, diminuiu no Rio de Janeiro (-2,5%) enquanto que, no Brasil, aumentou (+102,7%), em termos reais. Esses desempenhos opostos implicaram, ao longo do período, na perda de participação da produção fluminense no total da produção brasileira, passando de 2,3%, em 1995, para 1,1%, em 2020.

Dessa forma, considerando todos os estados brasileiros, verifica-se que o Rio de Janeiro ocupa a décima sétima posição no valor da produção desse tipo de produto, ficando à frente de dez Unidades da Federação. Dentro do Rio de Janeiro, dos 92 municípios, 88 tiveram, em 2020, alguma produção de produtos de origem animal – portanto, uma atividade bem dispersa no território fluminense. As cidades do estado mais relevantes em termos de valor da produção, no período, foram: Paraíba do Sul, Resende, Campos dos Goytacazes, Valença e Bom Jesus do Itabapoana.

Detalhando por tipo de produto de origem animal, observa-se que, no caso de leite de vaca, o estado aparece como o décimo quarto mais relevante, ficando à frente de Espírito Santo, Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Norte, dentre outros. Contudo, o estado do Rio de Janeiro perde algumas posições quando se considera apenas a produção ovos de galinha, correspondendo ao vigésimo primeiro estado com maior produção. Por fim, quando se leva em conta apenas a produção de mel de abelha e de ovos de codorna, o estado fluminense ganha relevância, tornando-se, para ambos os casos, o décimo primeiro estado mais importante para a produção brasileira. No entanto, vale ressaltar que, em 1995, o Rio de

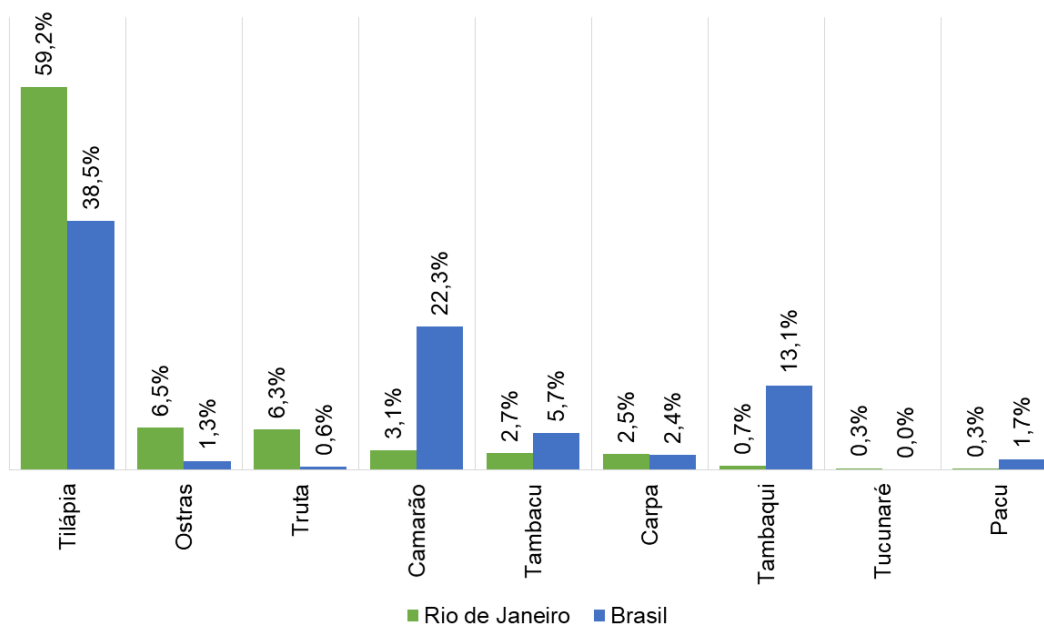
Janeiro era o segundo maior produtor de ovos de codorna do país, ficando atrás apenas do estado de São Paulo, que respondia por 52,3% do volume produzido, naquele momento

Atividade Primária: Aquicultura

Em termos de produção aquícola, qual é o valor de produção obtido?

Em 2020, observa-se que o estado fluminense somou R\$ 18,5 milhões em valor de produção da aquicultura, sendo que grande parte do total (59,2%) foi proveniente da produção de tilápia. O segundo e terceiro mais importantes produtos da aquicultura do Rio de Janeiro são, respectivamente, ostras (6,5%) e truta (6,3%). A relevância de cada espécie dentro do total de abates do Rio de Janeiro se distingue ligeiramente do padrão brasileiro, isto é, enquanto mais da metade do valor de produção da aquicultura do Rio de Janeiro advém da tilápia, para o país como um todo as produções de camarão e tambaqui, além da tilápia, também são importantes (Gráfico VI).

Gráfico VI – Valor real de produção da aquicultura no Rio de Janeiro e Brasil, por espécies principais - 2020 – Participação no total (%)



Fonte: IBGE.

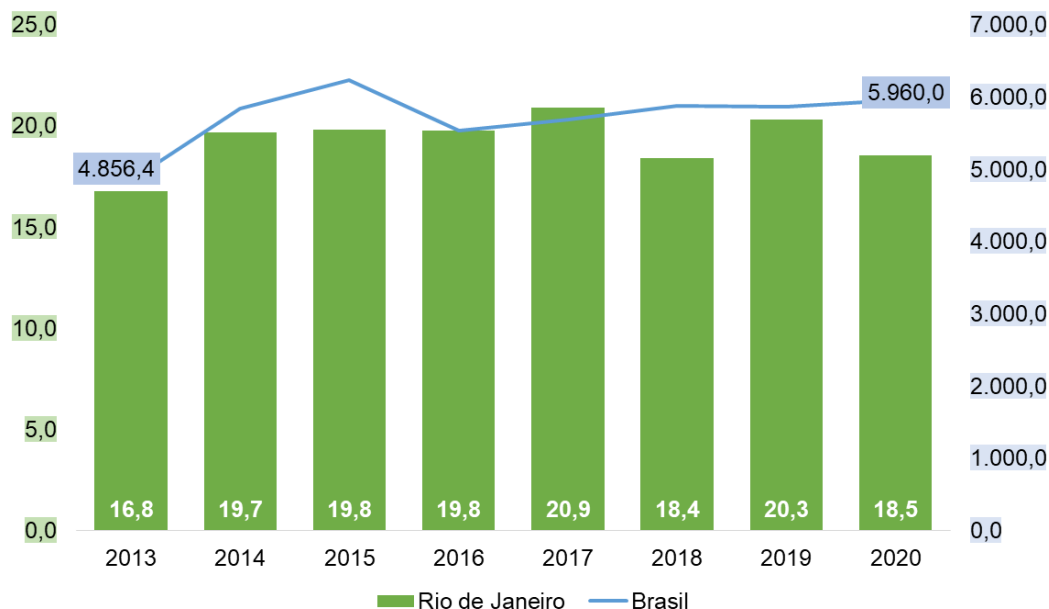
A produção aquícola do Rio de Janeiro, entretanto, corresponde a uma parcela pequena do total do Brasil: considerando todas as espécies investigadas pelo IBGE, o estado fluminense representa apenas a 0,3% do valor de produção – comparativamente às demais Unidades da Federação, o Rio de Janeiro é o segundo menos importante em termos de valor de produção da aquicultura, ficando à frente de apenas do estado do Amapá.

Contudo, é importante ressaltar que o estado fluminense tem uma parcela muito baixa de seu território ocupada com a aquicultura (em torno de 0,01%) e representa apenas a 0,63% da área do território brasileiro com essa atividade (sexta menor representatividade, ficando à frente de Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Espírito Santo, Alagoas e Distrito Federal). Quando se detalha por espécie, observa-se que a relevância do Rio de Janeiro é um pouco maior no caso do tucunaré e da truta, representando, respectivamente, 4,6% e 3,5% do valor de produção brasileiro.

Dos 92 municípios do Rio de Janeiro, 54 tiveram, em 2020, alguma produção aquícola, sendo que as mais relevantes em termos de valor da produção aquícola são: Angra dos Reis (9,5% do total), Campos dos Goytacazes (8,5%), Silva Jardim (8,1%), Magé (7,7%) e Bom Jesus do Itabapoana (7,2%).

Ao longo do tempo, observa-se que o valor de produção da aquicultura aumentou proporcionalmente mais no Brasil do que estado do Rio de Janeiro, em termos reais. Ou seja, enquanto que, entre 2013 (primeiro ano da série disponível) e 2020, o valor de produção brasileiro aumentou em 22,7%, o do Rio de Janeiro cresceu 10,4%. Isso significa que, ao longo do período, a participação da aquicultura fluminense que já era pequena, reduziu-se ainda mais (de 0,35% para 0,31%) (Gráfico VII).

Gráfico VII – Valor da produção da aquicultura, no Rio de Janeiro e Brasil (R\$ milhão) – 2013 a 2020



Fonte: IBGE.

Em termos de produção aquícola, qual é o volume de produção obtido?

Considerando os produtos da aquicultura, nota-se que, em 2020, a quantidade produzida pelo Rio de Janeiro foi pouco representativa do total produzido pelo Brasil como um todo, conforme esperado dada a pequena área fluminense destinada à essa atividade.

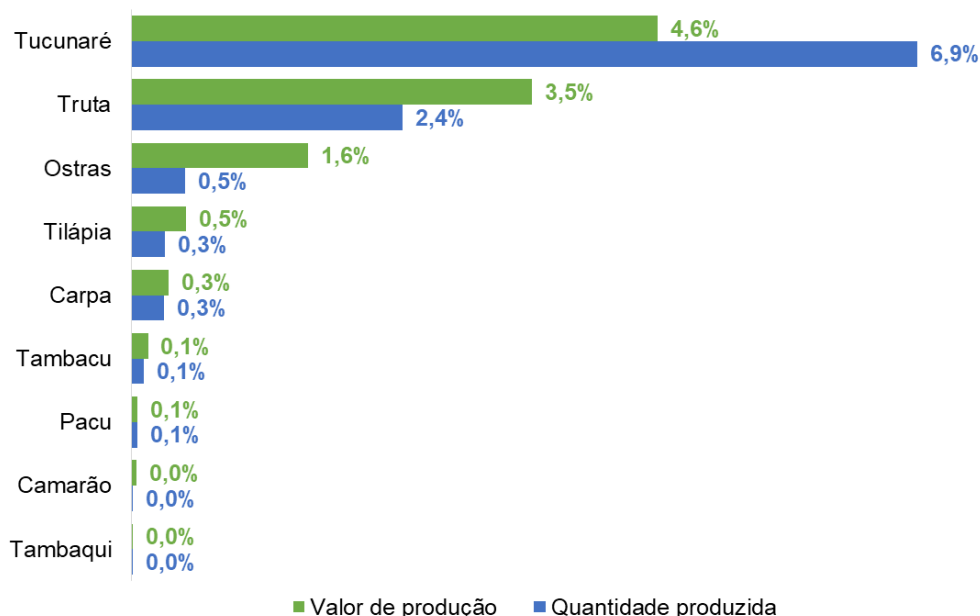
O único produto da aquicultura fluminense que tem uma relevância maior para o total do país é o tucunaré, uma vez que a quantidade produzida pelo Rio de Janeiro correspondeu a 6,9% do total, no mesmo período. Outro produto, com relativo destaque, é a truta: 2,4% do volume produzido no país.

Vale ressaltar que, para o tucunaré, a relevância do Rio de Janeiro, no total do país, em termos de quantidade produzida (6,9%) é superior à sua participação em relação ao valor de produção (4,6%), evidenciando um valor agregado ou efeito preço menor do produto fluminense em comparação aos demais. No caso da truta, ostras⁶ e tilápia, ocorre o inverso, ou seja, a participação do estado é maior em termos de produção do que em quantidade

⁶ Grupo composto por ostras, vieiras e mexilhões.

produzida, refletindo, um valor agregado ou efeito preço do produto da região relativamente maior (Gráfico VIII).

Gráfico VIII – Quantidade produzida e valor de produção da aquicultura do Rio de Janeiro (participação no total do Brasil) – 2020



Fonte: IBGE.

Entre 2013 e 2020, observa-se que para alguns produtos da aquicultura, o estado do Rio de Janeiro teve um desempenho melhor (ou menos pior) do que a média brasileira, são eles: carpa, tambacu, tucunaré, camarão e pacu – para todas essas espécies, naturalmente, a participação fluminense no total do país aumentou (pelo menos, ligeiramente), ao longo dos anos. No entanto, para a tilápia, truta, ostras e tambaqui, o Rio de Janeiro perdeu relevância com o passar dos anos na produção aquícola do país, uma vez que teve um desempenho pior do que o país como um todo. Vale ressaltar, no entanto, que o estado do Rio de Janeiro tem, historicamente, uma representatividade baixa no volume produzido pela aquicultura brasileira, não ocorrendo grandes mudanças ao longo do tempo.

Em resumo: Em 2020, o valor da produção aquícola do Rio de Janeiro (R\$ 18,5 milhões) correspondeu a uma parcela pequena do total do Brasil: 0,3%. No entanto, essa baixa participação na atividade brasileira é esperada, uma vez que o estado tem uma área territorial ocupada com a produção aquícola bastante limitada, correspondendo a 0,01% da área total do estado.

Entre 2013 e 2020, o valor da produção aquícola do estado aumentou 10,4%, porém, essa expansão não foi suficiente para ampliar a participação fluminense, uma vez que o crescimento apresentado pela média de todas as Unidades da Federação foi ainda maior, de 22,7%.

Dessa forma, o Rio de Janeiro é o segundo estado menos importante em termos de valor da produção da aquicultura, ficando à frente apenas do estado do Amapá. As principais cidades fluminenses em produção aquícola, em 2020, foram: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Silva Jardim, Magé e Bom Jesus do Itabapoana.

Quando se detalha por espécie, observa-se que a relevância do Rio de Janeiro é um pouco melhor no caso do tucunaré e da truta, representando, respectivamente, 4,6% e 3,5% do valor da produção brasileiro e 6,9% e 2,4% do volume produzido. Assim, o Rio de Janeiro é o sexto estado mais relevante do país em termos de valor da produção do tucunaré (produção exclusivamente realizada pelo município de Duque de Caxias) e o terceiro maior em produção de trutas (Petrópolis e Nova Friburgo são as únicas cidades produtoras do estado). Por fim, dentro do Rio de Janeiro, a tilápia é o produto mais relevante, correspondendo a 59,2% do valor da produção da aquicultura fluminense. Em seguida vem as ostras (6,5%) e a truta (6,3%).

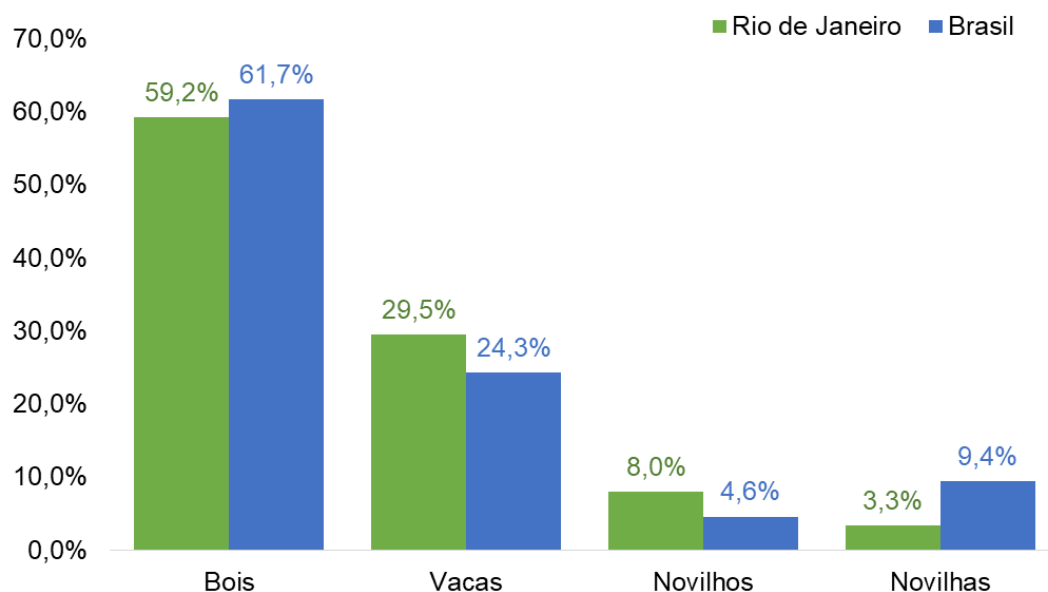
Atividade Primária: Abates de Animais

Em termos de abate de animais, qual é a relevância do estado do Rio de Janeiro?

Em 2021, o estado fluminense abateu 137,5 mil cabeças de bovinos, sendo que a maior parte (59,2%) correspondeu a bois. O abate de vacas, por sua vez, representou 29,5% dos abates do período e os de novilhos e novilhas equivaleram a, respectivamente, 8,0% e 3,3% do total. A relevância de cada espécie dentro do total de abates do Rio de Janeiro se assemelha bastante com o padrão brasileiro – com exceção de novilhos e novilhas, uma

vez que, enquanto no país, há uma maior proporção de abates de novilhas, no estado fluminense, os novilhos têm mais importância (Gráfico IX).

Gráfico IX – Abates no Rio de Janeiro e Brasil, por espécie – 2021 – Participação no total (%)



Fonte: IBGE.

Os abates, no Rio de Janeiro, entretanto, correspondem a uma parcela pequena dos abates brasileiros: 0,5% do total. Quando se detalha por espécie, observa-se que a relevância do Rio de Janeiro é um pouco melhor no caso dos abates dos novilhos, porém ainda baixo: 0,9%.

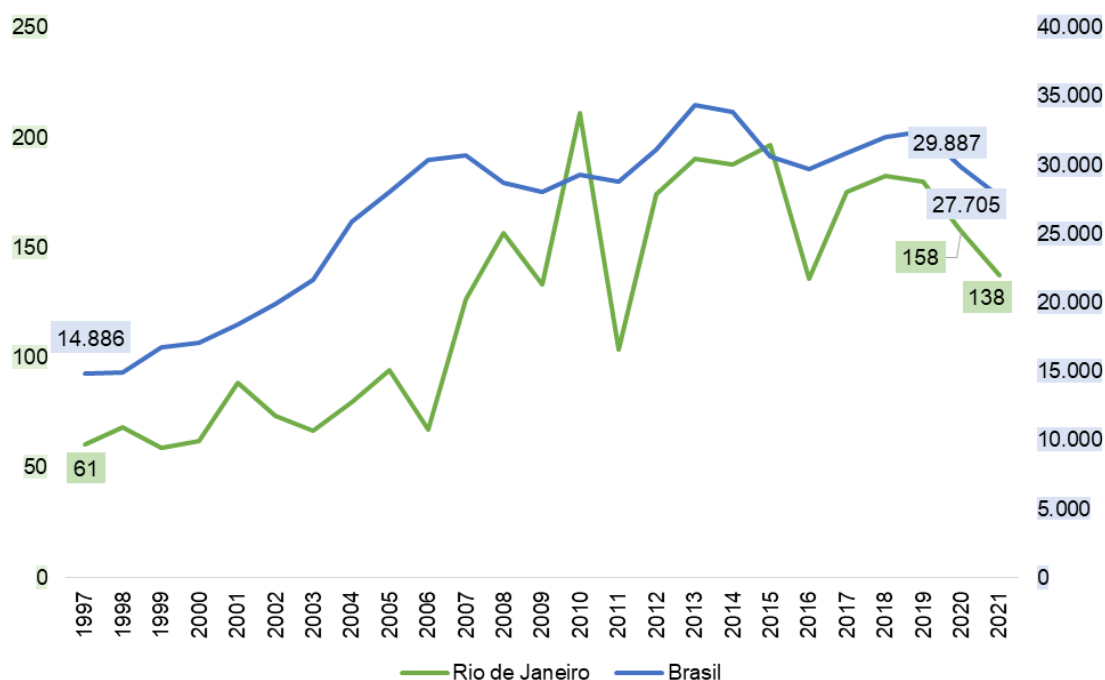
Mais uma vez, é essencial salientar que a baixa representatividade da pecuária e dos abates do Rio de Janeiro no total do Brasil é explicada, pelo menos em parte, pela sua baixa extensão territorial, uma vez que o estado fluminense corresponde a uma das menores Unidades da Federação do país.

Dessa forma, comparativamente às demais Unidades da Federação, o estado do Rio de Janeiro é o décimo oitavo mais importante em termos de abates, ficando à frente de apenas nove estados (Sergipe, Ceará, Alagoas, Roraima, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amapá e Distrito Federal). Quando se considera apenas o abate de vacas, no entanto, o

Rio de Janeiro ganha algumas posições, correspondendo à décima quinta Unidade da Federação mais importante. No caso de novilhos, isso também ocorre: o Rio de Janeiro é décimo terceiro estado mais importante nos abates desses animais, em 2021.

Ao longo do tempo, observa-se que o número de abates aumentou proporcionalmente mais no estado do Rio de Janeiro (126,2%, entre 1997 e 2021) do que no Brasil como um todo (86,1%) – isso quer dizer que, em 1997, a participação do Rio de Janeiro nos abates brasileiros era ainda menor: 0,4%. É importante ressaltar, além disso, que os abates ocorridos no Rio de Janeiro são mais voláteis do que os do país, porém, as dinâmicas são bem semelhantes (Gráfico X).

Gráfico X – Quantidade de abates, no Rio de Janeiro e Brasil (milhão de cabeças) – 1997 a 2021



Fonte: IBGE.

Sobre o peso da carcaça, constata-se que, em 2021, o estado fluminense acumulou 32,0 mil toneladas, sendo que a maior parte (62,9%) correspondeu à carcaça originada dos bois. A carcaça de vacas, por sua vez, correspondeu a 25,4% do total do período e os de novilhos e novilhas representaram, respectivamente, 8,3% e 3,4% do peso das carcaças do estado.

A relevância de cada espécie dentro do total de abates do Rio de Janeiro se assemelha, naturalmente, com as quantidades de abates, vistas anteriormente, e com o padrão brasileiro, de forma geral – com exceção, novamente, de novilhos e novilhas, uma vez que as primeiras são mais preponderantes no Rio de Janeiro do que no Brasil como um todo. O peso da carcaça, no Rio de Janeiro, contudo, corresponde a uma parcela pequena do total do país, do mesmo jeito que os abates: 0,43% do total. Quando se detalha por espécie, observa-se que a relevância do Rio de Janeiro é um pouco melhor no caso dos abates dos novilhos, porém ainda baixo: 0,83%, em 2021. Comparativamente às demais Unidades da Federação, o estado do Rio de Janeiro é o décimo nono mais importante em termos de peso de carcaça, ficando à frente de apenas oito estados.

Ao longo do tempo, assim como o número de abates, observa-se que o peso das carcaças aumentou proporcionalmente mais no estado do Rio de Janeiro (144,1%) do que no Brasil (123,6%).

Em resumo: Em 2021, o estado fluminense abateu 137,5 mil cabeças de bovinos, correspondendo a 32,0 mil toneladas de carcaça, sendo que a maior parte (59,2% das cabeças e 62,9% do peso das carcaças) correspondeu a bois. O abate de vacas, por sua vez, representou 29,5% dos abates do período e os de novilhos e novilhas equivaleram a, respectivamente, 8,0% e 3,3% do total.

Os abates, no Rio de Janeiro, corresponderam a uma parcela pequena dos abates brasileiros: 0,5%. Comparativamente às demais Unidades da Federação, o estado do Rio de Janeiro é apenas o décimo oitavo mais importante em termos de abates.

Ao longo do tempo, observa-se que o número de abates aumentou proporcionalmente mais no estado do Rio de Janeiro (126,2%, entre 1997 e 2020) do que no Brasil como um todo (86,1%) - isso quer dizer que, em 1997, a participação do Rio de Janeiro nos abates brasileiros era ainda menor: 0,4%. É importante ressaltar, por fim, que apesar dos abates ocorridos no Rio de Janeiro serem mais voláteis do que os do país, as dinâmicas são bem semelhantes.

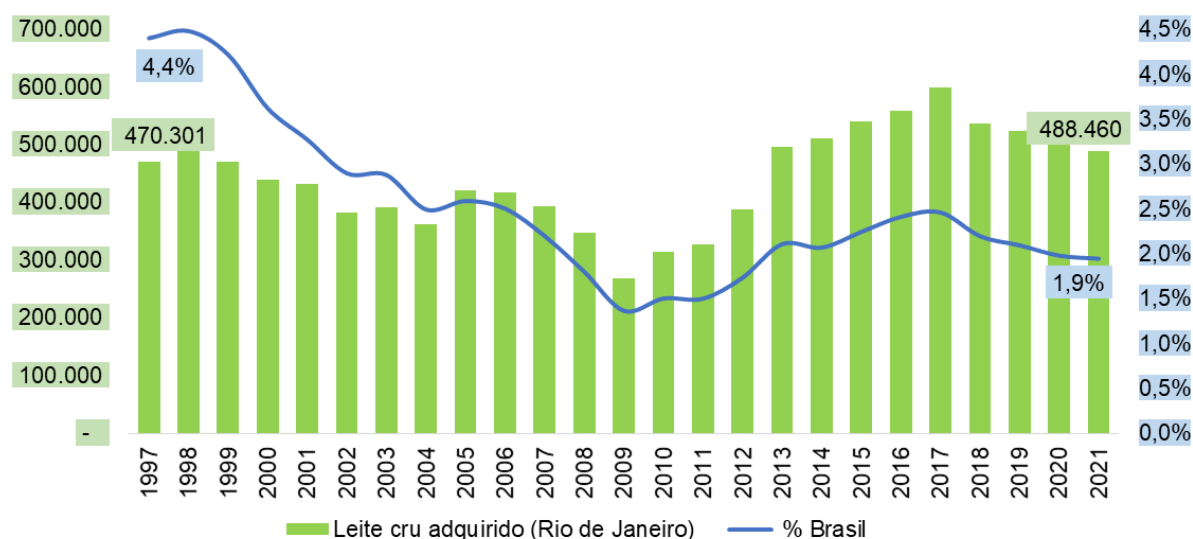
Atividade Primária: Aquisição de Leite

Em termos de aquisição de leite, qual é a relevância do estado do Rio de Janeiro?

De acordo com o IBGE, em 2021, a aquisição⁷ de leite cru (resfriado ou não) realizada pelos estabelecimentos do Rio de Janeiro que atuam sob algum tipo de inspeção sanitária (federal, estadual ou municipal) foi de 488,5 milhões de litros. Esse volume correspondeu, no mesmo período, a 1,9% do leite cru adquirido no Brasil.

Entre 1997 e 2021, observa-se que a quantidade de aquisição de leite pelo Rio de Janeiro aumentou 3,9%. Porém, a participação fluminense no total do país contraiu, uma vez que, em 1997, a aquisição correspondia a 4,4% do total (Gráfico XI). Essa queda de representatividade ocorreu, pois, a aquisição nacional cresceu em um ritmo bem superior à do Rio de Janeiro, em 135,1%.

Gráfico XI – Evolução da quantidade de leite cru (resfriado ou não) adquirido, no Rio de Janeiro (mil litros e participação no total do Brasil)



Fonte: IBGE.

⁷ De acordo com o IBGE, a unidade de investigação é o estabelecimento dedicado à industrialização de leite de vaca cru sob inspeção sanitária federal, estadual ou municipal. Como exemplo, citam-se as fábricas de laticínios, usinas de beneficiamento, granjas leiteiras e queijarias. Não são pesquisados os estabelecimentos que apenas realizam o resfriamento do leite (postos de resfriamento) para a própria empresa a que pertencem, ou para terceiros. Ou seja, as informações da Pesquisa Trimestral do Leite não são referentes à produção primária, mas sim à aquisição de leite cru pelos estabelecimentos industriais. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101552.pdf>>.

Em 2021, o estado do Rio de Janeiro foi a nona Unidade da Federação com maior volume de leite cru adquirido, tanto total como o destinado à industrialização. Ou seja, o estado fluminense tem praticamente a mesma participação dos estados da Bahia e de Rondônia, ficando atrás apenas dos grandes produtores do setor, como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Goiás – que juntos representam 83,8% de toda a produção de leite, no período.

Em resumo: Em 2021, a aquisição de leite cru realizada pelos estabelecimentos do Rio de Janeiro foi de 488,5 milhões de litros. Esse volume correspondeu, no mesmo período, a 1,9% do leite cru adquirido no Brasil como um todo.

Dessa forma, o estado do Rio de Janeiro foi a nona Unidade da Federação com maior volume de leite cru adquirido. Ou seja, o estado fluminense tem praticamente a mesma participação dos estados da Bahia e de Rondônia, ficando atrás apenas dos grandes produtores do setor, como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Goiás – que juntos representaram 83,8% de toda a produção de leite, no período. Entre 1997 e 2021, observa-se que a quantidade de aquisição de leite pelo Rio de Janeiro aumentou 3,9%, enquanto que a realizada pelo Brasil como um todo expandiu 135,1%. Logo, a participação fluminense no total contraiu ao longo do tempo (em 1997, correspondia a 4,4% do total).

BOX: CONSUMO DE BENS PRIMÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Como foi visto anteriormente, os principais produtos agrícolas produzidos no Rio de Janeiro, em termos de valor de produção, em 2020, foram: cana de açúcar, tomate, abacaxi, banana, mandioca, café arábica, laranja limão, coco e goiaba. Foi observado também que a produção fluminense desses itens representa apenas uma pequena parcela da produção nacional – apenas 0,4% do valor de produção agrícola nacional foi produzida no Rio de Janeiro. Além desses produtos, o estado também tem produção de ovos e leites e alguma produção aquícola.

Nesse box, o objetivo é estimar o consumo desses mesmos produtos, dentro do Rio de Janeiro, para verificar se o que o estado produz é, ao menos, suficiente para suprir seu consumo interno, uma vez que, em termos nacionais, a região tem pouca

representatividade. Para isso, foram coletadas na literatura a estimativa do consumo per capita anual de diversos produtos⁸ e multiplicado pela projeção mais atual da população do estado do Rio de Janeiro, realizada pelo IBGE, que é de 17.463.349 pessoas. Dessa forma, foi possível estimar para quais produtos o Rio de Janeiro é autossuficiente.

Antes de prosseguir, é importante destacar que poderiam ser utilizadas as estimativas de consumo per capita da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. No entanto, os valores dessa pesquisa não levam em conta a produção primária utilizada como consumo intermediário de outros produtos, ou seja, consideram apenas a produção utilizada como produto final. Diante disso, as estimativas de consumo anual da população do Rio de Janeiro estariam subdimensionadas. Dessa forma, para realizar o cálculo foram utilizadas estimativas de consumo per capita encontradas na literatura brasileira, que já levam em conta o consumo intermediário desses itens.

Nesse sentido, dentre todos os produtos analisados (banana, café, goiaba, leite, mandioca, ovos e tomate), constata-se que, com esse exercício, apenas a produção de goiaba do estado é suficiente para suprir o próprio consumo da população, uma vez que o consumo total, em 2020, foi estimado em 5,2 milhões de quilos e a produção fluminense foi de 23,8 milhões de quilos. Contudo, para todos os demais produtos analisados, o estado do Rio de Janeiro não consegue suprir o consumo da sua própria população, sendo que a produção é mais deficitária para ovos, leite e banana.

Produção e consumo de produtos selecionados no Rio de Janeiro – 2020

Produto	Estimativa de consumo anual por pessoa	Estimativa de consumo anual total no Rio de Janeiro (2020) ¹	Produção no Rio de Janeiro (2020) ²	Produção menos Consumo
Banana (quilos) ³	25,0	436.583.725	74.900.000	-361.683.725
Café (quilos) ⁴	6,7	117.004.438	21.400.000	-95.604.438
Goiaba (quilos) ⁵	0,3	5.239.005	23.800.000	18.560.995
Leite (litros) ⁶	161,6	2.822.077.198	443.639.000	-2.378.438.198
Mandioca (quilos) ⁷	10,0	174.633.490	151.600.000	-23.033.490
Ovos (unidades) ⁸	230,0	4.016.570.270	216.240.000	-3.800.330.270
Tomate (quilos) ⁹	18,0	314.340.282	155.900.000	-158.440.282

Fontes: IBGE e outros.

⁸ O cálculo do consumo anual, no Rio de Janeiro, de abacaxi, laranja, limão, coco, mel de abelha, ovos de codorna e produtos da aquicultura, não foi realizado porque não foram encontradas estimativas de consumo per capita para esses produtos.

¹Estimativa realizada considerando que a população do estado do Rio de Janeiro, em 2020, de acordo com o IBGE, é de 17.463.349 pessoas.

²Produção de acordo com a PAM e PPM.

³Fonte: EMBRAPA. Disponível em: <

⁴Fonte: FIESP. Disponível em: <https://apps.fiesp.com.br/flipbook/files/assets/common/downloads/LO_OF2029_06_25.indd.pdf>.

⁵Fonte: Revista Agronegócios da FGV. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/51314/50091>>.

⁶Fonte: FIESP. Disponível em: <https://apps.fiesp.com.br/flipbook/files/assets/common/downloads/LO_OF2029_06_25.indd.pdf>.

⁷Fonte: SEBRAE. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/economia/campo-grande-e-a-maior-consumidora-de-mandioca-do-pais>>.

⁸Fonte: ABPA. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/setor-de-ovos-celebra-perspectiva-de-novo-recorde-de-consumo/>>.

⁹ABCSEM. Disponível em: <<http://www.abcsem.com.br/releases/284/tomate-lidera-crescimento-e-lucratividade-no-setor-de-hortalicas>>.

Atividade Primária: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

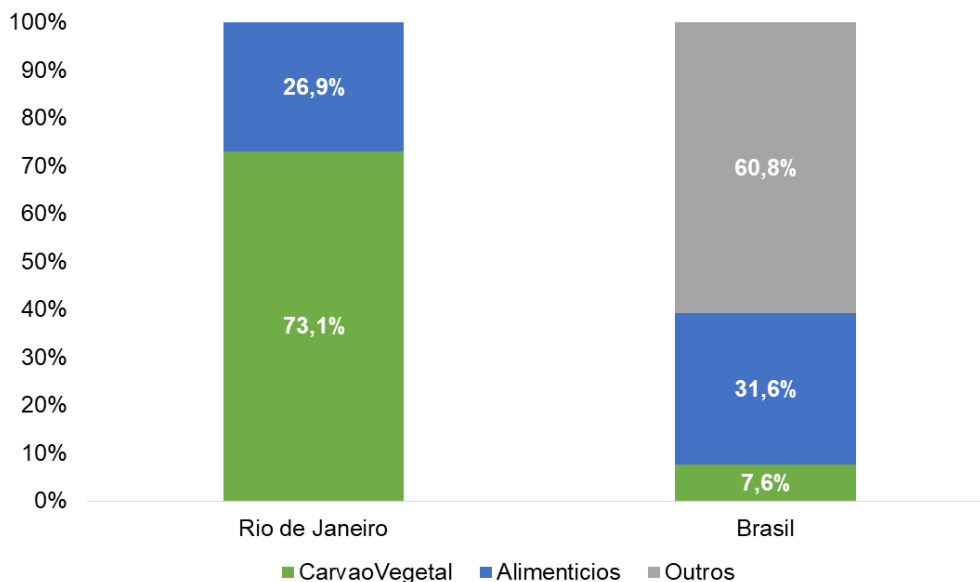
Em termos de valor de produção da extração vegetal, qual é a relevância do estado do Rio de Janeiro?

No Rio de Janeiro, os únicos produtos da extração vegetal são carvão vegetal e alimentícios⁹. Nesse sentido, em 2020, o estado fluminense somou R\$ 390 mil em valor de produção derivada da extração vegetal, sendo que a maior parte do total (73,1%) foi proveniente da produção de carvão vegetal e o restante (26,9%) foi derivado de alimentícios (Gráfico XII).

A relevância de cada produto dentro do total da extração vegetal do Rio de Janeiro se distingue significativamente do padrão brasileiro. Isto é, enquanto 73,1% do valor de produção da extração vegetal do Rio de Janeiro advém do carvão vegetal, para o país como um todo, esse produto, corresponde a apenas 7,6% do valor de produção brasileiro; além disso, a importância dos alimentícios é maior no Brasil (31,6% do total) do que no Rio de Janeiro (conforme visto anteriormente, de 26,9%). Por fim, destaca-se que a extração vegetal do país como um todo tem produz outros itens diferentes dos citados, o que não ocorre na atividade fluminense (Gráfico XII).

⁹ Nesse grupo estão os seguintes produtos: açaí, castanha-de-caju, castanha-do-pará, erva-mate, mangaba, palmito, pequi, pinhão, umbu e outros.

Gráfico XII – Valor real de produção da extração vegetal no Rio de Janeiro e Brasil, por produto - 2020 – Participação no total (%)



Fonte: IBGE.

A extração vegetal, no Rio de Janeiro, entretanto, corresponde a uma parcela pequena do total do Brasil: 0,01% do valor de produção. Mais uma vez é relevante destacar que a baixa representatividade do estado na atividade brasileira é esperada, uma vez que o seu território é um dos menores do país, além disso, possui apenas 1,5% de seu território ocupado com florestas¹⁰, sejam elas nativas ou plantadas – áreas equivalentes à dos estados Mato Grosso (1,8%), Pará (1,3%) e Tocantins (1,2%).

Comparativamente às demais Unidades da Federação, o Rio de Janeiro é o estado menos importante em termos de valor de produção da extração vegetal, ficando atrás, inclusive, da produção extrativista mato-grossense, paraense e tocantinense e de estados com menores áreas, em termos proporcionais, destinadas às florestas, como Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Alagoas e Distrito Federal.

O estado do Rio de Janeiro ganha algumas posições quando se considera apenas a extração vegetal de carvão vegetal, ficando à frente Roraima, Sergipe, Alagoas, Rondônia,

¹⁰ Estimativa realizada através da relação entre área dos estabelecimentos com florestas (nativas e plantadas) do Censo Agropecuário 2017 (do IBGE) e área territorial do estado do Rio de Janeiro (também do IBGE, para 2021). Para essa estimativa, foi adotada a suposição de que a área total dos estabelecimentos com atividade florestal fluminenses se manteve constante entre 2017 e 2021.

Espírito Santo e São Paulo. E quando se considera apenas a extração vegetal de alimentícios, o estado fluminense se apresenta como o terceiro menos importante, ficando à frente apenas de Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Dos 92 municípios do Rio de Janeiro, apenas 3 tiveram, em 2020, alguma atividade de extração vegetal: Cambuci, Resende e Paraty.

Ao longo do tempo, observa-se que o valor de produção da extração vegetal contraiu tanto no Brasil como no Rio de Janeiro, porém, a queda foi mais intensa no país como um todo (-79,40%, entre 1995 e 2020, em termos reais) do que no estado fluminense (-72,71%, no mesmo período). Isso significa que, ao longo dos anos, a participação da extração vegetal do Rio de Janeiro aumentou ligeiramente (porém, continuou bastante pequena) de 0,006% para 0,008%.

Em termos de volume de produção da extração vegetal, qual é a relevância do estado do Rio de Janeiro?

Considerando os produtos da extração vegetal, nota-se que, em 2020, a quantidade produzida pelo Rio de Janeiro foi pouco representativa do total produzido pelo Brasil como um todo, sendo que, no caso do carvão vegetal, a extração fluminense representou 0,014% do volume brasileiro (ou 52 toneladas) e, no caso dos produtos alimentícios, a representatividade foi ainda menor: 0,005% (ou 41 toneladas).

Entre 1995 e 2020, observa-se que os produtos da extração vegetal, o Rio de Janeiro teve um desempenho melhor (ou menos pior) do que a média brasileira. Isto é, enquanto a extração vegetal de produtos alimentícios cresceu 720,0% no estado fluminense, em termos de quantidade produzida, a brasileira se expandiu em 96,4%. Para o carvão vegetal, a queda do volume extraído caiu ligeiramente mais no Brasil do que no Rio de Janeiro. Vale ressaltar, no entanto, que o estado do Rio de Janeiro tem, historicamente, uma representatividade baixa no volume produzido pela atividade de extração vegetal, não ocorrendo mudanças muito significativas ao longo do tempo.

Apenas os estados do Espírito Santo e de São Paulo não tiveram, em 2020, nenhuma quantidade de extração vegetal de carvão vegetal. Dentre as demais Unidades da Federação, o Rio de Janeiro foi o quarto com menor volume de extração desse produto, ficando à frente de apenas Sergipe, Rondônia e Alagoas – ou seja, estados com menores

proporções de território destinado às florestas (nativas e plantadas). Vale ressaltar que toda a produção extrativa de carvão vegetal fluminense, em 2020, foi realizada pelo município de Cambuci.

No caso da extração vegetal de produtos alimentícios, o Rio de Janeiro se apresenta como o terceiro menos relevante, ficando à frente apenas de Mato Grosso do Sul e Distrito Federal – ou seja, estados com área relativa destinada à floresta similar ou menor a do Rio de Janeiro. Toda a extração vegetal de produtos alimentícios do estado fluminense, em 2020, foi realizada por apenas dois municípios: Resende (75,6% do volume extraído pelo Rio de Janeiro) e Paraty (24,4%).

Em resumo: No Rio de Janeiro, em 2020, os únicos produtos da extração vegetal foram carvão vegetal e produtos alimentícios. Nesse sentido, nesse ano, o estado fluminense somou R\$ 390 mil em valor da produção derivada da extração vegetal, sendo que a maior parte do total foi proveniente da produção de carvão vegetal (73,1%) e o restante (26,9%) foi derivado de alimentícios. A extração vegetal do Rio de Janeiro corresponde a uma parcela pequena do total do Brasil: apenas 0,008%.

Nesse sentido, entre as Unidades da Federação, o Rio de Janeiro foi o quarto com menor volume de extração de carvão vegetal e o terceiro menor em produtos alimentícios. Importante mencionar que a produção extrativa, do Rio de Janeiro, de carvão vegetal em 2020, esteve concentrada em um único município: Cambuci. Já a produção extrativa de produtos alimentícios foi realizada, na sua totalidade, pelas cidades de Resende e Paraty. Entre 1995 e 2020, observa-se que o valor da produção da extração vegetal contraiu ligeiramente mais no Brasil (-79,4%) do que no Rio de Janeiro (-72,7%), levando a um pequeno aumento da participação fluminense no total do país, de 0,006% para 0,008% - porém, continuou ainda muito baixo.

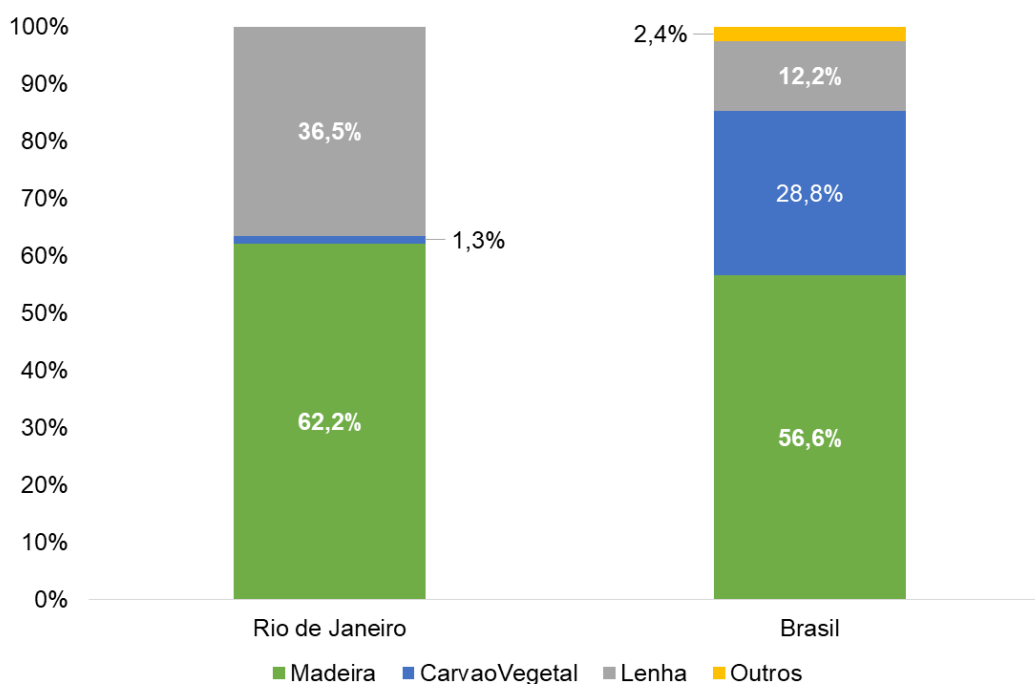
Em termos de valor de produção da silvicultura, qual é a relevância do estado do Rio de Janeiro?

Em 2020, o estado fluminense somou R\$ 52,0 milhões em valor de produção da silvicultura, sendo que a maior parte do total (62,2%) foi proveniente de madeira em tora. A lenha e o

carvão vegetal, por sua vez, respondem, respectivamente, por 36,5% e 1,3% do valor de produção (Gráfico XIII).

A relevância de cada produto dentro do total da extração vegetal do Rio de Janeiro se distingue ligeiramente do padrão brasileiro. Apesar de a madeira em tora corresponder a maior parte do valor de produção tanto no país como um todo (56,6%), como no estado fluminense (62,2%), a lenha é mais relevante no Rio de Janeiro do que do carvão vegetal – exatamente o oposto que ocorre no Brasil, onde o carvão vegetal é bem mais representativo do que a lenha. Ademais, destaca-se que a silvicultura do país como um todo produz outros itens diferentes dos citados, o que não ocorre na atividade fluminense (Gráfico XIII).

Gráfico XIII – Valor real de produção da silvicultura no Rio de Janeiro e Brasil, por produto - 2020 – Participação no total (%)



Fonte: IBGE.

A silvicultura, no Rio de Janeiro, conforme esperado por conta do tamanho de seu território, corresponde a uma parcela pequena do total do Brasil: 0,28% do valor de produção. Quando se detalha por produto, observa-se que a baixa relevância continua, uma vez que

a produção fluminense de madeira, lenha e carvão vegetal representa apenas, respectivamente, 0,30%, 0,83% e 0,01% do total do país.

Comparativamente às demais Unidades da Federação, o Rio de Janeiro é o décimo quarto estado com maior valor de produção da silvicultura, ficando à frente de Alagoas, Distrito Federal, Tocantins, Rondônia, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Roraima, Amazonas e Rio Grande do Norte – ou seja, com exceção de Piauí e Ceará, são estados com áreas destinadas às florestas, em termos proporcionais, similares ou menores às verificadas no Rio de Janeiro.

Dos 92 municípios do Rio de Janeiro, apenas 41 tiveram, em 2020, alguma atividade de silvicultura. As cidades fluminenses mais relevantes foram: São Francisco de Itabapoana (42,5%), Itaperuna (15,5%), Araruama (5,5%) e Barra do Piraí (5,0%).

Ao longo do tempo, observa-se que o valor de produção da silvicultura aumentou tanto no Brasil como no Rio de Janeiro, porém, a expansão foi mais intensa no Rio de Janeiro (646,5%, entre 1995 e 2020, em termos reais) do que na média do país (110,6%, no mesmo período). Isso significa que, ao longo dos anos, a participação da silvicultura do Rio de Janeiro aumentou ligeiramente (porém, continuou pequena) de 0,08% para 0,28%.

Em termos de volume de produção da silvicultura, qual é a relevância do estado do Rio de Janeiro?

Considerando os produtos da silvicultura, nota-se que, em 2020, assim como o valor de produção, a quantidade produzida pelo Rio de Janeiro foi pouco representativa em relação ao total brasileiro, sendo que, no caso a madeira em tora, a produção fluminense representou 0,21% do volume brasileiro (ou 303,2 mil metros cúbicos) e, no caso da lenha, a representatividade foi de: 0,77% (ou 390,1 mil metros cúbicos). O carvão vegetal, por sua vez, representou apenas 0,005% do total do país (ou 304 toneladas).

Entre 1995 e 2020, observa-se que a silvicultura do Rio de Janeiro teve um desempenho melhor do que a média brasileira para a madeira em tora e para a lenha. Nesses casos, a participação fluminense no total da produção brasileira aumentou ligeiramente ao longo do período, apesar de se manter ainda baixa. Para o carvão vegetal, contudo, enquanto a produção vegetal do Rio de Janeiro contraiu, a brasileira expandiu 149,1%. Logo, nesse caso, a participação do estado fluminense, que já era pequena, caiu ainda mais (Tabela II).

Tabela II – Quantidade produzida na silvicultura vegetal, por produto (evolução no Rio de Janeiro e Brasil e evolução da participação do Rio de Janeiro no total produzido pelo Brasil - %) – 1995 a 2020

Produto	Variação 1995 a 2020		Participação do RJ no Brasil	
	Rio de Janeiro	Brasil	1995	2020
Madeira em tora	2918,6%	110,1%	0,01%	0,21%
Lenha	319,8%	79,9%	0,33%	0,77%
Carvão Vegetal	-75,2%	149,1%	0,05%	0,005%

Fonte: IBGE.

Regionalmente, constata-se que os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte não tiveram, em 2020, nenhuma quantidade produzida de madeira em tora. Dentre as demais Unidades da Federação, o Rio de Janeiro foi o décimo terceiro estado com maior volume de produção desse item. Os principais municípios fluminenses, em 2020, em volume produzido de madeira em tora foram: Itaperuna (27,8% do total) e São Francisco de Itabapoana (26,6%).

No caso da produção de lenha, o Rio de Janeiro se apresenta como o décimo mais relevante. Dentro do Rio de Janeiro, os principais municípios produtores de lenha são: São Fidélis (20,3% do total do estado), São Francisco de Itabapoana (14,9%), Santa Maria Madalena (10,8%) e São Pedro da Aldeia (10,3%).

Por fim, no caso do carvão vegetal, observa-se que, em 2020, apenas 16 Unidades da Federação tiveram algum volume produzido, sendo que o principal foi o estado de Minas Gerais, responsável por 87,5% da quantidade produzida pelo país. Nesse contexto, o Rio de Janeiro se apresenta como o terceiro com menor produção, dentre aqueles que produzem esse bem, ficando à frente apenas de Alagoas e Sergipe. Apenas 5 municípios fluminense tiveram alguma produção de carvão vegetal em 2020, sendo que os mais representativos em termos de quantidade produzida foram: Resende (32,9%) e Itaperuna (26,3%).

Em resumo: Em 2020, o estado fluminense somou R\$ 52,0 milhões em valor da produção da silvicultura, sendo que a maior parte do total (62,2%) foi proveniente de madeira em tora. A lenha e o carvão vegetal, por sua vez, responderam, respectivamente, por 36,5% e 1,3% do valor da produção. No entanto, a silvicultura, no Rio de Janeiro corresponde a uma parcela pequena do total do Brasil: 0,28% do valor da produção.

Comparativamente às demais Unidades da Federação, o Rio de Janeiro é o décimo quarto estado com maior valor da produção da silvicultura. Dos 92 municípios do Rio de Janeiro, apenas 41 tiveram, em 2020, alguma atividade de silvicultura. As cidades fluminenses mais relevantes foram: São Francisco de Itabapoana, Itaperuna, Araruama e Barra do Piraí.

Entre 1995 e 2020, observa-se que o valor da produção da silvicultura aumentou tanto no Brasil como no Rio de Janeiro, porém, a expansão foi mais intensa no Rio de Janeiro (646,5%) do que na média do país (110,6%). Logo, a participação da silvicultura do Rio de Janeiro aumentou ligeiramente (porém, continuou pequena), de 0,08% para 0,28%. Essa expansão fluminense foi puxada, sobretudo, pela alta da produção de madeira em tora e lenha. A produção de carvão vegetal, por sua vez, contraiu no mesmo período.

AGROINDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS

Para analisar a agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro, foram consideradas as informações de duas pesquisas do IBGE: Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA Empresa) e Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).

Com os dados da PIA Empresa, pretende-se apresentar um retrato da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas no Rio de Janeiro, em 2019, bem como sua evolução desde 2007 (início da série histórica). Vale ressaltar que, nessa pesquisa, são contempladas unidades locais de empresas industriais com cinco ou mais pessoas ocupadas.

A PIM-PF, por sua vez, produz indicadores de curto prazo (mensais) relativos ao comportamento do produto real das indústrias do país. Dessa forma, o índice de produção industrial visa a refletir as alterações das quantidades de bens e serviços produzidos ao longo do tempo, no Rio de Janeiro, até dezembro/2021.

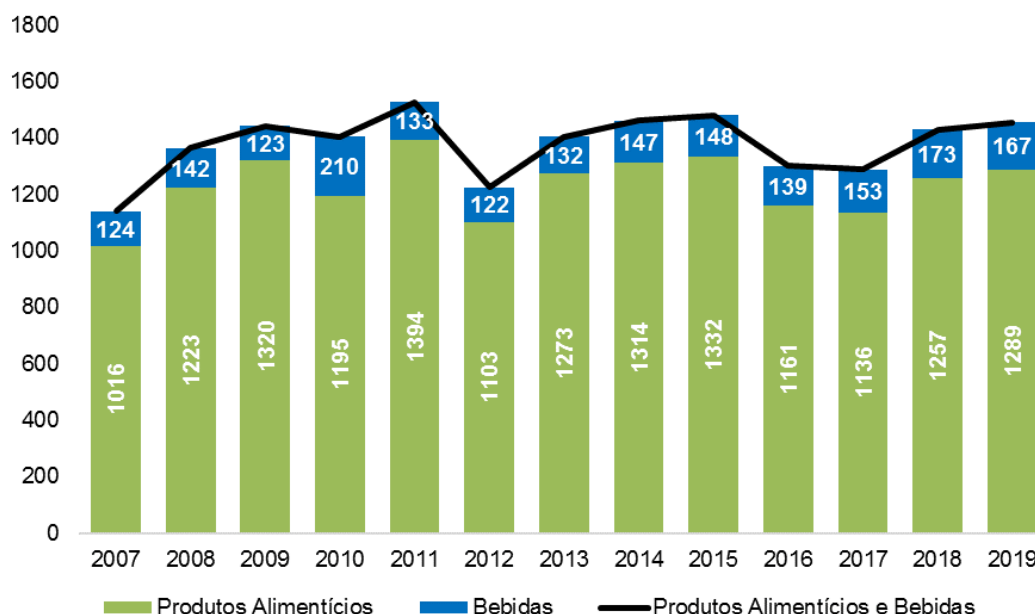
Qual é a dimensão da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro para o Brasil?

Unidades Locais

Em 2019, no Rio de Janeiro, haviam 1.456 unidades locais produtoras de produtos alimentícios e bebidas, sendo que 1.289 (ou 88,5%) tinham a receita principal proveniente da fabricação de produtos alimentícios e 167 (ou 11,5%) era, majoritariamente, produtora de bebidas (Gráfico XIV).

Entre 2007 e 2019, o número de unidades locais da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas expandiu 27,7% (ou seja, aumento de 316 unidades locais), no Rio de Janeiro. Essa alta foi derivada tanto do aumento de unidades locais produtoras de produtos alimentícios como daquelas que produzem bebidas, uma vez que, no período, registraram crescimento de, respectivamente, 26,9% e 34,7%. Isso corresponde a um aumento de 273 unidades locais produtoras de produtos alimentícios e de 43 unidades locais produtoras de bebidas.

Gráfico XIV – Unidades locais produtoras de produtos alimentícios e bebidas no Rio de Janeiro – 2007 a 2019 (unidades)



Fonte: IBGE.

Vale ressaltar que, no mesmo período, o número de unidades locais produtoras de produtos alimentícios e bebidas, considerando o país inteiro, aumentou em uma proporção ligeiramente maior do que levando em conta apenas o Rio de Janeiro, apresentando uma alta de 30,8%. Essa expansão foi derivada tanto do aumento de unidades locais de produtos alimentícios como de bebidas, uma vez que o crescimento foi de, respectivamente, 29,8% e 45,5%. Com isso, a participação da agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas no total do Brasil caiu levemente ao longo do tempo, passando de 4,8%, em 2007, para 4,7%, em 2019. Vale ressaltar que a perda de participação do Rio de Janeiro foi maior no segmento de bebidas (de 7,9% para 7,3%) do que no de produtos alimentícios (de 4,6% para 4,5%).

Receita Líquida de Vendas

As unidades locais produtoras de produtos alimentícios e bebidas no Rio de Janeiro somaram, em 2019, uma receita líquida de vendas de R\$ 22,7 bilhões, sendo que desse total, 47,9% foram do segmento de produtos alimentícios (R\$ 10,9 bilhões) e 52,1% (R\$ 11,8 bilhões) do setor de bebidas. Ou seja, apesar do segmento de bebidas corresponder a apenas 11,5% das unidades locais, ele representa mais de 50% da receita líquida de vendas do setor de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro. O estado fluminense representa apenas 3,0% da receita líquida de vendas do setor brasileiro.

Custos e Despesas

Os custos e despesas da agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas, em 2019, somaram R\$ 22,5 bilhões, sendo que, desse total, R\$ 12,4 bilhões (54,9%) foram provenientes do segmento de bebidas e R\$ 10,2 bilhões (45,1%) do segmento de produtos alimentícios. O estado do Rio de Janeiro ganhou corresponde a 3,1% do total de custos e despesas da agroindústria brasileira de produtos alimentícios e bebidas.

Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI)

O VBPI da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro totalizou, em 2019, R\$ 22,0 bilhões, de forma que 48,0% (ou R\$ 10,6 bilhões) foi proveniente do setor de produtos alimentícios e 52,0% (ou R\$ 11,5 bilhões) foi do setor de bebidas. A

participação do estado do Rio de Janeiro no total da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Brasil, em termos de VBPI, é de 3,1%.

Valor de Transformação Industrial (VTI)

O VTI é um dos principais indicadores da indústria, sendo uma medida do seu desempenho e uma *proxy* do conceito de Valor Adicionado. Nesse sentido, observa-se que, em 2019, o VTI da agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas totalizou R\$ 8,2 bilhões, de forma que 46,2% (ou R\$ 3,8 bilhões) foi proveniente do setor de produtos alimentícios e 53,8% (R\$ 4,4 bilhões) do setor de bebidas. O VTI da agroindústria fluminense representa apenas 3,3% do VTI da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Brasil.

Em resumo: Em 2019, a indústria de produtos alimentícios e bebidas, do Rio de Janeiro, era composta por 1.456 unidades locais produtoras de produtos alimentícios e bebidas, sendo que 1.289 (ou 88,5%) tinham a receita principal proveniente da fabricação de produtos alimentícios e 167 (ou 11,5%) era, majoritariamente, produtora de bebidas.

Ao longo do tempo, vale ressaltar, o número de unidades locais da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas expandiu 27,7% (ou seja, aumento de 316 unidades locais, entre 2007 e 2019), no Rio de Janeiro. Essa alta foi derivada tanto do aumento de unidades locais produtoras de alimentícios como daquelas que produzem bebidas, uma vez que, no período, registraram crescimento de, respectivamente, 26,9% (273 unidades locais) e 34,7% (43 unidades locais).

Dessa forma, a indústria fluminense de produtos alimentícios corresponde, atualmente, a 7,3% das unidades locais desse segmento, do país, e, no caso de bebidas, a representatividade é de 4,5%. É importante lembrar que essa representatividade já foi ligeiramente maior, porém caiu ao longo do tempo, uma vez que a expansão em unidades locais do Brasil aumentou em um ritmo maior, para ambos os segmentos agroindustriais.

A agroindústria de produtos alimentícios e bebidas somou, em 2019, uma receita líquida de vendas de R\$ 22,7 bilhões, sendo que 47,9% foi obtida pelo segmento de produtos alimentícios e 52,1% pelo de bebidas. Ou seja, apesar do segmento de bebidas corresponder a apenas à menor parte das unidades locais dessa indústria, ele representa mais de 50% da receita líquida de vendas do setor de produtos alimentícios e bebidas do

Rio de Janeiro. Além de responder pela maior parte das receitas líquidas de vendas, o segmento de bebidas também responde por 54,9% dos custos e despesas, 52,0% do VBPI e 53,8% do VTI. Por fim, ressalta-se que todos esses indicadores da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro evoluíram positivamente ao longo dos anos.

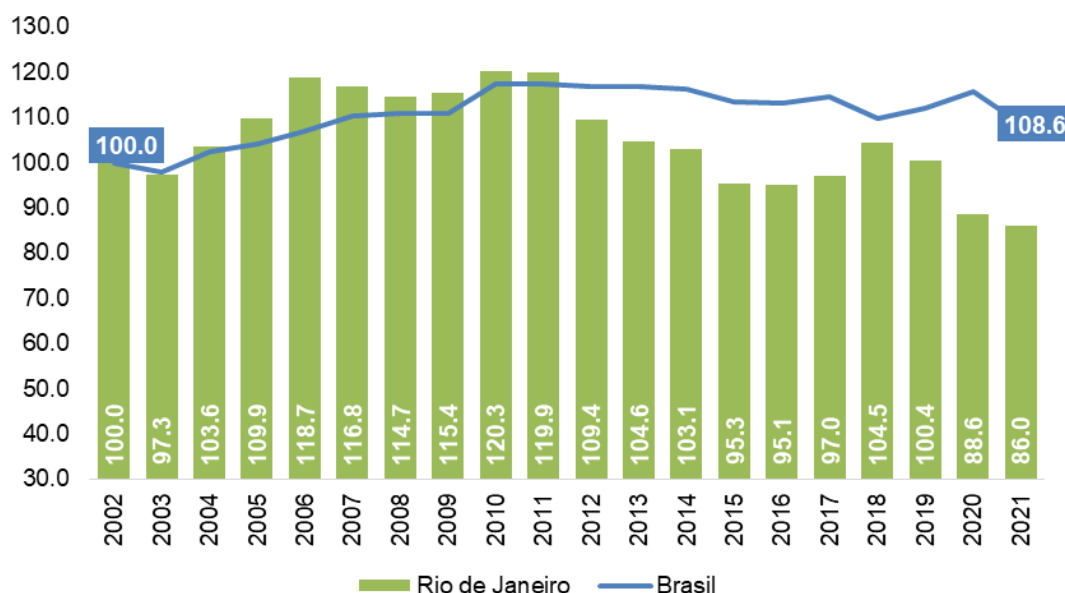
Qual foi a dinâmica da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro para o Brasil entre 2002 e 2021?

Entre 2002 a 2021, a agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas reduziu sua produção física, em 14,0%. Essa contração do volume produzido foi ocasionada, exclusivamente, pelo segmento de produtos alimentícios, cuja queda foi de 31,5%. O segmento de bebidas, por sua vez, registrou uma alta de 7,2% na sua produção. Ao mesmo tempo, o volume de produção brasileira de produtos alimentícios e bebidas apresentou uma expansão de 8,6%, derivada de uma alta de 1,3% em produtos alimentícios e de 42,8% em bebidas.

Considerando o setor de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro, observa-se que, até 2010, a produção vinha, de forma geral, aumentando, porém, a partir de então, passou a cair quase que sistematicamente (Gráfico XV).

A perda de dinamismo da agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas foi ocasionada por ambos setores. Porém, no caso de produtos alimentícios, a produção começou a contrair ainda antes do que a de bebidas. Ou seja, enquanto o segmento de produtos alimentícios atingiu seu pico de produção em 2006, o de bebidas foi em 2010.

Gráfico XV – Índice de produção de produtos alimentícios e bebidas, no Rio de Janeiro e Brasil – 2002 a 2021 (índice de base fixa, média de 2002 = 100)



Fonte: IBGE.

Em resumo: Entre 2002 a 2021, a agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas reduziu sua produção física, em 14,0%; queda puxada exclusivamente pelo segmento de produtos alimentícios (-31,5%, no período). O segmento de bebidas, por sua vez, registrou uma alta de 7,2% na sua produção.

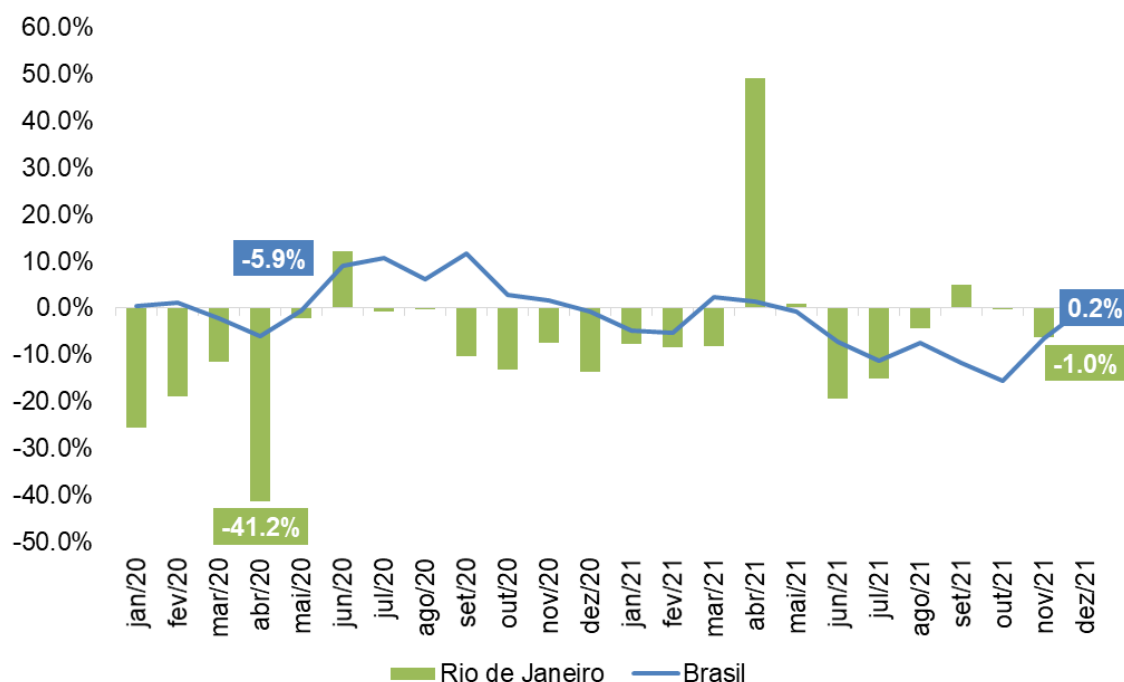
O desempenho da produção física da agroindústria de produtos alimentícios do Rio de Janeiro, portanto, teve um desempenho oposto ao do Brasil como um todo, que, no mesmo período, registrou alta de 1,3%. O segmento brasileiro de bebidas teve um desempenho ainda melhor do que o fluminense, com uma variação de 42,8%.

Qual foi a dinâmica da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro para o Brasil ao longo da pandemia de Covid-19?

Os primeiros efeitos na pandemia de Covid-19 começaram a ser sentidos, no Brasil, a partir de março de 2020. Diante disso, fica claro que, após as primeiras medidas adotadas pelo poder público para tentar conter o espalhamento da Covid-19, no país inteiro, a produção agroindustrial fluminense de produtos alimentícios e bebidas, em abril/2020, caiu de forma

mais intensa (-41,2%) do que a brasileira (-5,9%), considerando a variação interanual (isto é, mês em comparação com o mesmo mês do ano anterior) (Gráfico XVI).

Gráfico XVI – Variação interanual do índice de produção de produtos alimentícios e bebidas, no Rio de Janeiro e Brasil – janeiro/2020 a dezembro/2021 (mês versus mesmo mês do ano anterior)



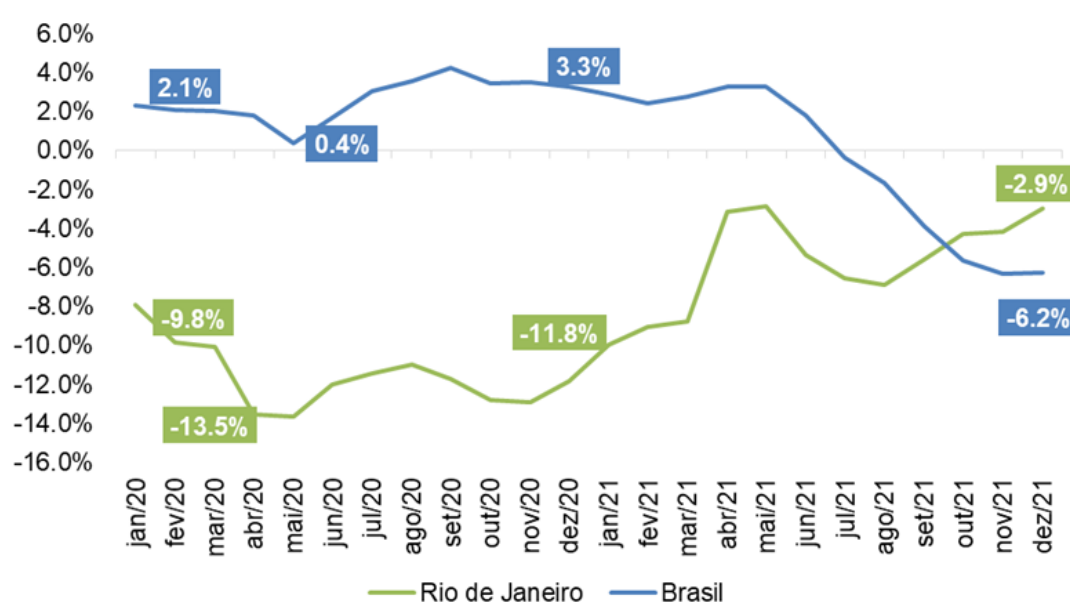
Fonte: IBGE.

Ademais, nota-se que, após os efeitos iniciais da pandemia de Covid-19, a produção do setor do país como um todo voltou rapidamente a entrar em uma trajetória de recuperação, fechando 2020 com uma alta de 3,3%. No caso da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas do Rio de Janeiro, o cenário foi um pouco diferente, uma vez que já iniciou o ano em campo negativo e as turbulências da pandemia só pioraram a situação, de forma que acumulou, em 2020, uma queda de 11,8%.

Porém, quando se observa o ano de 2021, constata-se uma trajetória diferente, na qual o setor do país como um todo vem em uma trajetória de desaceleração e, posteriormente, queda e a do Rio de Janeiro, apesar de ainda se manter em campo negativo, vem desacelerando as contrações observadas. Diante disso, em 2021, enquanto a agroindústria

fluminense de produtos alimentícios e bebidas registrou uma queda de 2,9%, a brasileira contraiu 6,2% (Gráfico XVII).

Gráfico XVII – Variação acumulada em doze meses do índice de produção de produtos alimentícios e bebidas, no Rio de Janeiro e Brasil – janeiro/2020 a dezembro/2021



Fonte: IBGE.

Tanto o setor de produtos alimentícios como o de bebidas, do Rio de Janeiro, não passaram ilesos às turbulências causadas pela pandemia de Covid-19. No entanto, é válido ressaltar que o setor fluminense de produtos alimentícios já vinha em uma trajetória de fortes contrações antes mesmo da chegada da doença no país. Ou seja, a pandemia somente reforçou a tendência que vinha de antes. Já no caso do setor de bebidas, do Rio de Janeiro, o impacto foi mais intenso, de forma que, em abril/2020, a contração do volume produzido foi de 54,5%. No entanto, logo voltou a crescer, mas, no final de 2020 tornou a entrar em uma trajetória de queda. Com isso, enquanto o setor de produtos alimentícios acumulou, em 2020, uma contração de 18,7% o de bebidas retraiu 5,7%. Em 2021, ambos os setores demonstraram uma certa recuperação, porém, ainda não conseguiram sair do campo negativo.

Em resumo: Após as primeiras medidas adotadas pelo poder público para tentar conter o espalhamento da Covid-19, a produção agroindustrial fluminense de produtos alimentícios e bebidas não conseguiu passar ilesa e foi mais atingida (-41,2%, em abril/2020, na variação interanual) do que a brasileira (5,9%).

Ou seja, ambos foram atingidos, mas a agroindústria do Rio de Janeiro foi mais impactada do que a do Brasil como um todo. Além disso, nota-se que, rapidamente, a produção do setor do país voltou a entrar em uma trajetória de recuperação, conseguindo terminar 2020 com uma alta de 3,3%. O mesmo não ocorreu, no Rio de Janeiro: o setor já iniciou o ano em campo negativo e as turbulências da pandemia pioraram a situação, acumulando uma queda de 11,8%, no mesmo ano.

Porém, quando se observa o ano de 2021, constata-se uma trajetória diferente, na qual o setor do país como um todo vem em uma trajetória de desaceleração e, posteriormente, queda; e a do Rio de Janeiro, apesar de ainda se manter em campo negativo, vem desacelerando as contrações observadas. Diante disso, em 2021, enquanto a agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas registrou uma queda de 2,9%, a brasileira contraiu 6,2%.

INSERÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As informações sobre o comércio internacional^{11,12} realizado pelo agronegócio fluminense têm como fonte os dados coletados e disseminados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT), do Ministério da Economia (ME), que estão disponibilizados no portal do Comex Stat, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Os dados do setor foram sistematizados utilizando uma metodologia própria, elaborada pelo FGVAgro.

Vale ressaltar, antes de prosseguir, que os dados por Unidade da Federação disponibilizados pela Comex Stat se referem aos estados em que a mercadoria exportada foi produzida (no caso das exportações) ou o destino da importação realizada (no caso das

¹¹ As informações e análises realizadas nessa seção refere-se apenas ao comércio internacional do agronegócio fluminense. Ou seja, o conteúdo está relacionado ao volume e valor que o estado do Rio de Janeiro exporta para outros países e importa de outras nações. Não estão presentes análises sobre o comércio interestadual nesse estudo, uma vez que dados com este tipo de informação não estão disponíveis nas fontes oficiais utilizadas nesse trabalho.

¹² Os dados do comércio exterior são apresentados em dólares nominais, ou seja, não foram deflacionados.

importações), independentemente de onde esteja localizada a sede da empresa que realizou a operação de exportação ou importação¹³. Logo, as análises realizadas nessa seção dizem respeito às exportações de produtos produzidos no Rio de Janeiro e das importações que tiveram como destino o estado fluminense.

Qual é a participação do Estado do Rio de Janeiro nas exportações do agronegócio brasileiro e quais os segmentos que mais se destacaram?

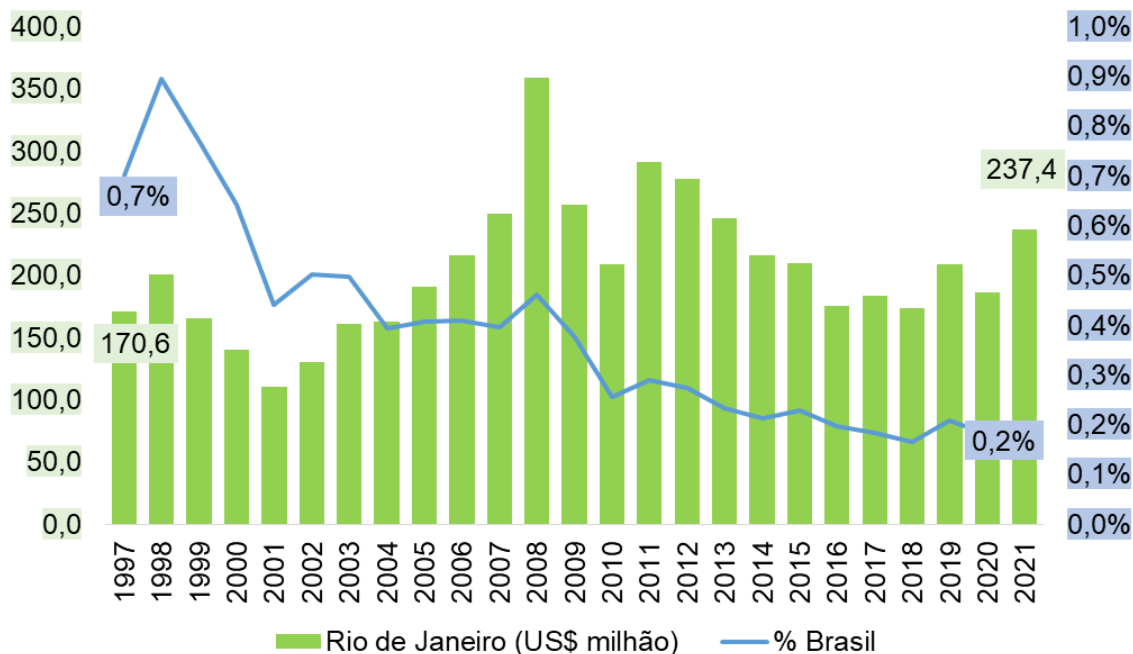
Em 2021, as exportações do agronegócio (agropecuária e agroindústria) fluminense totalizaram US\$ 237,4 milhões, correspondendo a 0,2% do total do país. Entre 1997 e 2021, as vendas externas do agronegócio do Rio de Janeiro cresceram 37,9%. No entanto, a alta foi bem menos significativa do que a apresentada pelo setor brasileiro, cujas exportações expandiram em 409,0%. Com isso, a participação do Rio de Janeiro no total do país contraiu ao longo do tempo, uma vez que, em 1997, correspondia a 0,7% (Gráfico XVIII).

É importante salientar que, até 2008, as exportações do agronegócio fluminense vinham em franca expansão, acumulando uma alta de 110,2% frente a 1997. A partir de então passou a demonstrar quedas anuais quase que sucessivas, sendo as exceções os anos de 2011, 2017, 2019 e 2021 (Gráfico XVIII).

Parte majoritária das exportações do estado do Rio de Janeiro são de produtos agroindustriais, correspondendo, em 2021, a mais de 93% do valor e volume total – de outra forma, os produtos agropecuários representaram menos de 7% das vendas externas do agronegócio fluminense (Gráfico XIX). A concentração agroindustrial nas exportações é bem mais intensa no Rio de Janeiro do que no Brasil como um todo (55,2% do valor total).

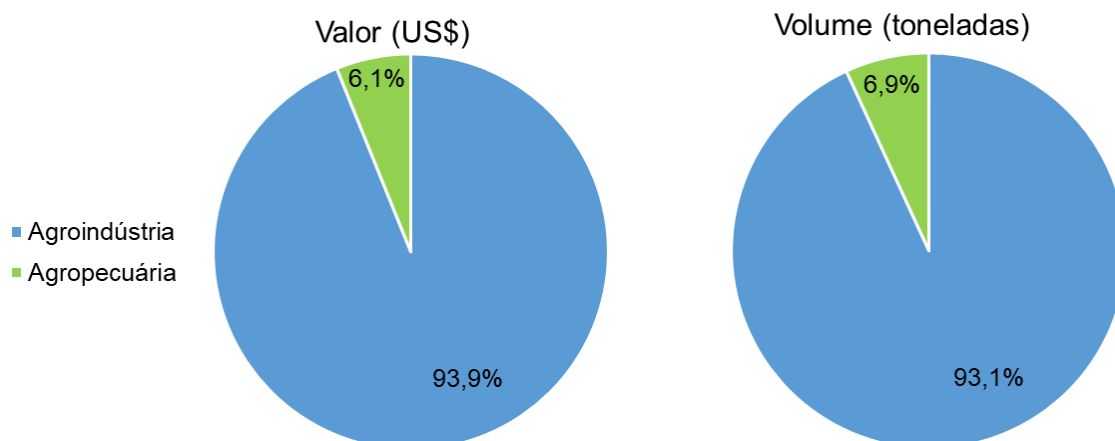
¹³ Informações disponíveis em: <<https://balanca.economia.gov.br/balanca/manual/Manual.pdf>>.

Gráfico XVIII – Evolução das exportações do agronegócio do Rio de Janeiro (US\$ milhão e participação nas exportações do agronegócio brasileiro)



Fonte: Comex Stat.

Gráfico XIX – Exportações do agronegócio do Rio de Janeiro, por setor (agroindústria e agropecuária) – (participação nas exportações do agronegócio fluminense, em valor e volume) - 2021



Fonte: Comex Stat.

As exportações da agroindústria do Rio de Janeiro somaram, em 2021, US\$ 222,9 milhões, correspondendo a 0,3% do total vendido externamente pelo mesmo setor, considerando o país como um todo. A maior parte das exportações agroindustriais do Rio de Janeiro são de produtos alimentícios e bebidas, correspondendo a 53,3% do valor e 65,2% do volume total, em 2021.

- O setor de produtos alimentícios representa 91,9% do valor e 75,4% do volume exportado pela agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas. Por sua vez, o setor de bebidas corresponde, respectivamente, a 8,1% e 24,6% do total.
 - Dentro do setor de produtos alimentícios, o subsetor que mais exporta no Rio de Janeiro é o de alimentos de origem animal, correspondendo a 87,9% do valor e 59,4% do volume vendido externamente pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas. Entre os produtos mais exportados pelo estado, dentro de produtos alimentícios são: abates e reses (60,5% do valor e 10,5% do volume) e pescados e outros (33,1% do valor e 66,4% do volume).
 - No caso do setor de Bebidas, as alcoólicas são a parte majoritária e representam 7,7% do valor e 23,5% do volume das exportações do segmento de produtos alimentícios e bebidas.

Já as exportações de produtos não-alimentícios da agroindústria do estado do Rio de Janeiro somaram, em 2021, US\$ 104,2 milhões, correspondendo a 0,5% das vendas externas brasileiras do mesmo setor.

- Dentro do segmento de produtos não-alimentícios, os principais setores exportadores do Rio de Janeiro são: produtos florestais (40,9% do valor e 79,8% do volume), produtos têxteis (respectivamente, 29,1% e 3,1%) e insumos agropecuários (28,3% e 15,9%, na mesma ordem).
- Por fim, as exportações da agropecuária do Rio de Janeiro somaram, em 2021, apenas US\$ 14,5 milhões, representando 0,03% das vendas externas do setor, considerando o Brasil inteiro.
 - Dentro da agropecuária do Rio de Janeiro, os setores mais relevantes, em 2021, foram: chá e especiarias (35,4% e 58,2%, respectivamente), demais produtos de origem vegetal (34,7% do valor e 3,3% do volume) e frutas (15,3% e 22,5%, na mesma ordem).

Em resumo: Em 2021, as exportações do agronegócio (agropecuária e agroindústria) fluminense totalizaram US\$ 237,4 milhões, correspondendo a 0,2% do total do país. Os produtos agroindustriais responderam por mais de 93% das vendas externas do agronegócio do estado, ou seja, apenas 7% correspondem às exportações de produtos agropecuários.

Considerando a agroindústria, o Rio de Janeiro exportou, em 2021, US\$ 222,9 milhões (0,3% do total vendido externamente pelo mesmo setor do Brasil). Desse total, 53,3% corresponderam a produtos alimentícios e bebidas e 46,7% a produtos não-alimentícios.

O setor de produtos alimentícios representou 91,9% do valor exportado pela agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas. Por sua vez, o setor de bebidas correspondeu a 8,1% do total. Entre os produtos mais exportados pelo estado, dentro de produtos alimentícios, estão: abates e reses e pescados e outros. No caso do setor de bebidas, as alcoólicas são a parte majoritária.

Os principais exportadores do segmento de produtos não-alimentícios, do Rio de Janeiro, em 2021, foram os seguintes setores: produtos florestais, produtos têxteis e insumos agropecuários.

Dentro da agropecuária do Rio de Janeiro, os setores mais relevantes, foram: chá e especiarias, demais produtos de origem vegetal e frutas.

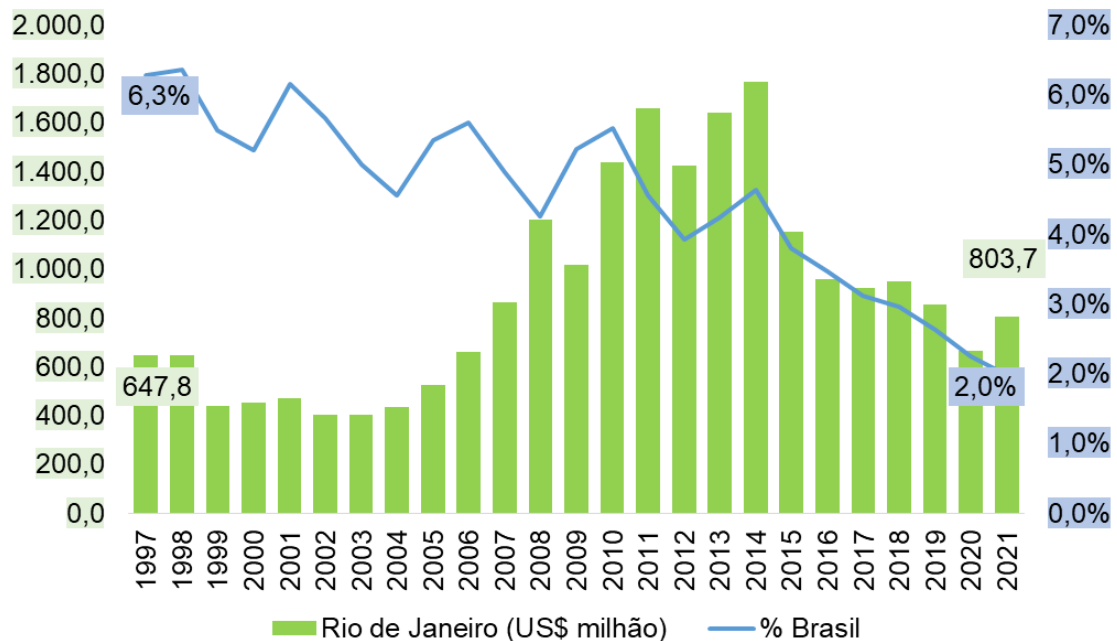
Por fim, verifica-se que, entre 1997 e 2021, as vendas externas do agronegócio do Rio de Janeiro cresceram 37,9%, em termos nominais. No entanto, a alta foi bem menos significativa do que a apresentada pelo setor brasileiro, cujas exportações expandiram em 409,0%. Com isso, a participação do Rio de Janeiro no total do país contraiu ao longo do tempo, uma vez que, em 1997, correspondia a 0,7%.

Qual é a participação do Estado do Rio de Janeiro nas importações do agronegócio brasileiro e quais os segmentos que mais se destacaram?

Em 2021, as importações do agronegócio (agropecuária e agroindústria) fluminense somaram US\$ 803,7 milhões, correspondendo a 2,0% do total do país. Entre 1997 e 2021, as compras externas do agronegócio do Rio de Janeiro aumentaram 24,1%, ao mesmo tempo em que o setor brasileiro elevou suas importações em 293,9% - ou seja, a participação do Rio de Janeiro no total contraiu ao longo do tempo, uma vez que, em 1997,

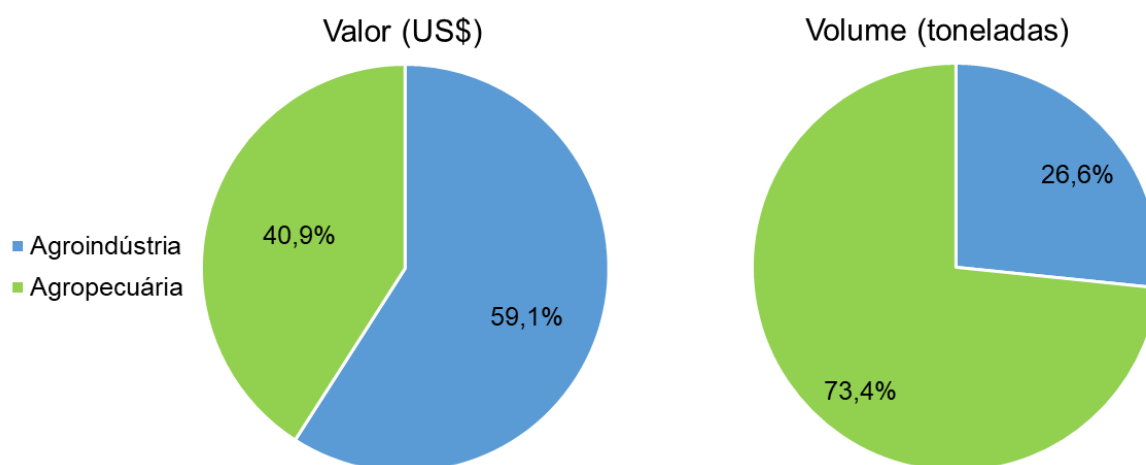
correspondia a 6,3%. É válido ressaltar que, até 2014, as importações do agronegócio fluminense vinham em franca expansão, acumulando uma alta de 172,7% frente a 1997. A partir de então passou a demonstrar quedas anuais quase que sucessivas (Gráfico XX). Vale destacar que, apesar da agroindústria corresponder a parte majoritária do valor importado pelo agronegócio (59,1%), representa a menor parcela em termos de volume (26,6%), no Rio de Janeiro. De outra forma, a agropecuária corresponde a 73,4% do volume importado pelo agronegócio fluminense, mas 40,9% do valor (Gráfico XXI).

Gráfico XX – Evolução das importações do agronegócio do Rio de Janeiro (US\$ milhão e participação nas importações do agronegócio brasileiro)



Fonte: Comex Stat.

Gráfico XXI – Importações do agronegócio do Rio de Janeiro, por setor (agroindústria e agropecuária) – (participação nas importações do agronegócio fluminense, em valor e volume) - 2021



Fonte: Comex Stat.

As importações da agroindústria do Rio de Janeiro somaram, em 2021, US\$ 474,8 milhões, correspondendo a 1,3% do total comprado externamente pelo mesmo setor, considerando o país como um todo. A maior parte das importações agroindustriais do Rio de Janeiro são de produtos não-alimentícios, correspondendo a 58,9% do valor e 66,7% do volume, em 2021. No entanto, os produtos alimentícios e bebidas representam também uma parcela significativa das compras externas do setor fluminense: 41,1% e 33,3%, respectivamente. As importações de produtos não-alimentícios da agroindústria do estado do Rio de Janeiro somaram, em 2021, US\$ 279,8 milhões, correspondendo a 1,0% das compras externas brasileiras do mesmo setor.

- Dentro do segmento de produtos não-alimentícios, os principais setores importadores, tanto em termos de valor como em termos de volume, são os insumos agropecuários (57,6% do valor e 65,7% do volume). Os produtos têxteis e os produtos florestais também são importantes setores na pauta importadora da agroindústria fluminense de produtos não-alimentícios.

Por sua vez, as importações da agroindústria de produtos alimentícios e bebidas, do Rio de Janeiro, totalizaram, em 2021, US\$ 195,0 milhões, correspondendo a 2,6% do total importado pelo mesmo segmento, considerando o país como um todo.

- O setor de produtos alimentícios representa 80,6% do valor e 85,0% do volume importado pela agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas. Por sua vez, o setor de bebidas corresponde, respectivamente, a 19,4% e 15,0% do total.
 - Dentro do setor de produtos alimentícios, o subsetor que mais importa, em termos de valor, no Rio de Janeiro é o de alimentos de origem animal, correspondendo a 49,7% do total importado pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas. Porém, em relação ao volume, os alimentos de origem vegetal têm maior representatividade na pauta, representando 50,9% do total. Entre os produtos mais importados pelo estado, dentro de produtos alimentícios são: pescados e outros (55,8% do valor e 36,3% do volume), óleos e gorduras (19,9% e 12,2%, respectivamente) e conservas (15,9% e 34,7%, na mesma ordem).
 - No caso do setor de Bebidas, as alcoólicas são a parte majoritária e representam 19,4% do valor e 14,9% do volume das importações do segmento de produtos alimentícios e bebidas.

Por fim, as importações da agropecuária do Rio de Janeiro somaram, em 2021, US\$ 328,9 milhões, representando 6,1% das compras externas do setor, considerando o Brasil inteiro.

- Dentro da agropecuária do Rio de Janeiro, os setores mais relevantes, em 2021, foram: cereais (43,1% do valor e 86,6% do volume), produtos florestais (27,4% e 8,3%, respectivamente) e pescado (16,8% e 1,4%, na mesma ordem).

Em resumo: Em 2021, as importações do agronegócio (agropecuária e agroindústria) fluminense totalizaram US\$ 803,7 milhões, correspondendo a 2,0% do total do país. Os produtos agroindustriais responderam por mais de 59,1% do valor das compras externas do agronegócio do estado, ou seja, 40,9% do total corresponde às importações de produtos agropecuários. Em volume, vale ressaltar, a agropecuária representa a maior parte das importações, com uma participação de 73,4%.

Considerando a agroindústria, o Rio de Janeiro importou, em 2021, US\$ 474,8 milhões (1,3% do total comprado externamente pelo mesmo setor do Brasil). Desse total, 58,9% corresponderam a produtos não-alimentícios e 41,1% a produtos alimentícios e bebidas.

Os principais importadores do segmento de produtos não-alimentícios, do Rio de Janeiro, em 2021, foram os seguintes setores: insumos agropecuários, produtos têxteis e produtos florestais.

O setor de produtos alimentícios representou 80,6% do valor importado pela agroindústria fluminense de produtos alimentícios e bebidas. Por sua vez, o setor de bebidas correspondeu a 19,4% do total. Entre os produtos mais importados pelo estado, dentro de produtos alimentícios estão: pescados e outros, óleos e gorduras e conservas. No caso do setor de Bebidas, as alcoólicas são a parte majoritária do valor importado.

Dentro da agropecuária do Rio de Janeiro, os setores mais relevantes, foram: cereais, produtos florestais e pescado.

Por fim, verifica-se que, entre 1997 e 2021, as compras externas do agronegócio do Rio de Janeiro cresceram 24,1%, em termos nominais. No entanto, a alta foi bem menos significativa do que a apresentada pelo setor brasileiro, cujas importações expandiram em 293,9%. Com isso, a participação do Rio de Janeiro no total do país contraiu ao longo do tempo, uma vez que, em 1997, correspondia a 6,3%.

Qual é a situação da balança comercial do agronegócio fluminense?

Em 2021, a balança comercial¹⁴ do agronegócio fluminense foi deficitária em US\$ 566,3 milhões. Porém, não foi somente neste ano em que o saldo comercial do estado foi negativo, ao contrário, historicamente as importações do setor são maiores do que as exportações no Rio de Janeiro - diferentemente do saldo comercial do agronegócio brasileiro que é tradicionalmente positivo (Gráfico XXII).

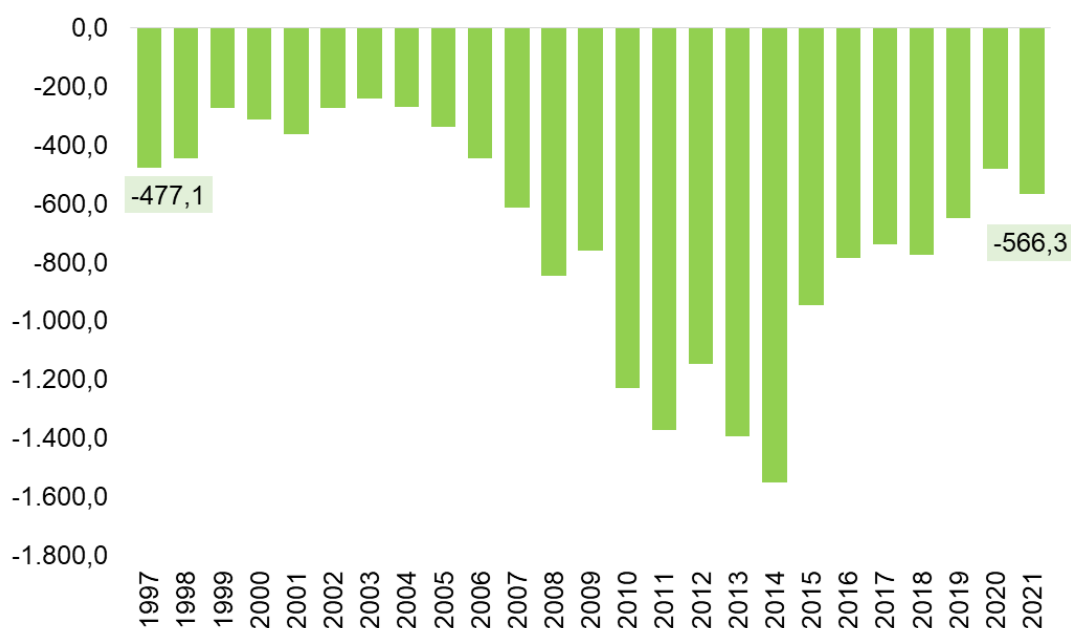
Ao longo do tempo, observa-se que a balança comercial do setor ficou mais deficitária, uma vez que, em 1997, o saldo era negativo em US\$ 477,1 milhões. Contudo, é possível dividir a evolução da balança comercial fluminense em dois momentos distintos: (i) entre 1997 e 2014 e (ii) entre 2014 e 2021 (Gráfico XXII).

Entre 1997 e 2014, o déficit comercial aumentou em US\$ 1,1 bilhão, passando de US\$ 477,1 milhões para US\$ 1,5 bilhão – sendo este o pior ano para o comércio internacional do agronegócio fluminense, ou seja, com o maior déficit comercial da série histórica. A partir

¹⁴ Definida como exportações menos importações.

de 2014, no entanto, o saldo comercial foi ficando cada vez menos negativo, de forma que, em 2020, atingiu o menor déficit desde 2006, porém, em 2021, a situação voltou a piorar. Entre 2014 e 2021, o agronegócio fluminense aumentou seu saldo negativo em US\$ 89,2 milhões (Gráfico XXII).

Gráfico XXII – Evolução da balança comercial do agronegócio do Rio de Janeiro (US\$ milhão)



Fonte: Comex Stat.

Tanto a agropecuária como a agroindústria do Rio de Janeiro são historicamente deficitárias, contribuindo positivamente para o saldo negativo do agronegócio do estado. Em 2021, enquanto o saldo comercial da agropecuária ficou negativo em US\$ 314,4 milhões (ou seja, 55,5% do déficit do agronegócio), o da agroindústria ficou em US\$ 251,9 milhões (44,5% do total).

Como foi visto anteriormente, em 2021, os principais setores exportadores da agropecuária fluminense, em valor, foram: chá e especiarias (35,4% do total vendido externamente pela agropecuária do Rio de Janeiro), demais produtos de origem vegetal (34,7%), frutas (15,3%) e pescado (6,4%). Com exceção de chá e especiarias (superávit de US\$ 4,8 milhões), todos esses principais setores tiveram, no ano, déficit na balança comercial, de

forma que os demais produtos de origem vegetal, frutas e pescado ficaram com o saldo negativo em, respectivamente, US\$ 11,4 milhões, US\$ 7,9 milhões e US\$ 54,5 milhões.

Na agroindústria, por sua vez, o segmento de produtos alimentícios e bebidas corresponderam à maior parte do valor das exportações agroindustriais, correspondendo a 53,3% do total. O segmento de produtos não-alimentícios respondeu por 46,7% das vendas externas da agroindústria. Contudo, para ambos os segmentos, o saldo comercial, em 2021, foi negativo, uma vez que as importações superaram as exportações de forma significativa. Isto é, para o segmento de produtos alimentícios e bebidas o déficit foi de US\$ 76,3 milhões e o de produtos não-alimentícios foi de US\$ 175,7 milhões.

Em resumo: A balança comercial do agronegócio fluminense é historicamente deficitária, sendo que, em 2021, o saldo ficou negativo em US\$ 566,3 milhões. Tanto a agropecuária como a agroindústria do Rio de Janeiro também são tradicionalmente deficitárias, contribuindo positivamente para o saldo negativo do agronegócio do estado. Em 2021, enquanto o saldo comercial da agropecuária ficou negativo em US\$ 314,4 milhões (ou seja, 55,5% do déficit do agronegócio), o da agroindústria ficou em US\$ 251,9 milhões (44,5% do total).

Considerando os principais setores exportadores da agropecuária fluminense, em 2021, verifica-se que, com exceção de chá e especiarias, todos os demais tiveram déficit na balança comercial, de forma que os demais produtos de origem vegetal, frutas e pescado ficaram com o saldo negativo em, respectivamente, US\$ 11,4 milhões, US\$ 7,9 milhões e US\$ 54,5 milhões.

Na agroindústria, por sua vez, tanto o segmento de produtos alimentícios e bebidas, como o de não-alimentícios tiveram o saldo comercial negativo.

Dentro de produtos alimentícios, observa-se que o setor de alimentos de origem animal e bebidas não-alcoólicas foram superavitários. Porém, os setores de alimentos de origem vegetal e bebidas alcoólicas foram significativamente deficitários.

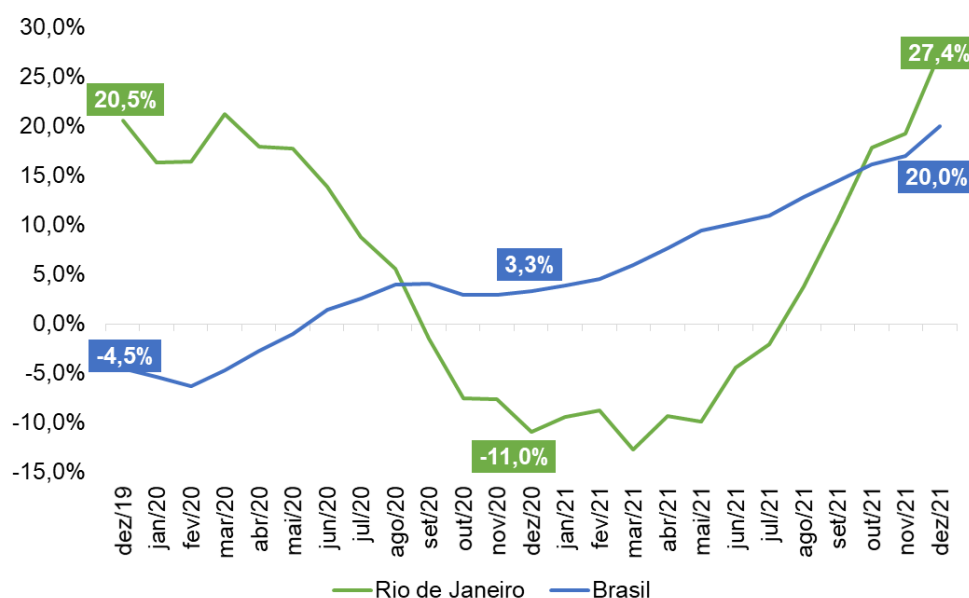
Por fim, dentre os principais setores do segmento de produtos não-alimentícios, observa-se que apenas o setor de produtos florestais foi, em 2021, superavitário. Os setores de insumos agropecuários e produtos têxteis têm uma balança comercial negativa em, respectivamente, US\$ 131,7 milhões e US\$ 52,4 milhões.

Os ventos que favoreceram as exportações brasileiras em 2020 mudaram algo no cenário do agronegócio fluminense?

A pandemia de Covid-19 chegou ao país, oficialmente, em março/2020 e, apesar de todas as consequências negativas para a economia e para a saúde pública do país, ela foi benéfica, de modo geral, para as exportações do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, o valor das exportações (em dólares), que vinha em queda, passou a se recuperar e entrou em uma trajetória quase que ininterrupta de crescimento, acumulando uma expansão de 3,3%, em 2020, e de 20,0%, em 2021 (Gráfico XXIII).

Entretanto, quando se considera as exportações do estado do Rio de Janeiro, verifica-se uma dinâmica oposta à do país como um todo. Isto é, as exportações fluminenses vinham crescendo de forma robusta e, quando a pandemia chegou ao país, entrou em uma trajetória de queda expressiva, fazendo com que, em 2020, acumulasse uma retração de 11,0% frente ao ano anterior. As vendas externas do estado só voltaram a reagir a partir do segundo trimestre de 2021 e, terminou o ano com uma expansão robusta, de 27,4%, compensando a forte perda verificada no ano anterior (Gráfico XXIII).

Gráfico XXIII – Evolução do valor (em US\$) das exportações do agronegócio do Rio de Janeiro e Brasil (variação acumulada em 12 meses) – dezembro/2019 a dezembro/2021



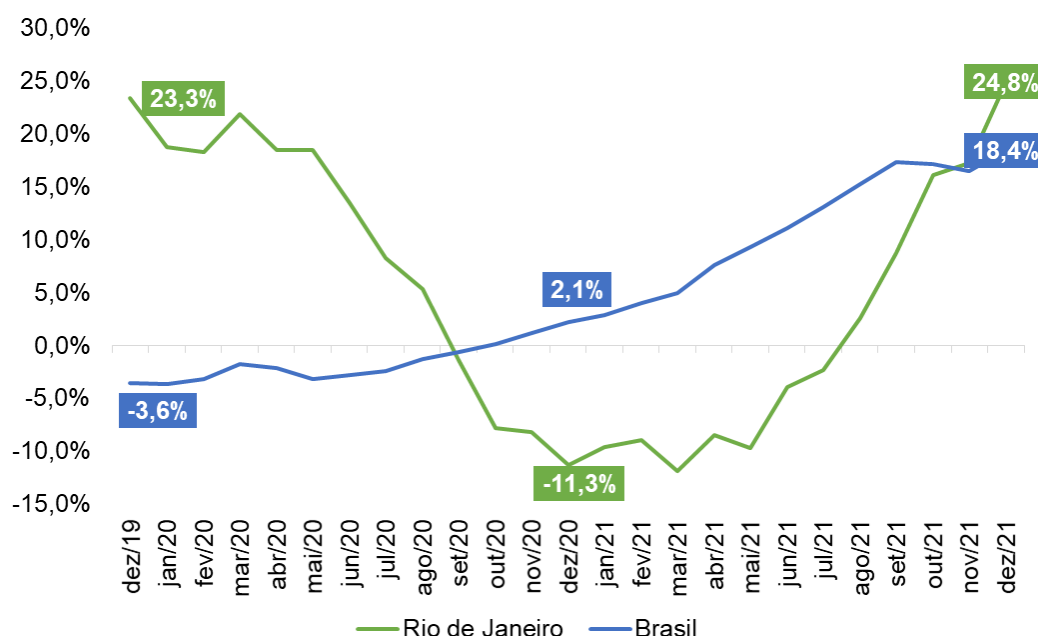
Fonte: Comex Stat.

Como a agroindústria corresponde à maior parte das exportações do agronegócio fluminense (mais de 93%, em 2021), foi ela quem ditou a dinâmica observada no agronegócio como um todo do estado. Ou seja, as vendas externas da agroindústria fluminense iniciaram 2020 com forte expansão, porém, entrou em intensa trajetória de desaceleração e, a partir do primeiro trimestre desse mesmo ano, em queda. Com isso, o setor, em 2020, acumulou uma retração de 11,3% frente a 2019. Somente no segundo trimestre de 2021, que as exportações da agroindústria do Rio de Janeiro voltaram a ter uma dinâmica de recuperação e, dessa forma, terminou o ano com uma alta de 24,8% (Gráfico XXIV).

Vale ressaltar que, no estado fluminense, a queda das vendas externas da agroindústria verificada em 2020 foi puxada, sobretudo, pelo segmento de produtos não-alimentícios, uma vez que contraiu 15,0%. Contudo, o segmento de produtos alimentícios e bebidas também foi responsável por essa retração da agroindústria, porém de forma mais modesta, uma vez que diminuiu suas exportações em 7,1%. Em 2021, por sua vez, ambos os segmentos puxaram as exportações do setor para cima, na medida que registraram fortes taxas de crescimento, contudo, o de produtos alimentícios e bebidas (36,3%) cresceu de forma bem mais intensa do que o de produtos não-alimentícios (14,4%).

Por fim, em relação às exportações da agropecuária brasileira verifica-se que ela entrou no período de pandemia em queda, porém, reduziu suas perdas ao longo de 2020. Mas somente no segundo semestre de 2021 é que o setor começou a de fato se recuperar e, terminou o ano com uma robusta expansão de 87,0% (Gráfico XXV). Vale ressaltar que as exportações da agropecuária fluminense são bastante voláteis e representam apenas uma pequena parcela das exportações do agronegócio (em torno de 7%, em 2021) – ou seja, pequenas variações absolutas levam a grandes variações relativas.

Gráfico XXIV – Evolução do valor das exportações da agroindústria do Rio de Janeiro e Brasil (variação acumulada em 12 meses) – dezembro/2019 a dezembro/2021

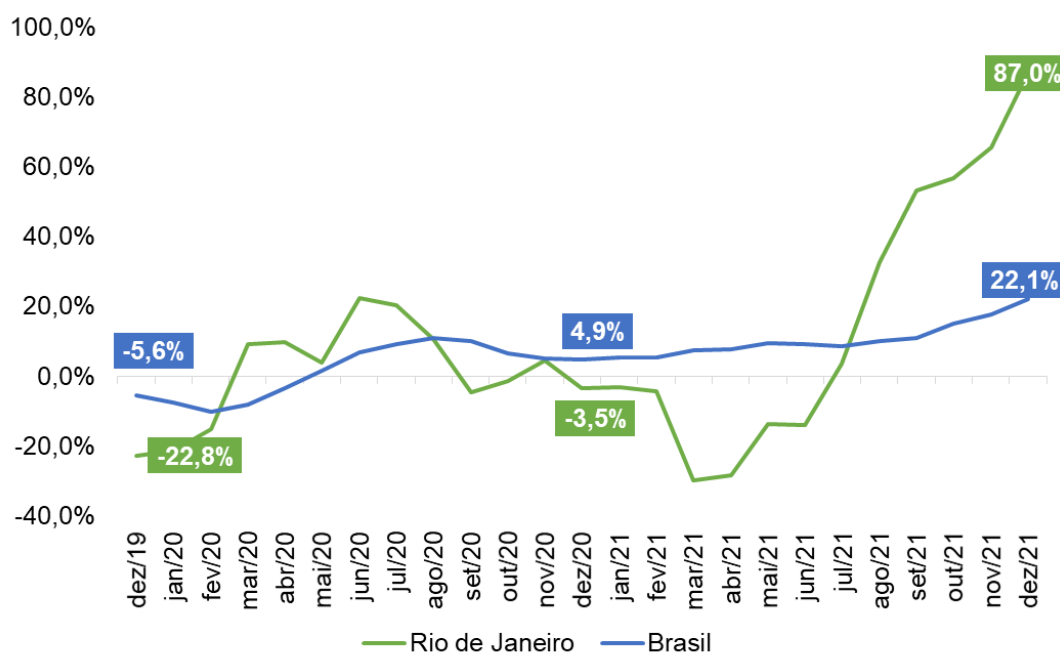


Fonte: Comex Stat.

Em 2020, a queda das exportações da agropecuária do Rio de Janeiro foi puxada, sobretudo, por pescados, demais produtos de origem vegetal e frutas. Em 2021, por sua vez, a expansão foi liderada por esses mesmos produtos, além de chá e especiarias.

Vale ressaltar, enfim, que as exportações agropecuárias brasileiras tiveram uma dinâmica diferente daquelas originadas no Rio de Janeiro, uma vez que entraram em robusta trajetória de crescimento desde o início da pandemia de Covid-19 no país, no fim do primeiro trimestre de 2020 e permaneceu assim até, pelo menos, o fim de 2021 (Gráfico XXV).

Gráfico XXV – Evolução do valor das exportações da agropecuária do Rio de Janeiro e Brasil (variação acumulada em 12 meses) – dezembro/2019 a dezembro/2021



Fonte: Comex Stat.

PREÇOS PRATICADOS PELO SETOR

Nessa seção, serão analisados os preços praticados nos principais produtos da agropecuária do Rio de Janeiro, bem como da sua agroindústria de alimentos e bebidas. Para isso, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, bem como os preços agropecuários ao produtor divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os preços transacionados entre os agentes no Estado do Rio de Janeiro seguiram a tendência nacional? E, para quais produtos, os preços praticados no estado ficaram acima ou abaixo da média nacional ou da média na Região Sudeste?

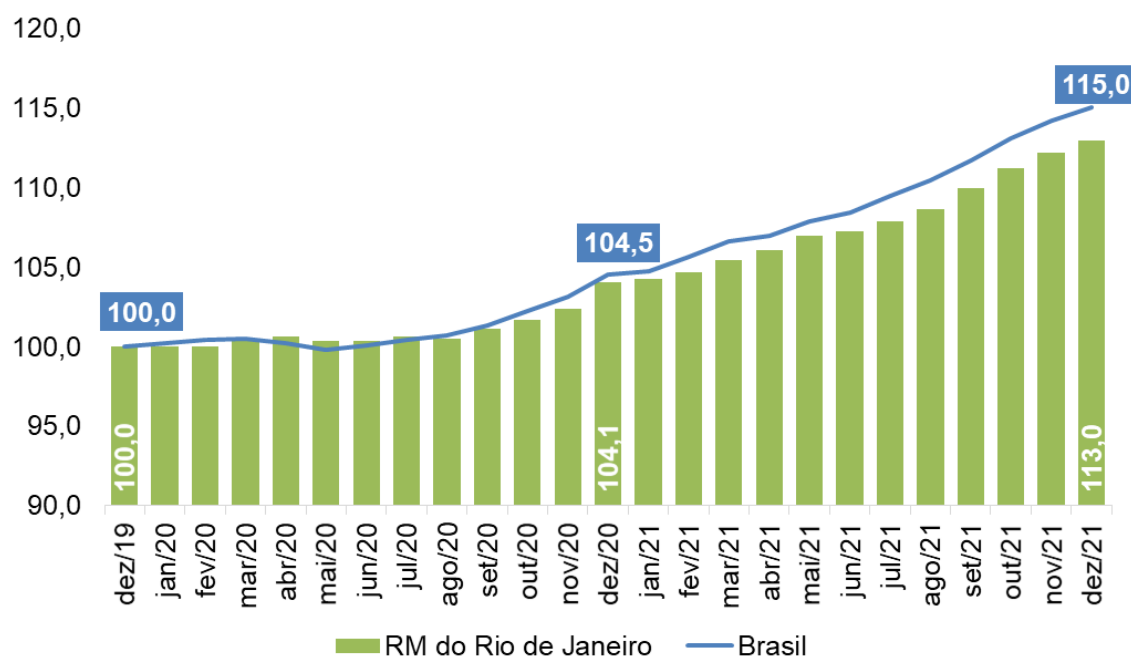
IPCA

Nessa direção, observa-se que, nos últimos dois anos, os preços para os consumidores transacionados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) seguiram, de modo

geral, a tendência nacional, considerando todos os grupos de produtos e serviços investigados pelo IPCA. Porém, a taxa de inflação brasileira foi ainda mais intensa do que aquela verificada no Rio de Janeiro. Isto é, enquanto o IPCA do país aumentou 4,5%, em 2020, e 10,1%, em 2021, o da RMRJ cresceu, respectivamente, 4,1% e 8,6% (Gráfico XXVI).

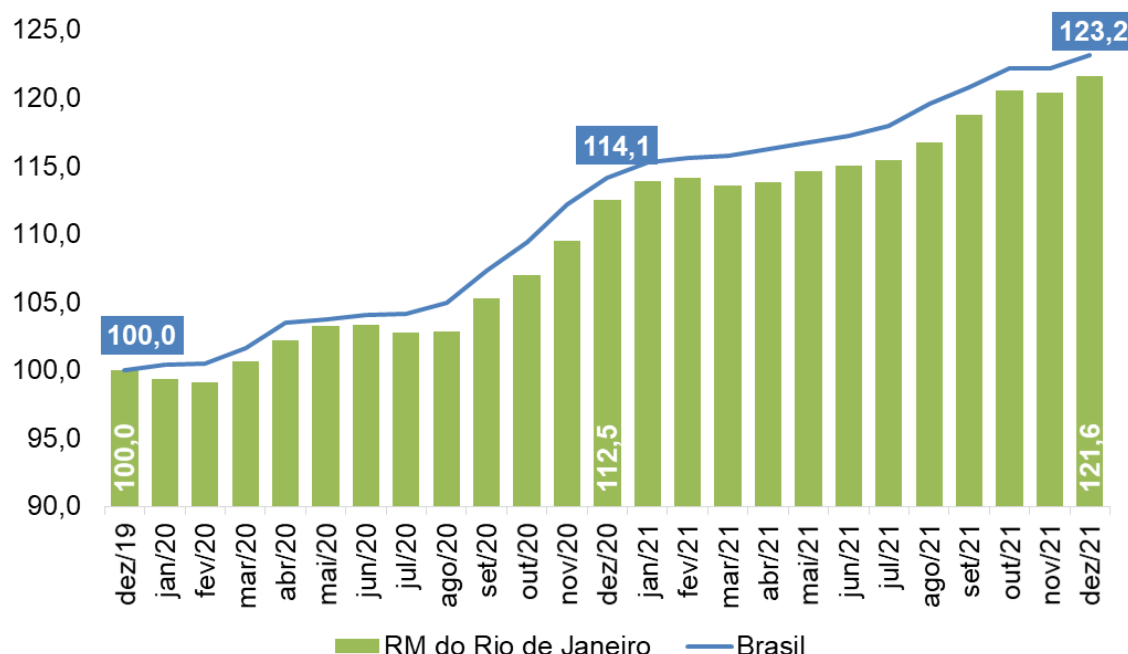
Quando se considera apenas o grupo de alimentos e bebidas, a dinâmica é semelhante, com os índices do Brasil e da RMRJ caminhando juntos nos últimos dois anos. Porém, em 2020, a inflação de alimentos e bebidas do Brasil cresceu mais do que a região de análise (14,1% e 12,5%, respectivamente) e, em 2021, o inverso ocorreu (7,9% e 8,1%, na mesma ordem (Gráfico XXVII).

Gráfico XXVI – IPCA – Índice Geral – Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Brasil (Índice de base fixa, dezembro/2019 = 100,0)



Fonte: IBGE.

Gráfico XXVII – IPCA – Alimentos e Bebidas – Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Brasil (Índice de base fixa, dezembro/2019 = 100,0)



Fonte: IBGE.

Em resumo: Nos últimos dois anos, os preços para os consumidores transacionados na RMRJ seguiram, de modo geral, a tendência nacional, considerando todos os grupos de produtos e serviços investigados pelo IPCA. Porém, a taxa de inflação brasileira foi ainda mais intensa do que aquela verificada no Rio de Janeiro. Isto é, enquanto o IPCA do país aumentou 4,5%, em 2020, e 10,1%, em 2021, o da RMRJ cresceu, respectivamente, 4,1% e 8,6%.

Quando se considera apenas o grupo de alimentos e bebidas, a dinâmica é semelhante, com os índices do Brasil e da RMRJ caminhando juntos nos últimos dois anos. Porém, em 2020, a inflação de alimentos e bebidas do Brasil cresceu mais do que a região de análise (14,1% e 12,5%, respectivamente) e, em 2021, o inverso ocorreu (7,9% e 8,1%, na mesma ordem).

Preços Agropecuários ao Produtor

Os produtos que serão analisados foram: cana de açúcar, tomate, abacaxi pérola, banana prata, raiz de mandioca de mesa, café arábica e leite de vaca in natura.

- Cana de açúcar: o preço recebido pelo produtor do Rio de Janeiro é, historicamente, menor do que o recebido pelos produtores brasileiros – com exceção de alguns meses do último ano. Em média, o preço recebido pelo produto fluminense foi 21,9% menor entre 2014 e 2021. Apesar da diferença do nível de preços, é importante ressaltar que as cotações do produto fluminense seguem, de modo geral, a mesma dinâmica dos demais estados investigados.
- Tomate: o preço pago ao produtor é bastante volátil, tanto considerando o estado do Rio de Janeiro como o restante do país. Considerando a série histórica disponível, observa-se que, em média, o preço recebido pelo produtor fluminense é menor do que aquele pago para o brasileiro, de modo geral (30% menor entre 2016 e 2021).
- Abacaxi pérola: o preço pago ao produtor do Rio de Janeiro foi, em alguns anos, maior do que aquele preço recebido pelos produtores do restante do Brasil. Isso ocorreu nos anos de 2016, 2019 e 2021. É importante ressaltar que 2020 foi o ano em que, dentre os disponíveis na série histórica, mais teve diferença entre o preço recebido no Rio de Janeiro e o de outras localidades, de forma que o produtor fluminense recebeu, em média, 20,9% a menos do que o obtido pelos demais. Em 2017, a diferença foi de 5,7% e, em 2018, foi de 8,0%.
- Banana prata: o preço é bastante volátil e, historicamente, o valor recebido pelos produtores do Rio de Janeiro é menor do que o do restante do país. Entre 2014 e 2021, o preço pago entre os dois tipos de produtores (fluminense versus demais) foi de 46,6% - ou seja, o produtor de banana prata do Rio de Janeiro recebe, em média, quase que a metade do que o produtor de outra localidade.
- Mandioca: o preço médio pago ao produtor fluminense é, em média, menor do que o pago para os produtores dos demais estados. O único ano em que o produtor do Rio de Janeiro recebeu mais do que os demais por cada quilo de mandioca foi 2017 – cerca de 14% a mais. Porém, considerando o período entre 2014 e 2021, os produtores que estão fora do Rio de Janeiro receberam, em média, 29,7% a mais do que aquele recebido pelos produtores que estavam nessa Unidade da Federação.
- Café arábica (tipo 6, bebida dura): os preços recebidos pelo produtor fluminense têm uma dinâmica muito semelhante à dos preços médios recebidos pelos demais produtores do país. Contudo, com exceção de 2021, as cotações das demais

localidades foram ligeiramente superior às verificadas no Rio de Janeiro (média de 4,1%). Em 2021, por sua vez, enquanto o produtor fluminense recebeu R\$ 885,2 por cada saca (60 quilos) de café arábica, os produtores dos demais estados receberam R\$ 864,9 – uma diferença de 2,3%.

- Leite de vaca in natura: o preço pago ao produtor no Rio de Janeiro segue, de modo geral, a mesma dinâmica dos preços recebidos pelos produtores das demais localidades. Contudo, nota-se que, até 2018, o preço recebido por cada litro de leite pelo produtor fluminense era menor (em média 5,5%) do que o recebido pelos produtores dos demais estados. Isso mudou a partir de 2020, quando o produtor do Rio de Janeiro passou a receber mais, em média, do que os demais produtores (3,8% a mais).

Em resumo: Através dos dados da Conab, foram analisados os índices de preços agropecuários ao produtor dos seguintes produtos: cana de açúcar, tomate, abacaxi pérola, banana prata, raiz de mandioca de mesa, café arábica e leite de vaca in natura. De modo geral, o produtor fluminense recebe, em média, menos do que um produtor localizado em outro estado, sendo que essa diferença foi vista em grande parte dos últimos anos, com poucos períodos de exceção.

- Cana de açúcar: em média, o preço recebido pelo produto fluminense foi 21,9% menor, no período entre 2014 e 2021;

- Tomate: considerando a série histórica disponível (2016 a 2021), observa-se que, em média, o preço recebido pelo produtor fluminense é menor, em 30%, do que aquele pago para o brasileiro, de modo geral;

- Abacaxi pérola: o ano de 2020 foi o que, dentre os disponíveis na série histórica, mais teve diferença entre o preço recebido no Rio de Janeiro e o de outras localidades, de forma que o produtor fluminense recebeu, em média, 20,9% a menos do que o obtido pelos demais. Em 2017, a diferença foi de 5,7% e, em 2018, foi de 8,0%;

- Banana prata: entre 2014 e 2021, o produtor do Rio de Janeiro recebeu, em média, quase que a metade do que o de outra localidade;

- Mandioca: entre 2014 e 2021, os produtores que estão fora do Rio de Janeiro receberam, em média, 29,7% a mais do que aquele recebido pelos produtores que estavam nessa Unidade da Federação;
- Café arábica: com exceção de 2021, as cotações das demais localidades foram ligeiramente superior às verificadas no Rio de Janeiro (média de 4,1%); e
- Leite de vaca in natura: até 2018, o preço recebido por cada litro de leite pelo produtor fluminense era, em média, 5,5% menor do que o recebido pelos produtores dos demais estados. Isso mudou a partir de 2020, quando o produtor do Rio de Janeiro passou a receber 3,8% mais do que os demais produtores.

MERCADO DE TRABALHO

Para analisar o mercado de trabalho do agro, no Rio de Janeiro, foram consideradas as informações dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE. Vale ressaltar que foram analisadas as informações do mercado de trabalho da agropecuária e da agroindústria, não sendo considerados, portanto, os agrosserviços.

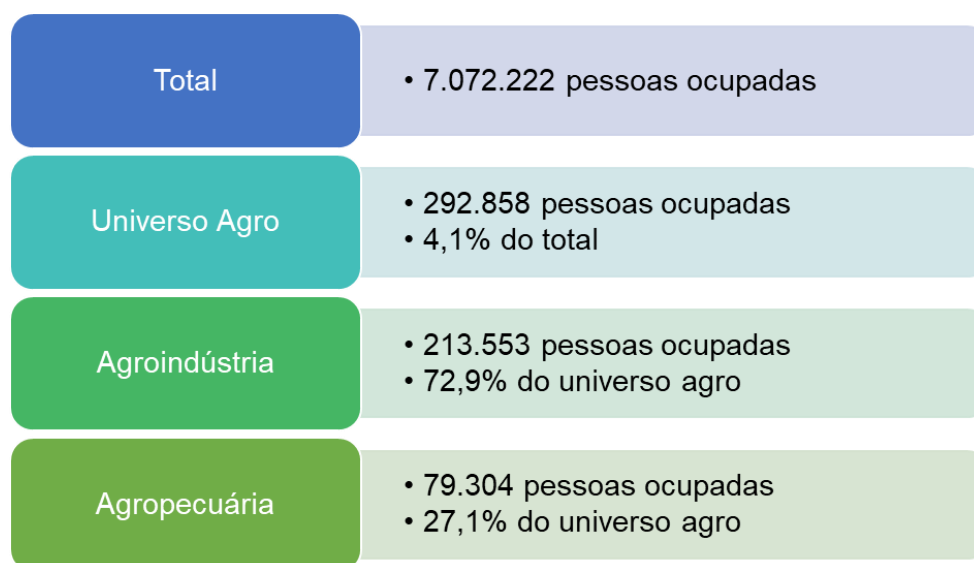
É importante destacar que a PNADC é uma pesquisa realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, de forma que cada domicílio selecionado é visitado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Isso quer dizer que a amostra utilizada varia ao longo do tempo e, logo, há a possibilidade de que parte das variações observadas entre os períodos da pesquisa seja resultado da variabilidade amostral considerada nos microdados do IBGE. Por fim, destaca-se que, para a análise das informações, serão consideradas as médias móveis de quatro trimestres, com o objetivo de realizar algum controle da sazonalidade presente nos dados.

Qual é a participação do universo agro fluminense na geração de postos de trabalho no Estado do Rio de Janeiro? E nos postos de trabalho do agro brasileiro?

No terceiro trimestre de 2021 (período mais recente disponível), o mercado de trabalho do universo agro (isto é, agropecuária e agroindústria) do Rio de Janeiro totalizou 292.858 pessoas ocupadas, sendo que 27,1% (ou 79.304) estavam na agropecuária e 72,9% (ou 213.553) na agroindústria. O agro corresponde a apenas 4,1% dos postos de trabalho

fluminenses – a representatividade do setor é muito inferior no Rio de Janeiro comparativamente ao país como um todo, uma vez que o universo agro de todas as Unidades da Federação do país responde por 15,3% das vagas brasileiras (Figura I).

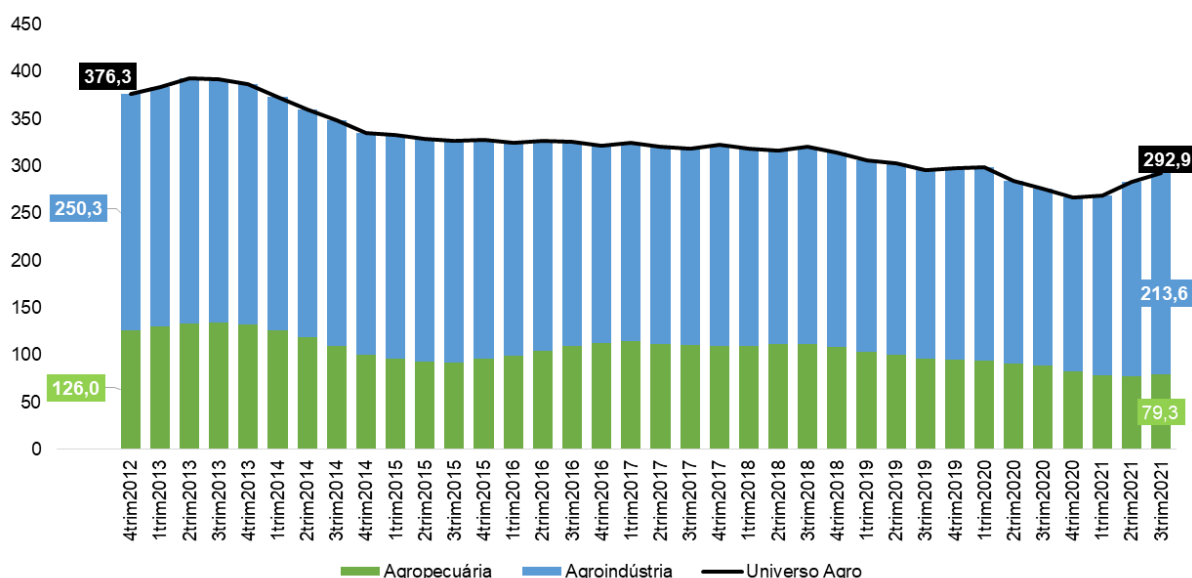
Figura I – Pessoas ocupadas no Rio de Janeiro (Total e Universo Agro) - terceiro trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres)



Fonte: IBGE.

Ao longo do tempo, nota-se uma perda dos postos de trabalho no agro do Rio de Janeiro. Isto é, em relação ao quarto trimestre de 2012 (início da série histórica), o número de vagas do setor diminuiu 22,2% (redução de 83,5 mil postos). Essa contração foi derivada da queda de pessoal ocupado em ambos segmentos do agro (Gráfico XXVIII).

Gráfico XXVIII – Evolução do pessoal ocupado no Rio de Janeiro, no universo agro (total, agropecuária e agroindústria) – mil pessoas – média móvel de quatro trimestres



Fonte: IBGE.

Diante disso, observa-se que o mercado de trabalho do agro do Rio de Janeiro perdeu participação, ao longo do tempo, no total de vagas do setor do país, passando de 2,4%, no quarto trimestre de 2012, para 2,1%, no terceiro trimestre de 2021. É importante ressaltar que essa perda de participação do Rio de Janeiro no mercado de trabalho do agro brasileiro ocorreu por conta de uma queda maior dos ocupados no estado fluminense (-22,2%) do que no país (-12,9%), no período. Ou seja, o setor, de forma geral, contraiu no Brasil, mas em um menor ritmo do que o verificado no Rio de Janeiro, o que fez com que a participação do estado no total do agro brasileiro contraísse, no período.

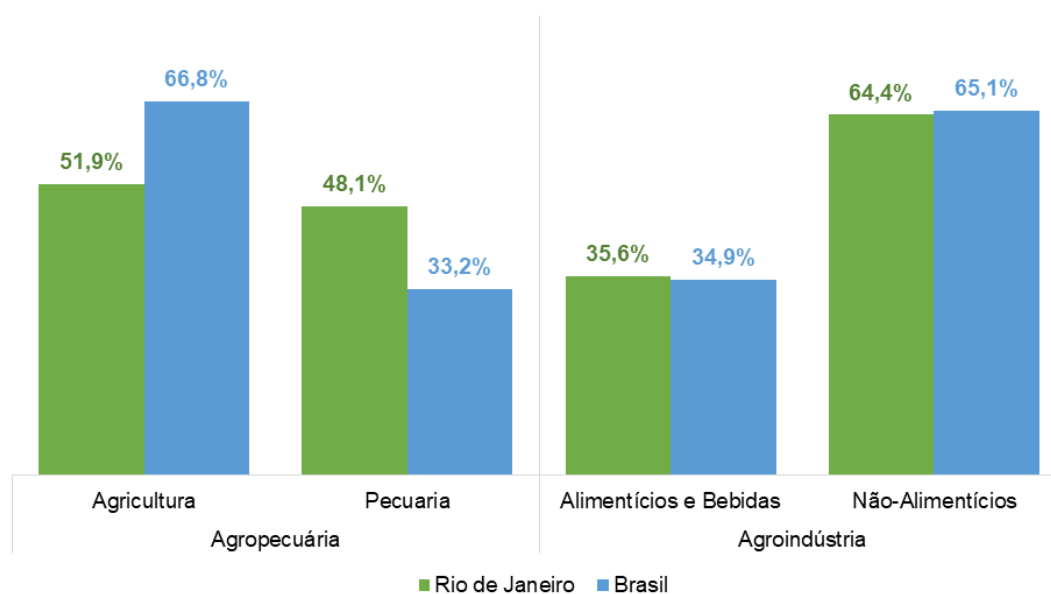
Como os postos de trabalho mantidos pelo universo agro fluminense estão distribuídos entre os seus principais segmentos? Essa distribuição é distinta daquela observada no agro nacional?

A agropecuária representa apenas 27,1% dos postos de trabalho do universo agro do Rio de Janeiro, correspondendo a 79.304 vagas. Desse total, a agricultura e a pecuária participam de forma quase que igualitária, correspondendo a, respectivamente, 51,9% e

48,1% das vagas, no terceiro trimestre de 2021. Esse equilíbrio em número de pessoas ocupadas entre as duas atividades da agropecuária não acontece quando se considera o Brasil inteiro, uma vez que há uma proporção significativamente maior de postos de trabalho na agricultura (66,8%) comparativamente à pecuária (33,2%) (Gráfico XXIX).

O mercado de trabalho da agroindústria do estado do Rio de Janeiro, por sua vez, é formado, majoritariamente pelo segmento de produtos não-alimentícios, composto por setores de insumos agropecuários, produtos florestais, produtos têxteis, biocombustíveis, borracha e fumo. Isto é, enquanto esse segmento correspondeu a 64,4% das ocupações no terceiro trimestre de 2021, o de produtos alimentícios representou apenas 35,6% do total da agroindústria. Vale ressaltar que a participação desses segmentos segue de perto o que ocorre no mercado de trabalho agroindustrial do Brasil como um todo, uma vez que, nesse caso, os produtos não-alimentícios correspondem a 65,1% e os alimentícios a 34,9% das ocupações (Gráfico XXIX).

Gráfico XXIX – Composição do mercado de trabalho da agropecuária e da agroindústria, no Rio de Janeiro e no Brasil – terceiro trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – participação no total ocupado na agropecuária e na agroindústria (%)



Fonte: IBGE.

Qual é o perfil do mercado de trabalho do universo agro do Rio de Janeiro?

Categoria de Ocupação

No universo agro do estado do Rio de Janeiro, quase a metade (44,4%) da população ocupada trabalhava, no terceiro trimestre de 2021, por conta própria. Ademais, uma parcela significativa (40,6%) estava empregada no setor privado com carteira de trabalho assinada. Além disso, há também os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os empregadores e os trabalhadores familiares, que respondem por, respectivamente, 11,6%, 3,0% e 0,4% das vagas no agro fluminense.

É válido ressaltar que quando se considera apenas a agropecuária, de forma isolada, a importância das categorias do emprego mantém-se, praticamente, as mesmas comparativamente ao universo agro fluminense como um todo, mas a participação das pessoas que trabalham por conta própria ganha ainda mais relevância (57,9%) em detrimento dos empregados no setor privado com carteira assinada (20,0%). Além disso, os trabalhadores no setor privado sem carteira também ganham representatividade (19,6%). Na agroindústria fluminense, por sua vez, o cenário é um pouco diferente, de forma que os empregados no setor privado com carteira (48,3%) são os mais representativos, seguido dos trabalhadores por conta própria (39,4%).

Formalidade

De forma geral, o mercado de trabalho do Rio de Janeiro é menos informal do que o do Brasil como um todo, uma vez que 61,9% do pessoal ocupado no estado está na formalidade, enquanto que, no país, essa proporção é de 57,9%.

Além disso, a informalidade do mercado de trabalho do universo agro é menor no estado fluminense do que no país, de modo geral. Ou seja, enquanto 50,0% da população ocupada no Rio de Janeiro, no agro, está em categorias de empregos informais, essa proporção é de 61,3% na economia brasileira.

Sexo

Em relação ao sexo dos trabalhadores observa-se que o mercado de trabalho do universo agro do Rio de Janeiro é formado, majoritariamente, por homens, representando 61,3% do total. Ou seja, as mulheres ocupam apenas 38,7% das vagas do setor, no estado. O

mercado de trabalho do agro fluminense é menos feminino do que o do Rio de Janeiro como um todo, uma vez que, nesse caso, a participação das mulheres é relativamente maior: de 42,6%. Porém, é importante salientar, o agro do Rio de Janeiro é mais feminino do que quando comparado com o setor do Brasil, cuja participação masculina é de 72,2% (ou de outra forma, a participação das mulheres é de apenas 27,8%).

Cor ou raça

Além disso, o mercado de trabalho do agro fluminense é formado, sobretudo, por pessoas brancas e pardas, independentemente se estão ocupadas nas atividades agropecuárias ou na agroindústria. Vale ressaltar que a proporção de pardos na agropecuária (46,4%) é maior do que na agroindústria (38,3%) e no Rio de Janeiro como um todo (38,3%); e a de brancos é menor na agropecuária (41,7%) do que nos demais (46,5% e 46,6%, respectivamente). Os trabalhadores pretos e amarelos são minoria, tanto no agro fluminense (respondem, conjuntamente, por 14,3% do total), como na média do estado, considerando todos os setores (14,9%). Além disso, não há nenhum indígena ocupado no universo agro do Rio de Janeiro, cuja representatividade nesse mesmo estado, considerando todas as atividades econômicas, é de 0,2%.

Nível de instrução

Em relação à escolaridade, constata-se que o mercado de trabalho do universo agro fluminense tem uma qualificação melhor do que a média das mesmas atividades no país como um todo. Ou seja, no agro do Rio de Janeiro, 39,4% têm até o ensino fundamental (isto é, sem instrução, fundamental incompleto e fundamental completo), 39,5% até o médio (ou seja, incompleto ou completo) e 21,1% têm o superior (completo ou incompleto). No agro do Brasil, essas proporções são de, respectivamente, 54,3%, 36,4% e 9,2%.

Porém, quando se compara o agro fluminense com a média de todos os setores econômicos do Rio de Janeiro observa-se que as pessoas ocupadas no agro têm, em média, menos qualificação. Ou seja, enquanto, no agro, 39,4% tem até o ensino fundamental, nos demais setores essa proporção cai para 20,6%. Quando se considera o mercado de trabalho associado somente às atividades agropecuárias do estado do Rio de Janeiro, o cenário é bem diferente: 74,4% da população ocupada no setor, no terceiro

trimestre de 2021, tinham até o ensino fundamental. Apenas 21,8% tinham até o ensino médio e 3,8%, o ensino superior. Ou seja, o mercado de trabalho fluminense associado a essa atividade possui baixa qualificação. Na agroindústria do estado, por sua vez, o pessoal ocupado tem um nível de escolaridade maior, de forma que 46,0% tem até o ensino médio e 27,6% tem o ensino superior – apenas 26,4% tem até o ensino fundamental.

Em resumo: No terceiro trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres), o mercado de trabalho do universo agro do Rio de Janeiro totalizou 292.858 pessoas ocupadas, sendo que 27,1% estavam na agropecuária e 72,9% na agroindústria. O agro corresponde a apenas 4,1% dos postos de trabalho fluminenses – relevância bem menor do que o setor tem nas vagas brasileiras (15,3%).

Do total de vagas na agropecuária, a agricultura e a pecuária participam de forma quase que igualitária, correspondendo a, respectivamente, 51,9% e 48,1% das vagas. O mercado de trabalho da agroindústria do estado do Rio de Janeiro, por sua vez, é formado, majoritariamente pelo segmento de produtos não-alimentícios (64,4% das ocupações); o segmento de produtos alimentícios e bebidas representou apenas 35,6% do total da agroindústria.

De acordo com os dados mais recentes, nota-se que o trabalhador médio do universo agro do Rio de Janeiro é: homem, branco ou pardo, tem até o ensino médio e está exercendo alguma atividade por conta-própria (formal ou informal) ou está empregado no setor privado com carteira assinada.

Por fim, observa-se, ao longo do tempo, uma perda dos postos de trabalho no agro do Rio de Janeiro (-22,2%) em maior proporção do que o registrado pelo país como um todo (-12,9%), entre 2012 e 2021. Diante disso, o mercado de trabalho do agro do Rio de Janeiro perdeu participação no total de vagas do setor do país, passando de 2,4%, no quarto trimestre de 2012, para 2,1%, no terceiro trimestre de 2021.

Qual é a remuneração média da força de trabalho em cada segmento do universo agro fluminense? Como evoluiu ao longo dos anos?

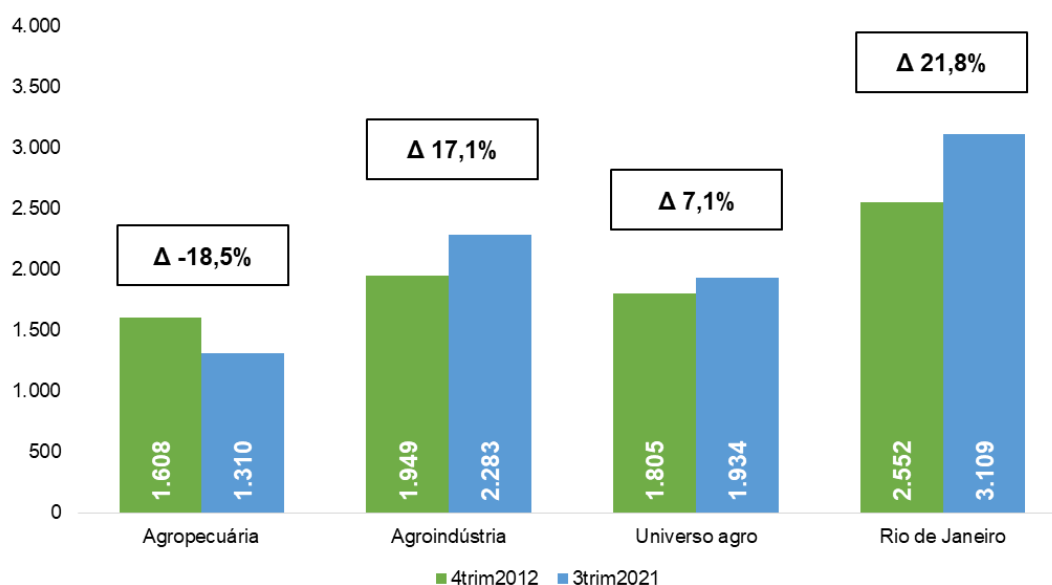
No terceiro trimestre de 2021, o pessoal ocupado no agro fluminense teve uma remuneração média mensal, de R\$ 1.934. Isso corresponde a 62,2% da remuneração paga

pelo mercado de trabalho do Rio de Janeiro como um todo (R\$ 3.109) - ou seja, em média, um trabalhador do universo agro recebeu, no período, 37,8% a menos do que os ocupados em outros setores do Rio de Janeiro (Gráfico 30). Vale ressaltar ainda que a remuneração paga aos ocupados do agro fluminense (R\$ 1.934), no período, foi ligeiramente superior ao do mesmo setor considerando o Brasil inteiro (R\$ 1.726) – porém, tanto no Rio de Janeiro como no país como um todo, a remuneração paga pelo agro é menor do que o recebido pela média da população ocupada em todos os setores econômicos da nação (R\$ 2.499). Além disso, observa-se que a diferença entre as remunerações médias aumentou ao longo do tempo, uma vez que, no quarto trimestre de 2012, a remuneração recebida pelos ocupados nas atividades do agro fluminense (R\$ 1.805) correspondia a 70,7% do total recebido pela média dos ocupados no Rio de Janeiro (R\$ 2.552) (Gráfico XXX).

Esse aumento da desigualdade foi ocasionado por uma expansão menos substancial da remuneração média dos ocupados no agro (7,1%) do que no mercado de trabalho fluminense como um todo (21,8%). Vale ressaltar que a expansão da remuneração média dos ocupados no universo agro fluminense foi puxado, exclusivamente, pela agroindústria, que teve seu rendimento aumentado em 17,1%. A agropecuária, por sua vez, teve redução de 18,5%, passando de R\$ 1.608 para R\$ 1.310, no período (Gráfico XXX).

A contração da remuneração média da agropecuária fluminense (-19,3%) foi ocasionado tanto que pela queda na agricultura (-22,9%) como na pecuária (-16,9%). A expansão da remuneração média mensal na agroindústria (17,1%) do Rio de Janeiro foi puxada, exclusivamente, pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas (39,0%), uma vez que a remuneração média paga aos trabalhadores do segmento de produtos não-alimentícios contraiu em 2,7%, passando de R\$ 1.857 para 1.807, entre o quarto trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) (Gráfico XXX).

Gráfico XXX – Remuneração média real mensal dos ocupados no universo agro e no total do Rio de Janeiro – quarto trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$ e variação



Fonte: IBGE.

Qual é a remuneração média mensal do mercado de trabalho do universo agro, no Rio de Janeiro, por condição dos ocupados?

Categoria de Ocupação

Grande parte da população ocupada no universo agro do Rio de Janeiro, no terceiro trimestre de 2021, estava exercendo sua função por conta própria (44,4%). Nesse sentido, observa-se que o trabalhador do agro nessa categoria de ocupação tinha, no período, uma remuneração média de R\$ 1.268 – o que é 41,4% a menos do que recebe um ocupado na mesma categoria no mercado de trabalho fluminense como um todo (R\$ 2.163). Vale ressaltar que é a categoria que tem a menor remuneração dentro do agro do estado e a que tem a maior diferença em relação à média do mercado de trabalho fluminense.

Os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, que correspondem a 40,6% dos ocupados no agro fluminense, receberam por mês, em média, R\$ 2.450 – ou seja, 16,7% a menos do que os que trabalham na mesma categoria, considerando a média de todos os setores econômicos do Rio de Janeiro (R\$ 2.941). Por sua vez, os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, que representam 11,6% dos ocupados

no agro desse estado, receberam, em média, R\$ 1.884 – isto é, 20,5% a menos do que os trabalhadores dos demais setores econômicos do Rio de Janeiro, na mesma categoria de ocupação (R\$ 2.369).

Por fim, os empregadores fluminenses são os que recebem, em média, a maior remuneração, tanto considerando as atividades no universo agro (R\$ 4.987), como os setores econômicos como um todo (R\$ 7.255). Porém, até mesmo nessa categoria, o trabalhador do agro recebe menos do que o de outros setores do mercado de trabalho do Rio de Janeiro, sendo 31,3% menor.

Formalidade

Dentro do agro, bem como considerando o mercado de trabalho do Rio de Janeiro como um todo, a população ocupada em categorias formais de emprego recebe uma remuneração média mensal maior do que aqueles que estão em posições informais. No caso da população ocupada dentro da porteira, os informais (R\$ 1.160) recebem, em média, 67,5% da remuneração dos empregados formais (R\$ 1.719). Essa diferença é menos expressiva do que a observada na agroindústria fluminense, na qual os informais recebem apenas 50,5% da remuneração dos formais.

Vale ressaltar que independentemente do tipo de emprego (formal ou informal), os trabalhadores do agro (seja na agropecuária ou na agroindústria) recebem uma remuneração média mensal menor do que a média recebida por todos os setores econômicos do Rio de Janeiro.

Sexo

Parcela majoritária do pessoal ocupado, no agro do Rio de Janeiro, é do sexo masculino, representando 61,3% do total. Justamente os homens são os que têm a maior remuneração média dentro do setor: R\$ 2.049 frente a R\$ 1.749 recebido pelas mulheres – ou seja, os ocupados do sexo feminino, em média, recebem 85,4% da remuneração dos homens, no setor. Essa diferença entre as remunerações é equivalente ao que é observado na média de todos os setores econômicos do Rio de Janeiro (85,5%).

Vale ressaltar ainda que a diferença salarial entre homens e mulheres é maior na agroindústria do que nas atividades dentro da porteira do Rio de Janeiro. Ou seja, enquanto

na agroindústria as mulheres recebem 69,9% da remuneração dos homens, na agropecuária essa proporção é de 84,0%. O único segmento do agro em que as mulheres recebem uma remuneração maior do que a dos homens, no estado é a agroindústria de produtos alimentícios e bebidas (R\$ 3.272 e R\$ 2.576, respectivamente).

Cor ou raça

Grande parte da população ocupada no universo agro fluminense é parda (40,5%) ou branca (45,2%). Esses trabalhadores receberam, em média, por mês, respectivamente, R\$ 1.910 e R\$ 2.151. Por sua vez, os pretos e os amarelos recebem, na ordem, R\$ 1.280 e R\$ 1.413.

Ou seja, entre a população ocupada no setor, os brancos são os que recebem a maior remuneração média mensal, de forma que é 12,6% maior do que a remuneração recebida pelos pardos, 68,1% maior do que a recebida pelos pretos e 52,2% maior do que a dos amarelos. No Rio de Janeiro como um todo, os brancos também recebem mais do que os demais trabalhadores.

Nível de instrução

Naturalmente, observa-se que os ocupados que têm os maiores níveis de instrução, de modo geral, recebem um rendimento médio mensal maior, independentemente de estarem empregados no agro ou em outros setores econômicos do Rio de Janeiro. Dessa forma, os ocupados no universo agro que têm ensino fundamental completo, médio completo e superior completo receberam, respectivamente, R\$ 1.357, R\$ 1.517 e R\$ 4.511, no terceiro trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres). Vale ressaltar que, com exceção para os que têm ensino superior incompleto, os ocupados no agro recebem, para qualquer nível de instrução, uma remuneração média inferior ao da média do mercado de trabalho fluminense.

Em resumo: No terceiro trimestre de 2021, o pessoal ocupado no agro fluminense teve uma remuneração média mensal, de R\$ 1.934 - ou seja, em média, um trabalhador do agro recebeu, no período, 37,8% a menos do que os ocupados em outros setores do Rio de Janeiro. Além disso, observa-se que a diferença entre as remunerações médias aumentou

ao longo do tempo, uma vez que, no quarto trimestre de 2012, a remuneração recebida pelos ocupados nas atividades do agro fluminense (R\$ 1.805) correspondia a 70,7% do total recebido pela média dos ocupados no Rio de Janeiro (R\$ 2.552).

Dentro do agro do estado do Rio de Janeiro, conta própria é a categoria de ocupação que tem a menor remuneração e a que tem a maior diferença em relação à média do mercado de trabalho fluminense. Além disso, no setor, o trabalhador homem ganha, em média, 17% a mais do que uma pessoa do sexo feminino. Ademais, considerando a cor ou raça dos ocupados, os brancos são os que recebem a maior remuneração média mensal, seguidos dos pardos, pretos e amarelos. E, por fim, quanto maior o nível de instrução, naturalmente, maior será a remuneração média do trabalhador do universo agro fluminense.

MERCADO DE CRÉDITO RURAL

Para analisar o mercado de crédito, no Rio de Janeiro, foram consideradas as informações da Matriz de Dados do Crédito Rural, divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Qual é a cobertura do crédito rural no Estado do Rio de Janeiro?

Em 2021, a concessão de crédito rural brasileira foi de R\$ 287,7 bilhões. Desse total, apenas 0,28% (R\$ 813,3 milhões) foram ofertados no estado do Rio de Janeiro. Ou seja, a participação do estado fluminense na oferta de crédito agrícola é baixa, porém, esperada, uma vez que o território do estado é um dos menores do país e a proporção de área destinada à agricultura e à pecuária também é uma das mais baixas do Brasil, representando apenas a 52,8% do território fluminense.

Nesse sentido, o Rio de Janeiro corresponde à nona Unidade da Federação do país com menor relevância, ficando à frente somente do Paraíba, Alagoas, Acre, Roraima, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Amazonas e Amapá. Dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, 74 (80,43%) fizeram alguma contratação de crédito rural, em 2021 (até agosto). Os municípios mais representativos, em termos de valor ofertado/demandado, foram: Itaperuna, Cambuci, São Francisco de Itabapoana, Bom Jesus do Itabapoana e Sumidouro. Juntos, esses cinco municípios foram responsáveis por 33,4% do crédito rural do estado fluminense – ou seja, cidades importantes para a atividade primária.

Quais são as principais instituições ofertantes de crédito rural para o agro fluminense?

Os principais ofertantes de crédito rural no Estado do Rio de Janeiro, em 2021, foram, nessa ordem, os Bancos Públicos (48,1% do valor concedido ou R\$ 391,6 milhões), os Bancos Privados (42,9% ou R\$ 349,2 milhões) e as Cooperativas de Crédito (8,9% ou R\$ 72,6 milhões).

Entre os bancos públicos, o mais relevante em termos de volume concedido de crédito rural, no Rio de Janeiro, é o Banco do Brasil, uma vez que, em 2021, correspondeu a 99,3% (ou R\$ 388,7 milhões) das concessões realizadas por esse tipo de instituição financeira – ou seja, praticamente a totalidade. A Caixa Econômica Federal é segundo mais importante banco público em concessão de crédito rural do estado, porém, corresponde a apenas 0,7% do total.

Por sua vez, a oferta de crédito rural via cooperativa de crédito é um pouco mais dispersa entre os agentes do que no caso dos bancos públicos, uma vez que, em 2021, 13 instituições realizaram alguma operação desse tipo no Rio de Janeiro. Porém, é importante ressaltar que, no Brasil, 384 instituições financeiras desse tipo que concederam o crédito rural, em 2021, o que significa que os agentes que ofertam no Rio de Janeiro corresponderam a apenas 3,4% do total. A cooperativa de crédito que mais concedeu crédito rural no estado fluminense, no período, foi a SICOOB SUL, com o montante de R\$ 18,8 milhões (ou 25,9% da concessão total de crédito rural para o estado via cooperativas de crédito). Em seguida vem a COOP SICREDI CENT SUL PR/SC/RJ, com R\$ 15,2 milhões (21,0%) e a SICOOB FLUMINENSE, com R\$ 11,4 milhões (15,7% do total).

Por sua vez, os bancos privados mais importantes na concessão de oferta de crédito rural são: BTG Pactual (85,9% ou R\$ 300,0 milhões), Bradesco (8,9% ou R\$ 31,0 milhões) e Itaú Unibanco (3,2% ou R\$ 11,00 milhões). Juntas, essas instituições representaram 98,0% das concessões realizadas por bancos privados, em 2021 – ou seja, entre os bancos privados, a concessão de crédito rural no estado do Rio de Janeiro também é bastante concentrada, e de forma muito mais intensa do que a média brasileira.

Quem são os principais demandantes do crédito rural no Estado do Rio de Janeiro?

No Rio de Janeiro, o crédito rural é demandado, na sua maior parte, pelo produtor rural, seja ele pessoa física (PF) ou jurídica (PJ), uma vez que, em 2021, esse tipo de beneficiário respondeu por 56,7% (ou R\$ 460,9 milhões) das contratações de crédito. O beneficiador, por sua vez, respondeu por 36,9% (ou R\$ 300,0 milhões), a agroindústria por 4,6% (ou R\$ 37,3 milhões) e as cooperativas de produção agropecuária corresponderam a 1,5% (ou R\$ 11,8 milhões) da demanda total.

É importante ressaltar que a maior parte do crédito rural contratado no Rio de Janeiro, em 2021, pelos beneficiários teve como finalidade o custeio, uma vez que representou 29,8% (ou R\$ 242,7 milhões) do total. Em segundo lugar está o crédito rural destinado à comercialização, correspondendo a 41,8% (ou R\$ 339,6 milhões) do montante financiado. As finalidades menos representativas foram investimento (27,0% ou R\$ 219,5 milhões) e industrialização (1,4% ou R\$ 11,5 milhões).

Em que medida a distribuição do crédito rural do Rio de Janeiro é heterogênea entre as principais culturas/atividades?

O crédito rural fluminense é, de modo geral, demandado para poucas culturas/atividades, ou seja, tem uma distribuição bem concentrada em poucos itens. Nesse sentido, em 2021, do total de crédito rural para custeio contratado no Rio de Janeiro, em 2021, 64,0% foi demandado para a atividades relacionada a bovinos, 8,1% para tomate, 5,3% para abacaxi, 4,2% para café e 3,6% para galináceos. Ou seja, 85,2% do crédito com finalidade de custeio foi utilizado em apenas cinco produtos/atividades.

No caso do crédito rural para investimento, 34,8% foi destinado a bovinos, 21,9% para terraços, porteiras, mata-burros, currais, cochos e cercas, 7,5% para pastagens e 3,9% para tratores. No crédito rural para comercialização, apenas quatro produtos corresponderam a quase totalidade de crédito para esse fim, no Rio de Janeiro, em 2021. São eles: avicultura (58,9%), arroz (14,7%), suínos (14,7%) e leite (9,8%).

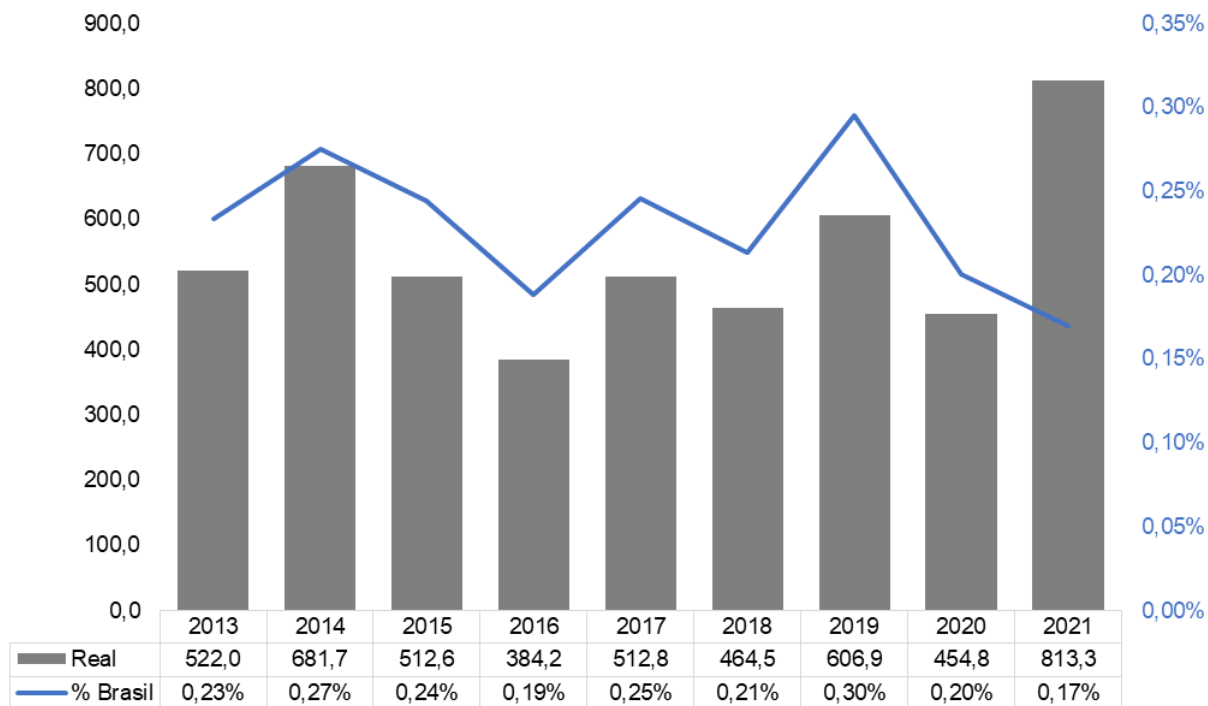
Como evoluiu o crédito rural no Rio de Janeiro ao longo do tempo?

Entre 2013 (início da série histórica) e o ano de 2021, o crédito rural do estado do Rio de Janeiro, cresceu 55,8% (em termos reais), passando de R\$ 522,00 milhões para R\$ 813,3

milhões. Ao mesmo tempo, o crédito rural do país como um todo, expandiu em 28,7%, no mesmo período. Com isso, a participação do estado fluminense no crédito rural brasileiro aumentou, passando de 0,23% para 0,28%.

Vale ressaltar que o valor contratado desse tipo de crédito no Rio de Janeiro, em 2020 (ano de início da pandemia de Covid-19) foi o menor desde 2016 (R\$ 384,2 milhões), contraindo 25,1% em relação a 2019 (Gráfico 31). Porém, o ano de 2020, considerando a média de todas as Unidades da Federação, foi um bom período para o crédito rural, crescendo 10,3% o número de contratações frente ao ano anterior, correspondendo ao segundo maior valor da série iniciada em 2013 e ficando atrás somente ao volume concedido em 2014. Esse bom momento do crédito rural para o Brasil, em 2020, foi reflexo direto do desempenho das atividades agropecuárias nesse período, porém, nota-se que o crédito rural fluminense seguiu em direção oposta. No entanto, em 2021, o cenário mudou, de forma que o crédito rural do estado do Rio de Janeiro atingiu o maior valor da série iniciada em 2013, apresentando uma variação de 78,8% frente a 2020. Para o Brasil como um todo, o crescimento foi bem mais modesto, de 27,0%. Ou seja, em 2021, o crédito rural fluminense mais do que compensou a queda registrada em 2020 (Gráfico XXXI).

**Gráfico XXXI – Evolução das contratações de crédito rural no Rio de Janeiro
2013 a 2021 (em R\$ milhões e em % do Brasil)**



Fonte: BCB.

* Valores deflacionados pelo IPCA (ano-base 2021).

Em resumo: Em 2021, a concessão de crédito rural brasileira foi de R\$ 287,7 bilhões. Desse total, apenas 0,28% (R\$ 813,3 milhões) foram ofertados no estado do Rio de Janeiro. Ou seja, a participação do estado fluminense na oferta de crédito agrícola é baixa, correspondendo à nona Unidade da Federação do país com menor relevância. Os municípios, em 2021 (até agosto) mais representativos, em termos de valor ofertado/demandado, foram: Itaperuna, Cambuci, São Francisco de Itabapoana, Bom Jesus do Itabapoana e Sumidouro – ou seja, cidades importantes para a atividade primária. Os principais ofertantes de crédito rural no Estado do Rio de Janeiro, em 2021, foram, os Bancos Públicos (48,1%), os Bancos Privados (42,9%) e as Cooperativas de Crédito (8,9%). Entre os bancos públicos, o mais relevante é o Banco do Brasil. Entre os bancos privados, os mais importantes são: BTG Pactual, Bradesco e Itaú Unibanco. Em relação às

cooperativas de crédito, apenas 13 instituições realizaram alguma operação desse tipo no Rio de Janeiro, nesse ano, sendo que a mais importante foi a SICOOB SUL.

No Rio de Janeiro, o crédito rural é demandado, na sua maior parte, pelo produtor rural (56,7% das contratações de crédito). O beneficiador, por sua vez, respondeu por 36,9%, a agroindústria por 4,6% e as cooperativas de produção agropecuária corresponderam a 1,5% da demanda total.

A maior parte do crédito rural contratado no Rio de Janeiro, em 2021, pelos beneficiários teve como finalidade a comercialização (41,8%). Em segundo lugar está o crédito rural destinado ao custeio (29,8%). As finalidades menos representativas foram investimento (27,0%) e industrialização (1,4%).

O crédito rural fluminense é, de modo geral, demandado para poucas culturas/atividades. Nesse sentido, em 2021, do total de crédito rural para custeio contratado no Rio de Janeiro, 64,0% foi demandado para a atividade relacionada a bovinos, 8,1% para tomate, 5,3% para abacaxi, 4,2% para café e 3,6% para galináceos. No caso do crédito rural para investimento, 34,8% foi destinado a bovinos, 21,9% para terraços, porteiras, mata-burros, currais, cochos e cercas, 7,5% para pastagens e 3,9% para tratores. No crédito rural para comercialização, apenas quatro produtos corresponderam a quase totalidade de crédito para esse fim: avicultura (58,9%), arroz (14,7%), suínos (14,7%) e leite (9,8%).

Entre 2013 e 2021, o crédito rural do estado do Rio de Janeiro, cresceu 55,8%, passando de R\$ 522,00 milhões para R\$ 813,3 milhões. Ao mesmo tempo, o crédito rural do país como um todo, expandiu em 28,7%. Com isso, a participação do estado fluminense no crédito rural brasileiro aumentou, passando de 0,23% para 0,28% - porém, continuou bem baixo. Vale ressaltar que o valor contratado desse tipo de crédito no Rio de Janeiro, em 2020 (ano de início da pandemia de Covid-19) foi o menor desde 2016 (R\$ 384,2 milhões), contraindo 25,1% em relação a 2019. No entanto, em 2021, o cenário mudou, de forma que o crédito rural do estado do Rio de Janeiro atingiu o maior valor da série iniciada em 2013, apresentando uma variação de 78,8% frente a 2020.

MERCADO DE SEGURO RURAL

Diante da necessidade de gerenciar os riscos da atividade agropecuária, existem dois programas que atuam nesse sentido: o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro

Rural (PSR) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Lembrando que esses programas são instrumentos diferentes nos aspectos regulatórios, operacionais e financeiros, porém, ambos são mecanismos de política agrícola que visam reduzir o risco das atividades agropecuárias no Brasil (Wedekin, 2019, p. 223).

Diante disso, foram utilizados dois bancos de dados para analisar o mercado de seguro rural, no Rio de Janeiro. Para avaliar o PSR, foram consideradas as informações do Atlas do Seguro Rural, divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para estudar o Proagro fluminense, por sua vez, foi utilizada a Matriz de Dados do Proagro, do BCB.

Qual é a cobertura do seguro rural no Estado do Rio de Janeiro?

PSR

A relevância do estado fluminense para o PSR do país é bastante limitada, correspondendo, no ano mais recente, a apenas 39 beneficiários (0,03% do total), 43 apólices contratadas (0,02%), R\$ 14,2 milhões em capital segurado (0,02%), R\$ 216,2 mil em prêmio (0,01%) e R\$ 85,7 mil em subvenção (0,01%).

Ou seja, para cada um dos indicadores do PSR, o Rio de Janeiro está entre os menos relevantes, ficando à frente, de modo geral, de estados com baixa importância em termos de produção agropecuária, como Acre, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte.

Além de o PSR estar concentrado em poucas Unidades da Federação, o mesmo ocorre entre os municípios fluminenses. Isto é, dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, apenas 25 acessaram o PSR, em 2021, sendo que os mais representativos, em termos de valor subvencionado, foram: Itaperuna (14,0% do estado), Campos dos Goytacazes (9,8%), Santa Maria Madalena (8,1%) e São Fidélis (7,5%).

Proagro

O Proagro, em 2021, contemplou, no Rio de Janeiro, 1.372 contratos, amparando 2,7 mil hectares e segurando um capital de, aproximadamente, R\$ 75,4 milhões. No mesmo período, a receita do Proagro, proveniente dos valores adicionais pagos pelos beneficiários fluminenses, alcançou o montante de R\$ 1,7 milhão e o volume de indenizações somou o valor de R\$ 196,2 mil, ou seja, o Proagro, no Rio de Janeiro, teve superávit de R\$ 1,5

milhão, no período – ou seja, no estado fluminense, o Proagro tem um resultado positivo, ao contrário do que ocorre no país como um todo.

Apesar do resultado positivo do programa no estado, em 2021, ele representa apenas uma pequena parcela do total. Isto é, o Proagro fluminense corresponde a 0,48% dos contratos, 0,07% da área amparada, 0,41% do capital segurado, 0,20% da receita com valores adicionais e 0,01% das indenizações. Dessa forma, o Rio de Janeiro correspondeu ao décimo estado com maior valor amparado pelo programa. Por fim, observa-se que dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, apenas 47 acessaram o programa, em 2021, sendo os mais representativos em termos de valor amparado: Sumidouro (23,8% do estado), Nova Friburgo (16,3%) e São Francisco de Itabapoana (5,6%).

Quais são as principais instituições ofertantes de seguro rural para o agro fluminense?

PSR

Em 2021, existiam 15 companhias seguradoras habilitadas para o PSR, no Brasil. Contudo, apenas 4 operaram no Rio de Janeiro, no período. São elas: Brasilseg, Mapfre, Swiss Re e Fairfax. Vale ressaltar que a mais relevante, tanto no estado fluminense como no Brasil como um todo, é a Brasilseg, que corresponde, no Rio de Janeiro a 76,7% das apólices contratadas, 90,4% do capital segurado, 84,0% do prêmio e 83,8% da subvenção.

Proagro

O Proagro pode ser acessado tanto via cooperativas de crédito quanto bancos públicos. No Rio de Janeiro, diferentemente do Brasil como um todo, os bancos públicos foram os maiores agentes do programa, respondendo por 89,6% da área que acessou o Proagro, correspondendo a 87,7% do valor enquadrado, recebendo 88,3% do valor adicional e pagando 47,2% das indenizações. Ou seja, as cooperativas de crédito pouco participaram desse programa no estado fluminense, respondendo por uma pequena parcela dos indicadores do Proagro, no período, com exceção das indenizações. Entre os bancos públicos, o único ofertante no Rio de Janeiro, em 2021, foi o Banco do Brasil. Além disso, apenas 4 cooperativas de crédito ofertaram o Proagro no estado fluminense, sendo que a principal foi a CC INT SOL DO VALE EUROPEU, a qual amparou 49,7% da área total

coberta pelas cooperativas, representou 78,6% dos contratos assinados, 67,3% do valor enquadrado (amparado) e 69,1% do valor adicional recebido por esse tipo de instituição – além disso, foi responsável por 100% das indenizações pagas pelas cooperativas de crédito.

Quem são os principais demandantes do seguro rural no Estado do Rio de Janeiro? Em que medida a distribuição do seguro rural fluminense é heterogênea entre as principais culturas/atividades?

PSR

No Rio de Janeiro, a maioria das apólices contratadas de PSR, em 2021, são referentes à atividade pecuária (35), tendo apenas 8 apólices para a atividade agrícola. O PSR do Brasil como um todo, ao contrário, tem uma cobertura majoritária para a atividade agrícola, correspondendo a 98,2% das apólices contratadas, no período.

Proagro

O público que acessou o Proagro no Rio de Janeiro, em 2021, foi aquele formado por pessoas físicas, representando a totalidade do programa. Além disso, 39 produtos foram amparados pelo Proagro do Rio de Janeiro, sendo que o tomate foi o principal, correspondendo a 17,3% da área, 32,9% dos contratos, 42,0% do valor enquadrado, 38,3% do valor adicional e 89,8% das indenizações. Outros produtos relevantes são o café, o abacaxi, o pimentão e o quiabo, que corresponderam a, respectivamente, 9,2%, 6,8%, 6,5% e 4,2% do valor amparado.

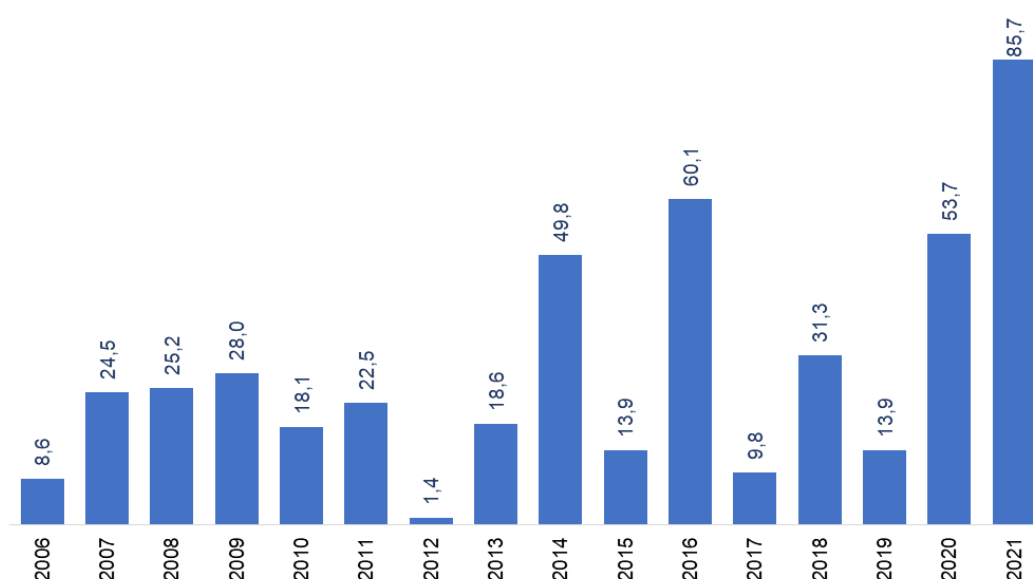
Como evoluiu o seguro rural no Rio de Janeiro ao longo do tempo?

PSR

A dinâmica das subvenções do PSR para o estado do Rio de Janeiro seguiu, de modo geral, a evolução do programa no país como um todo. Isto é, entre 2006 e 2014, as subvenções do estado registraram crescimento significativo, de 481,7%, passando de R\$ 8,6 mil para R\$ 49,8 mil. Entre 2014 e 2015, as subvenções fluminenses contraíram drasticamente (72,1%), possivelmente, por conta do forte contingenciamento de recursos por parte do Governo Federal. Porém, entre 2016 e 2020, as subvenções para o Rio de

Janeiro, ao contrário do que ocorreu no Brasil, oscilou bastante, intercalando anos com fortes altas (2016, 2018, 2020 e 2021) e anos de intensas quedas (2017 e 2019) nos valores subvencionados. Vale ressaltar que em 2021, o valor de subvenção do PSR no estado fluminense foi o maior de toda a série histórica, estando 42,5% acima do que o registrado em 2016 – ano com o segundo maior valor subvencionado, até o momento (Gráfico XXXII).

Gráfico XXXII – Gastos reais com subvenção do PSR fluminense pelo Governo Federal (R\$ mil de 2021 – deflator IGP-DI)



Fonte: MAPA.

Mesmo com a evolução do valor subvencionado no Rio de Janeiro, a sua representatividade em relação ao total do país ficou ainda menor com o passar dos anos, uma vez que a expansão das subvenções brasileiras (3690,6%) foi mais intensa do que as fluminenses (3069,8%). Ou seja, enquanto, em 2006, as subvenções do estado do Rio de Janeiro correspondiam a 0,009% do total em 2021, representou 0,007%. Além disso:

- Capital segurado: passou de R\$ 1,0 milhão para R\$ 14,2 milhões (alta de 1296,8%).
- Produtores beneficiados: passou de 1, em 2006, para 39, em 2021 – isto é, uma expansão de 3.800,0%.
- Prêmio líquido: também cresceu de forma significativa ao longo do tempo (553,2%), passando de R\$ 20,0 mil, em 2006, para R\$ 130,6 mil, em 2021.

- Número de seguradoras ofertantes: em 2006, havia apenas uma seguradora ofertante de PSR (Swiss Re) e, em 2021, quatro (Brasilseg, Mapfre, Swiss Re e Fairfax) empresas atuaram nesse sentido, no Rio de Janeiro.
- Taxa média anual de prêmio: observa-se uma redução das taxas, principalmente, a partir de 2017, de forma que, em 2021, foi alcançado um dos menores patamares de taxa média de toda a série histórica (2,1%).

Proagro

Entre 2013 (início da série histórica) e 2021, nota-se uma queda dos principais indicadores do Proagro do Rio de Janeiro, a única exceção foi o valor adicional. Ou seja, a quantidade de contratos, o valor amparado e o valor das indenizações contraíram, respectivamente, 45,3%, 18,0% e 33,2%. O valor adicional, por sua vez, expandiu 19,9%, em termos reais. Vale ressaltar que, de modo geral, a evolução do Proagro no Rio de Janeiro foi pior do que a média brasileira, com uma contração maior na quantidade de contratos e no valor amparado e um aumento menor no valor adicional – ademais, o valor das indenizações contraiu no Rio de Janeiro, mas aumentou expressivamente no país como um todo.

Em resumo: A relevância do estado fluminense para o PSR do país é, e sempre foi, bastante limitada, correspondendo, em 2021, a apenas 39 beneficiários (0,03% do total), 43 apólices contratadas (0,02%), R\$ 14,2 milhões em capital segurado (0,02%), R\$ 216,2 mil em prêmio (0,01%) e R\$ 85,7 mil em subvenção (0,01%).

Ou seja, para cada um dos indicadores do PSR, o Rio de Janeiro está entre os menos relevantes, ficando à frente, de modo geral, de estados com baixa importância em termos de produção agropecuária, como Acre, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte. Além de o PSR estar concentrado em poucas Unidades da Federação, o mesmo ocorre entre os municípios fluminenses: apenas 25 acessaram o PSR, em 2021, sendo que os mais representativos foram: Itaperuna, Campos dos Goytacazes, Santa Maria Madalena e São Fidélis.

Em 2021, apenas 4 companhias seguradoras habilitadas para o PSR operaram no Rio de Janeiro (Brasilseg, Mapfre, Swiss Re e Fairfax), sendo que a mais relevante, tanto no estado fluminense como no Brasil, é a Brasilseg, que correspondeu, no Rio de Janeiro a

76,7% das apólices contratadas. No Rio de Janeiro, vale ressaltar, a maioria das apólices contratadas de PSR, em 2021, são referentes à atividade pecuária (35), tendo apenas 8 apólices para a atividade agrícola.

A dinâmica das subvenções do PSR para o estado do Rio de Janeiro seguiu, de modo geral, a evolução do programa no país como um todo. Isto é, entre 2006 e 2014, as subvenções do estado registraram crescimento significativo, de 481,7%, passando de R\$ 8,6 mil para R\$ 49,8 mil. Entre 2014 e 2015, as subvenções fluminenses contraíram drasticamente (72,1%), possivelmente, por conta do forte contingenciamento de recursos por parte do Governo Federal. Porém, entre 2016 e 2020, as subvenções para o Rio de Janeiro, ao contrário do que ocorreu no Brasil, oscilou bastante, intercalando anos com fortes altas (2016, 2018, 2020 e 2021) e anos de intensas quedas (2017 e 2019) nos valores subvencionados. Vale destacar, por fim, que em 2021, o valor de subvenção do PSR no estado fluminense foi o maior de toda a série histórica, estando 42,5% acima do registrado em 2016 – ano com o segundo maior valor subvencionado, até o momento.

Em resumo: Em 2021, o Proagro fluminense correspondeu, em relação ao Brasil, a 0,48% dos contratos, 0,07% da área amparada, 0,41% do capital segurado, 0,20% da receita com valores adicionais e 0,01% das indenizações. Dessa forma, o Rio de Janeiro correspondeu ao décimo estado com maior valor amparado pelo programa. Além disso, dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, apenas 47 acessaram o programa, em 2021, sendo os mais representativos: Sumidouro, Nova Friburgo e São Francisco de Itabapoana.

No Rio de Janeiro, diferentemente do Brasil como um todo, os bancos públicos foram os maiores agentes do programa, respondendo por 89,6% da área que acessou o Proagro – ou seja, as cooperativas de crédito pouco participaram desse programa no estado fluminense. Entre os bancos públicos, o único ofertante, no Rio de Janeiro, foi o Banco do Brasil e apenas 4 cooperativas ofertaram o Proagro no estado fluminense, sendo que a principal foi a CC INT SOL DO VALE EUROPEU.

O público que acessou o Proagro no Rio de Janeiro, em 2021, foi aquele formado exclusivamente por pessoas físicas. Além disso, 39 produtos foram amparados pelo programa do Rio de Janeiro, sendo que o tomate foi o principal (café, o abacaxi, o pimentão e o quiabo também são importantes).

Por fim, entre 2013 e 2021, nota-se uma queda dos principais indicadores do Proagro do Rio de Janeiro, sendo a única exceção foi o valor adicional (alta de 19,9%). Nesse sentido, a quantidade de contratos, o valor amparado e o valor das indenizações contraíram, respectivamente, 45,3%, 18,0% e 33,2%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PONTOS PARA REFLEXÃO

O primeiro módulo (Diagnóstico do Agronegócio Fluminense) do estudo "Agronegócio fluminense: desenvolvimento das cadeias produtivas estratégicas" elaborou um retrato do agronegócio fluminense, bem como da sua evolução desde os Anos 2000 por meio de uma ampla compilação de dados comparáveis disponíveis, principalmente em fontes oficiais. A partir desses números, diversos aspectos da evolução da economia geral do estado do Rio de Janeiro, bem como das atividades agropecuárias e da agroindústria fluminense ficaram mais claras e fundamentarão as análises do segundo módulo do presente estudo "Propostas voltadas à competitividade das cadeias produtivas".

Economia Geral

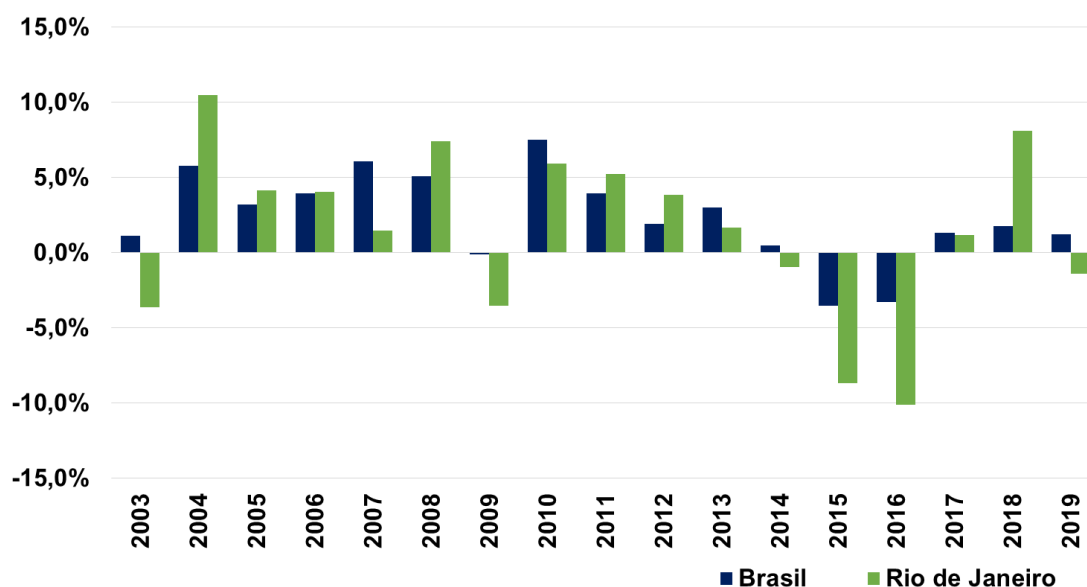
Desde os Anos 2000, a economia brasileira passou por períodos de crescimento mais acelerados, porém, também por momentos de expansão mais moderada e até por recessões, notadamente em 2009, entre 2015 e 2016 e em 2020 devido à pandemia. Naturalmente, o estado do Rio de Janeiro não passou ileso por essa conjuntura. Na realidade, observando apenas a evolução do Índice de Atividade Econômica, do Banco Central, no acumulado desde o ano 2003, a economia fluminense cresceu menos que o agregado brasileiro. Obviamente, as bases de comparação são diferentes e ajudam a explicar essa dinâmica. No entanto, mesmo desagregando essa evolução pela variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), fica claro que, no período, o estado do Rio de Janeiro registrou um crescimento superior ao Brasil somente em três anos, a saber, 2009, 2014 e 2015 (Gráfico 158).

Dado que o Rio de Janeiro conta com o segundo maior mercado interno – em termos de massa de rendimentos – entre as Unidades da Federação, ficando atrás somente de São Paulo, existe a percepção de que há características na economia fluminense que adicionaram dificuldades para que ela pudesse acompanhar o desempenho médio nacional. Entre os fatores observados, porém não testados, merecem destaque:

- ▣ Arranjo tributário que deteriora a competitividade da produção local frente a concorrentes de outras Unidades da Federação;
- ▣ Valor da mão de obra, notadamente nas atividades industriais (Tabela 49).

Na realidade, apesar desses obstáculos parecerem ser transversais, seu tratamento talvez seja mais efetivo (mesmo que não ideal) se for abordado de forma setorial.

Gráfico 158 – Variação anual do PIB: Brasil versus Rio de Janeiro



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.

Tabela 49 – Remuneração média real habitualmente recebida: Rio de Janeiro

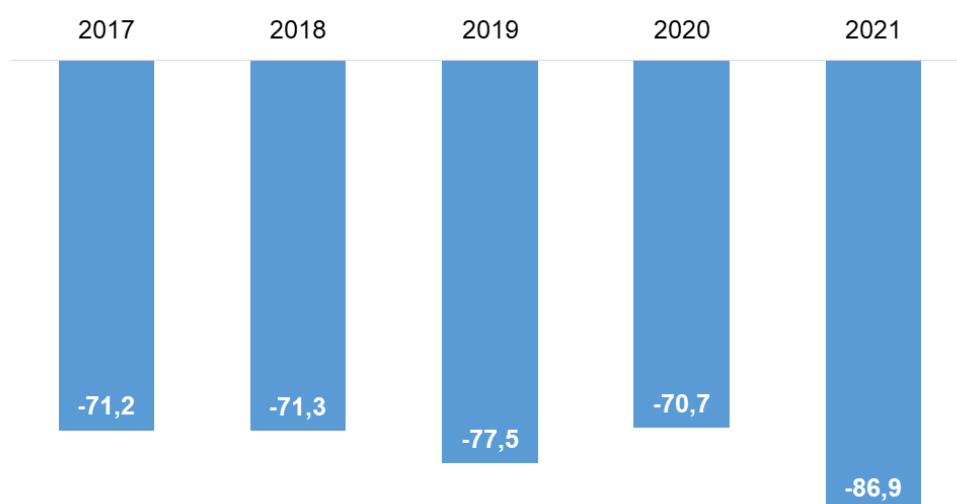
Setor	Valor (R\$ deflac. IPCA) ¹	(%) Rio de Janeiro	Taxa de cresc. ²	Taxa cresc. Acum. ³
Ativ. Agropecuárias	R\$ 1.458,55	47,4%	11,9%	-12,2%
Agricultura	R\$ 1.406,12	45,6%	16,2%	-10,9%
Pecuária	R\$ 1.524,50	49,5%	10,9%	-15,8%
Agroindústria	R\$ 2.266,59	73,6%	-3,4%	12,6%
Alimentos e Bebidas	R\$ 2.720,41	88,3%	-2,1%	31,2%
Não alimentícios	R\$ 1.836,80	59,6%	-5,3%	-4,2%
Ativ. Agropec. + Agroindústria	R\$ 1.950,03	63,3%	0,5%	4,6%
Rio de Janeiro	R\$ 3.080,33	100,0%	-7,8%	16,8%

Fonte: IBGE e FGV Agro

¹ Média últimos 4 trimestres, ² Últimos 4 trimestre, ³ Desde 2012.

Antes de prosseguir e entrar efetivamente no universo agro do Rio de Janeiro, é importante ressaltar que a balança comercial¹⁵ do estado com as demais Unidades da Federação do país considerando todos os produtos¹⁶ é, pelo menos, desde 2017 (primeiro ano da série disponível), deficitário, de acordo com as informações do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (Confaz)¹⁷. Além disso, nota-se que o deficit, de modo geral, aumentou ao longo dos anos, em termos reais, passando de R\$ 71,2 bilhões, em 2017, para R\$ 86,9 bilhões em 2021 – uma expansão de R\$ 15,7 bilhões em apenas quatro anos. Ou seja, a economia fluminense tem sido uma crescente importadora líquida de produtos de outros estados (Gráfico 159).

Gráfico 159 – Saldo da Balança Comercial Interestadual do Rio de Janeiro – R\$ bilhões de 2021



Fonte: Confaz. *Valores deflacionados pelo IPCA (ano base de 2021).

Ademais, é relevante ressaltar que, dentre todas as Unidades da Federação, o Rio de Janeiro é a que teve, em 2021, a balança comercial interestadual mais deficitária (Gráfico 160). Nesse sentido, nota-se que o estado fluminense tem uma balança comercial positiva

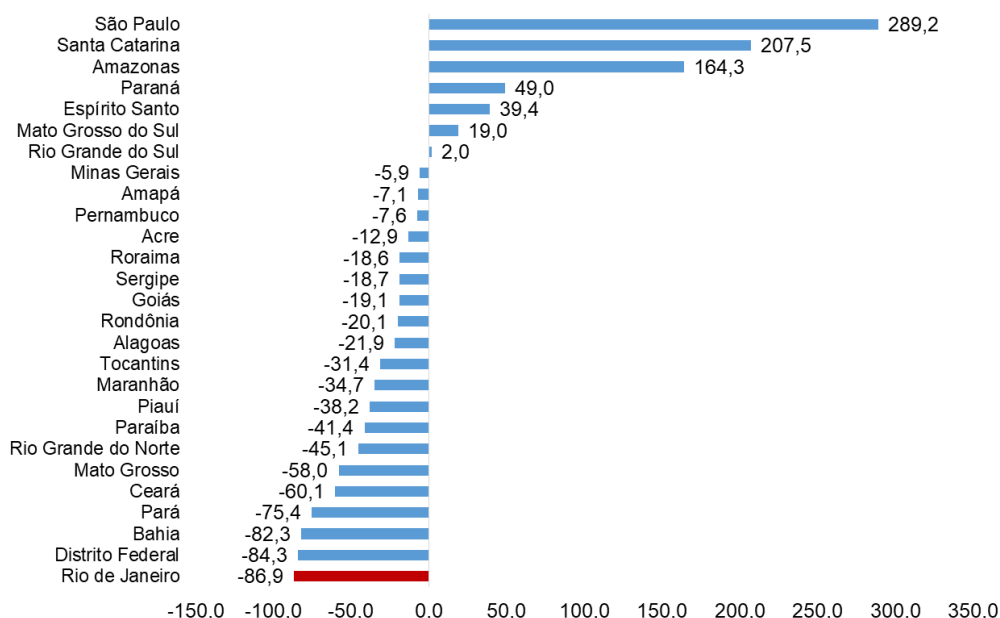
¹⁵ Diferença entre o que o Rio de Janeiro vende para as demais Unidades da Federação e o que compra desses mesmos estados.

¹⁶ Aqui não se trata do agronegócio, uma vez que não há dados desagregados. Isto é, refere-se a todos os produtos que são enviados de um estado para outro.

¹⁷ Dados disponíveis em: <<https://www.confaz.fazenda.gov.br/balanca-comercial-interestadual>>.

com 15 estados (Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pará, Mato Grosso, Roraima, Sergipe e Acre), porém, um saldo negativo bem maior com 11 Unidades da Federação (Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amapá, São Paulo, Amazonas, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais), resultando em uma balança comercial deficitária do Rio de Janeiro. É válido destacar, por fim, que o maior déficit é verificado nas relações comerciais fluminenses com os estados mineiro e capixaba (Tabela 50).

Gráfico 160 – Saldo da Balança Comercial Interestadual, por Unidade da Federação – R\$ bilhões – 2021



Fonte: Confaz.

Tabela 50 – Saldo da Balança Comercial Interestadual do Rio de Janeiro com as demais Unidades da Federação – R\$ milhões – 2017 e 2021

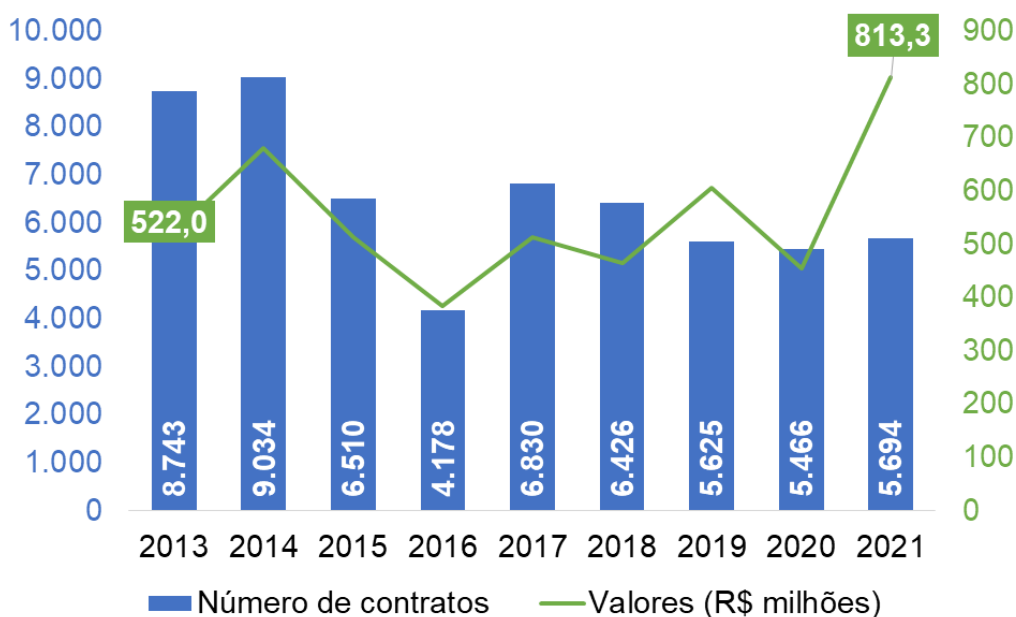
Unidade da Federação	2017	2021
Bahia	-2,4	12.844,8
Rio Grande do Sul	1.135,8	6.793,4
Pernambuco	1.378,7	5.771,2
Paraná	974,9	3.569,3
Ceará	708,1	3.164,4
Rio Grande do Norte	194,1	2.684,5
Piauí	539,0	1.098,0
Alagoas	144,7	885,0
Maranhão	1.379,6	881,9
Paraíba	1.100,1	881,5
Pará	651,0	454,4
Mato Grosso	-360,8	289,2
Roraima	53,0	271,4
Sergipe	498,7	247,9
Acre	93,6	116,5
Tocantins	-259,4	-25,7
Goiás	-1.772,3	-505,9
Distrito Federal	995,3	-1.119,0
Mato Grosso do Sul	-835,9	-1.139,5
Rondônia	-1.676,8	-1.563,8
Amapá	60,9	-2.414,9
São Paulo	-27.648,5	-11.650,2
Amazonas	-6.912,6	-13.429,9
Santa Catarina	-5.366,0	-14.656,7
Espírito Santo	-8.688,5	-25.197,9
Minas Gerais	-13.560,7	-55.101,9
Total	-57.176,4	-86.852,1

Fonte: Confaz.

Por fim, antes de seguir, é importante fazer um breve comentário sobre o crédito rural do estado do Rio de Janeiro que, atualmente, tem baixa captação e é pouco relevante em

termos nacionais. Entre 2013 e 2021, o volume concedido de crédito rural no Rio de Janeiro aumentou, em 55,8% (valores reais), porém, houve redução de 34,9% no número de contratos, indicando que os contratos estão sendo assinados com valores médios menores (-62,5%) (Gráfico 161).

Gráfico 161 – Número de contratos (unidades) e valor ofertado (R\$ milhões) via crédito rural no Rio de Janeiro



Fonte: BCB.

Nesse sentido, é relevante destacar que ao longo do tempo, houve também uma perda significativa de participação dos bancos públicos na oferta do crédito rural em termos de número de contratos, passando de 94,7%, em 2013, para 85,1%, em 2021 (Gráfico 162). O que explica essa redução do crédito rural voltado para o Rio de Janeiro?

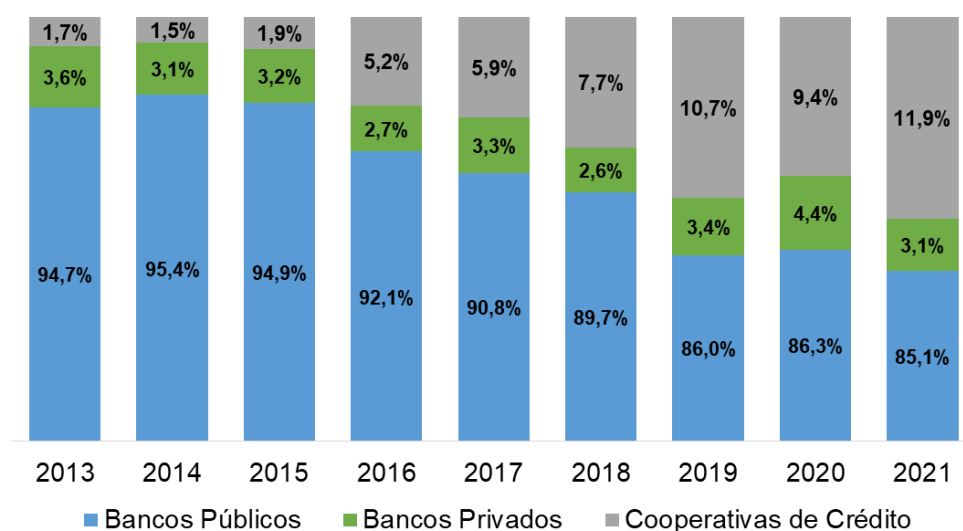
Ao longo das reuniões de trabalho da equipe da FGV com os analistas das FIRJAN, da FAERJ, do SENAI-Rio e de outras instituições relevantes, diversas hipóteses foram consideradas. Entre elas, vale a pena destacar:

- ▣ A falta de uma política de crédito rural por partes das instituições públicas voltadas às especificidades da produção agrícola e agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro;

- ▣ A mudança no desenho da produção agropecuária fluminense (notadamente, da transformação de área de produção canavieira em pastagens) levou a um menor protagonismo dos bancos públicos na oferta desse crédito e no menor volume de recursos concedidos.

Claramente, as hipóteses não são mutuamente excludentes. No entanto, não ficou claro efetivamente se a contração do crédito rural foi uma causa ou uma consequência da redução da produção agropecuária. Muito provavelmente, ambos os efeitos são válidos e se retroalimentam.

Gráfico 162 – Participação dos ofertantes no número de contratos, no Rio de Janeiro (%)



Fonte: BCB.

Atividades Primárias

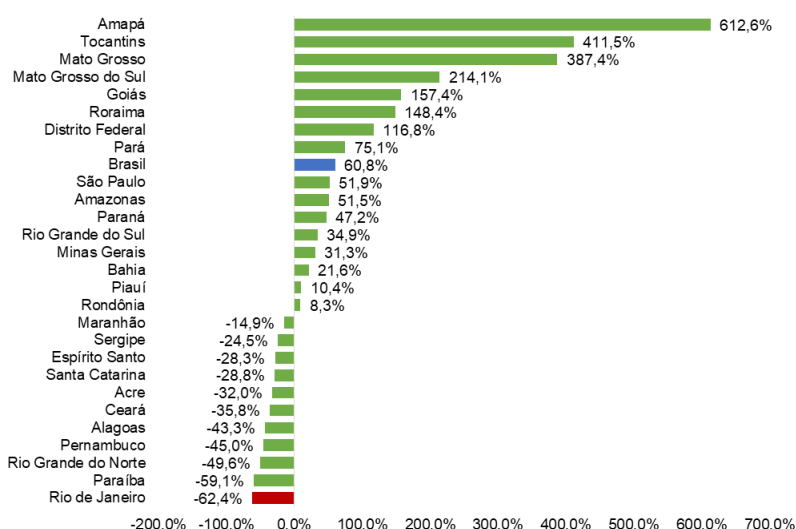
As atividades agropecuárias respondem por uma fração menor do PIB fluminense, em comparação com a média nacional. Dadas as características territoriais dessa Unidade da Federação, essa característica não é surpreendente. No entanto, vale ressaltar que, entre 1995 e 2020, de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, o estado do Rio de Janeiro foi aquele que teve a maior contração da área plantada (Gráfico 163); passando de 294 mil hectares, em 1995, para 111 mil hectares, em 2020; uma redução de

62,4%. Em termos absolutos, houve perda de 183 mil hectares e uma contração de R\$ 1,022 bilhão, já em valores deflacionados pelo IGP-DI, da FGV.

Claramente, a redução da área dedicada aos canaviais explica fração importante desse movimento. A perda de mais de R\$ 1 bilhão no valor bruto da produção das lavouras reflete uma contração bem maior na renda gerada, especialmente, no interior do estado do Rio de Janeiro, pois o valor anterior não contabiliza o efeito multiplicador.

Apesar dos números desfavoráveis, há casos de sucesso que, talvez, possam ser replicados, como a produção de café de qualidade e com boa produtividade em Varre-Sai e na Região Noroeste. Outra atividade que merece destaque (e será dado mais adiante) é a produção de cachaça, inclusive com boa inserção no mercado internacional.

Gráfico 163 – Evolução da área plantada, entre 1995 e 2020, por Unidade da Federação (%)

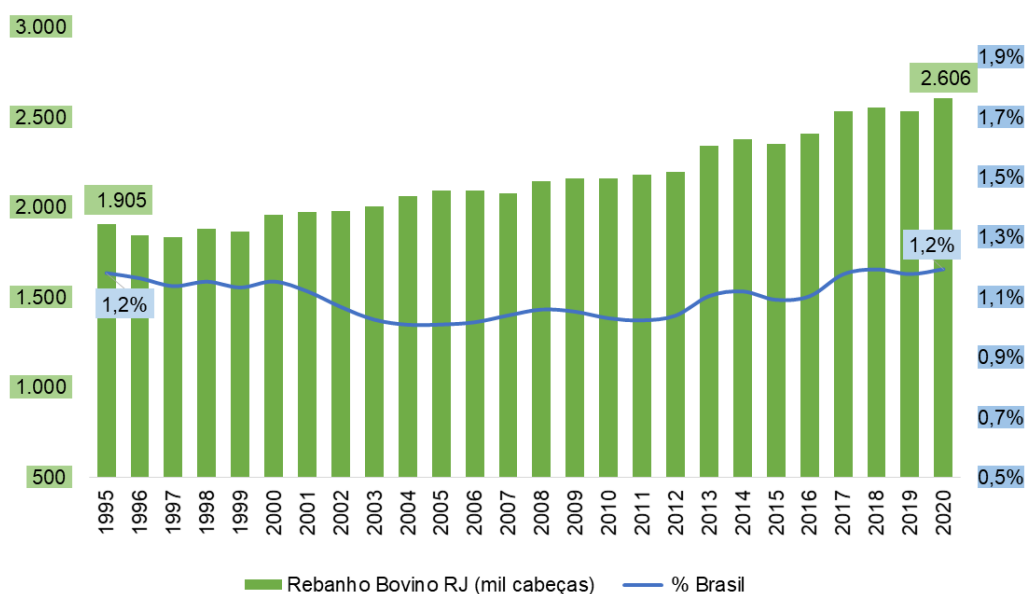


Fonte: IBGE.

A situação para as atividades pecuárias é diferente. De acordo com o Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), do IBGE, embora, entre 1995 e 2020, tenha havido forte contração no rebanho de frango (-43,5%) e suíno (-72,0%), o rebanho bovino cresceu (36,8%) em um ritmo bem próximo da média nacional (36,5%). Com isso, o rebanho bovino aumentou de 1,9 milhão de cabeças, em 1995, para 2,6 milhões de cabeças, em 2020, mantendo a participação do estado do Rio de Janeiro no estoque bovino nacional praticamente

constante (em 1,2% do total) ao longo de todo o período (Gráfico 164). Esse aumento do rebanho bovino explica parte da contração dos canaviais mencionado anteriormente. Por fim, também é importante mencionar que a produção fluminense de outros produtos de origem animal, como leite (crescimento de 2,6% no período), não conseguiu acompanhar a média brasileira (115,2%).

Gráfico 164 – Rebanho bovino do Rio de Janeiro (mil cabeças e participação no país)



Fonte: IBGE.

A oferta competitiva de grãos se mostrou um importante desafio para o desenvolvimento das cadeias de proteína animal, exceto para a pecuária bovina. Por um lado, até que ponto é possível tornar o estado do Rio de Janeiro mais eficiente para atender parte da sua demanda interna? Se houver a necessidade de buscar esses grãos fora das fronteiras fluminenses, é possível utilizar o Porto do Açu como um canal estratégico? Nesse caso, a lógica também poderia se aplicar para a oferta local de fertilizantes.

Ainda sobre o Porto do Açu, localizado no município de São João da Barra, no norte fluminense, é importante destacar que esse complexo pode ajudar o Rio de Janeiro a se firmar no agronegócio nos próximos anos, uma vez que a região pode entrar efetivamente na rota de escoamento de soja e milho e de importação de fertilizantes.

Para dar uma dimensão da sua importância é relevante considerar que, em setembro/2020, pela primeira vez, o porto movimentou uma carga de fertilizantes, quando recebeu, aproximadamente, 25 mil toneladas de cloreto de potássio provenientes da Rússia. Em novembro do mesmo ano, o mesmo complexo portuário recebeu mais 11 mil toneladas de sulfato de amônia. Ou seja, desde o final de 2020, o porto colocou o estado do Rio de Janeiro na rota de nutrientes que o país importa, sendo que, até então, essa Unidade da Federação era uma das poucas da costa brasileira que ainda não movimentava esse tipo de produto.

Além da importação de fertilizantes, o Porto do Açu pode ser uma porta de escoamento de produtos do agro, sobretudo, soja. Isto é, como as cargas de fertilizantes que chegam ao Açu têm como principal destino Minas Gerais, a ideia é de que os caminhões que partem com esses produtos voltem trazendo soja para o porto. Além disso, há a expectativa de que esse porto possa se tornar uma porta de escoamento de produtos do Centro-Oeste, tais como soja e milho.

Por fim, é importante destacar que, além da importação de fertilizantes e exportação de grãos, o complexo portuário tem planos para construir uma indústria de fertilizantes nitrogenados no local, a qual reduziria a dependência externa do Brasil e daria um destino ao gás natural produzido internamente, sobretudo, o do estado fluminense.

Adicionalmente, é importante salientar brevemente a importância da olericultura para o Rio de Janeiro que, de acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio)¹⁸, se destaca como atividade estratégica do desenvolvimento rural e está presente em praticamente todo o território fluminense.

Nesse sentido, ainda de acordo com a Emater-Rio, em 2020, a produção agrícola do setor de olericultura no estado do Rio de Janeiro foi de 791,1 mil toneladas. Entre todos os grupos de cultura, os frutos são os mais relevantes para a economia fluminense, respondendo por 48,0% do total (379,6 mil toneladas). Em seguida estão as folhosas (275,1 mil toneladas ou 32,5%) e as raízes e tubérculos (154,5 mil toneladas ou 19,5%) (Gráfico 165).

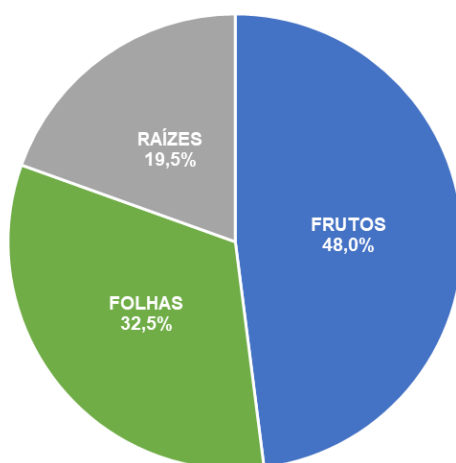
Detalhando um pouco mais, constata-se que os cinco principais frutos são: tomate, chuchu, pepino, pimentão e jiló – juntos representam 76% da produção total desse grupo. Entre as

¹⁸ Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/cult2018.pdf>>.

folhosas, as culturas mais relevantes são alface, couve, couve-flor, repolho e brócolos que, em conjunto respondem por 84% da produção total desse grupo de culturas. Já os principais produtos no grupo raízes e tubérculos são aipim, inhame, batata doce, cenoura e beterraba, representando 99,6% da produção total.

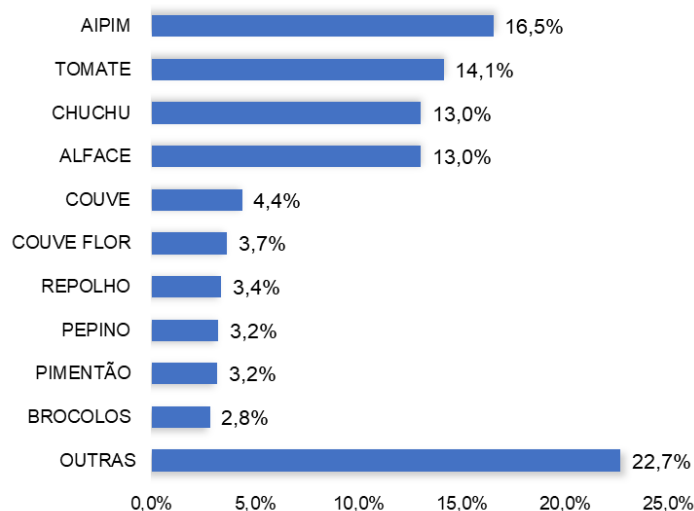
De forma agregada, considerando todas as olerícolas produzidas no estado sem discriminação por tipo de cultura, as principais são aipim, tomate, chuchu, alface, couve, couve-flor, repolho, pepino, pimentão e brócolos, que juntas representam 77,3% da produção total da olericultura fluminense (Gráfico 166).

Gráfico 165 – Participação dos grupos de cultura no total da produção agrícola da olericultura no Rio de Janeiro, em 2020 (%)



Fonte: Emater-Rio.

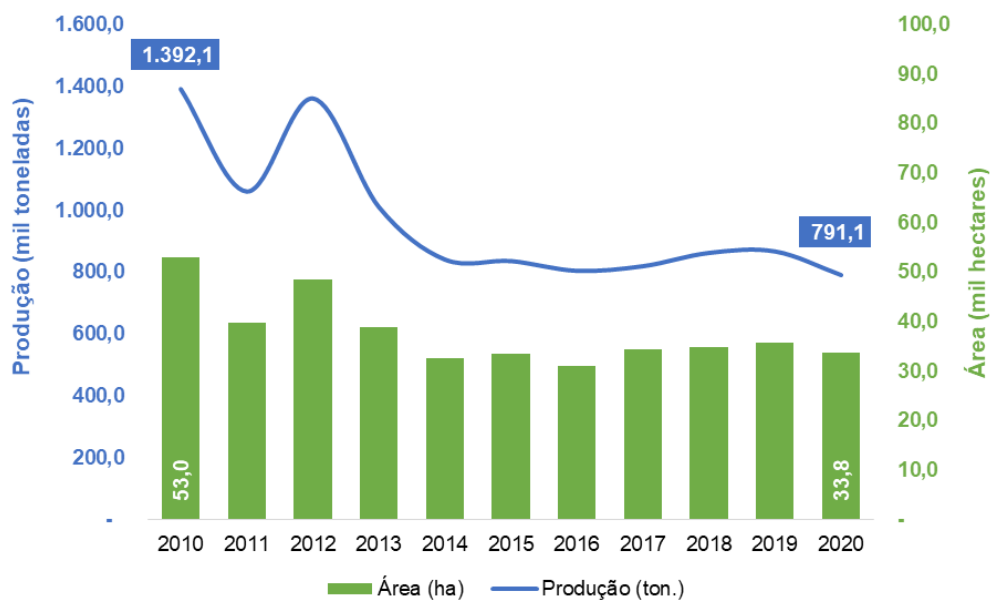
Gráfico 166 – Participação das dez principais culturas no total da produção agrícola da olericultura no Rio de Janeiro, em 2020 (%)



Fonte: Emater-Rio.

Em termos de evolução, contudo, observa-se que, nos últimos 10 anos a produção agrícola do setor de olericultura no estado fluminense encolheu 43,2%, saindo de 1,4 milhão de toneladas, em 2010, para 791,1 mil toneladas, em 2020. Nesse mesmo período, a área colhida recuou 36,3%, passando de 53,0 mil para 33,8 mil hectares (Gráfico 167). Desagregando por grupo de cultura, todos registraram queda ao longo do tempo, no entanto, as folhas tiveram as maiores contrações do que os frutos e as raízes, tanto em produção como em área colhida. Como a produção das olericulturas contraiu em uma intensidade maior do que a área colhida, constata-se que a produtividade média (razão entre produção e área colhida) recuou 10,8%, passando de 26,3 para 23,4 toneladas por hectare entre 2010 e 2020, segundo as informações da Emater-Rio. Entre os grupos, o de frutos foi o único que registrou expansão da produtividade (0,5%, no período) – a alta se deve à uma queda relativamente maior da área colhida (-34,4%) do que da produção (-34,0%). As folhas e as raízes, por sua vez, registraram contração da produtividade média de, respectivamente, -8,5% e -13,1% - nesses casos, a contração da produção foi mais intensa do que a da área colhida (Tabela 51).

Gráfico 167 – Evolução da área colhida e da produção da olericultura no Rio de Janeiro



Fonte: Emater-Rio.

Tabela 51 – Produção, área colhida e produtividade média dos grupos de cultura da olericultura no Rio de Janeiro, em 2010 e 2020

Grupos de Culturas	2010	2020	Var. (%)
	Produção Colhida (toneladas)		
Folhas	631.159	257.073	-59,3%
Frutos	575.458	379.556	-34,0%
Raízes	185.451	154.473	-16,7%
Total	1.392.067	791.103	-43,2%
Área Colhida (hectares)			
Folhas	21.734	9.671	-55,5%
Frutos	19.455	12.766	-34,4%
Raízes	11.809	11.324	-4,1%
Total	52.998	33.761	-36,3%
Produtividade Média (tonelada/hectare)			
Folhas	29,0	26,6	-8,5%
Frutos	29,6	29,7	0,5%
Raízes	15,7	13,6	-13,1%
Total	26,3	23,4	-10,8%

Fonte: Emater-Rio.

As culturas que apresentaram o maior crescimento do volume de produção, entre 2010 e 2020 foram: pimenta (818,3%), beralha (97,4%) e milho verde (88,3%) – porém, mesmo com essas expressivas expansões continuam tendo baixa representatividade no total da produção de olericultura do estado (respectivamente, 0,0%, 0,1% e 2,1%). Por sua vez, as culturas que tiveram suas produções reduzidas em maiores intensidades foram: agrião (-92%), chicória (-91%) e nabo (-90%) – as três culturas perderam representatividade, no entanto, nunca tiveram grande relevância, uma vez que correspondiam conjuntamente, em 2010, a apenas 6,4% do total (em 2020, a participação foi para 0,9%).

Em 2020, segundo os dados da Emater-Rio, 90 dos municípios fluminenses cultivaram algum produto da olericultura, ou seja, é uma atividade dispersa pelo território, porém, tem a maior da parte da produção e da área concentrada em poucos lugares. Isto é, os 10 maiores municípios em produção de olerícolas representaram 74% da produção e 67% da área total cultivada com olerícolas no estado. Entre os top 10 em produção, estão os municípios de Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Bom Jardim, Nova Friburgo, São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e São José de Ubá.

Por fim, um comentário sobre a produção de pescados é fundamental. Infelizmente, não foram encontrados dados oficiais e comparáveis para delimitar a dimensão que o setor pode ter. Porém, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), por meio do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro¹⁹, realiza periodicamente um acompanhamento²⁰ do setor.

Nesse sentido, de acordo com a FIPERJ, em 2021, a produção do estado atingiu 50.554 toneladas de pescado, sendo a pesca industrial responsável por 81% e a artesanal por 19% do total. Além disso, os 5 principais municípios fluminenses mais representativos tanto nas descargas industriais como artesanais foram: Niterói (37%), Angra dos Reis (23%), Cabo Frio (18%), São Gonçalo (17%) e Paraty (2%) (Gráfico 168). Ademais, as 20 principais categorias de pescado registradas, em 2021, totalizaram 89% (45.050 toneladas) das capturas no ano, sendo que, apenas as sardinha-verdadeira, boca-torta e laje responderam por 54% do total (Tabela 52).

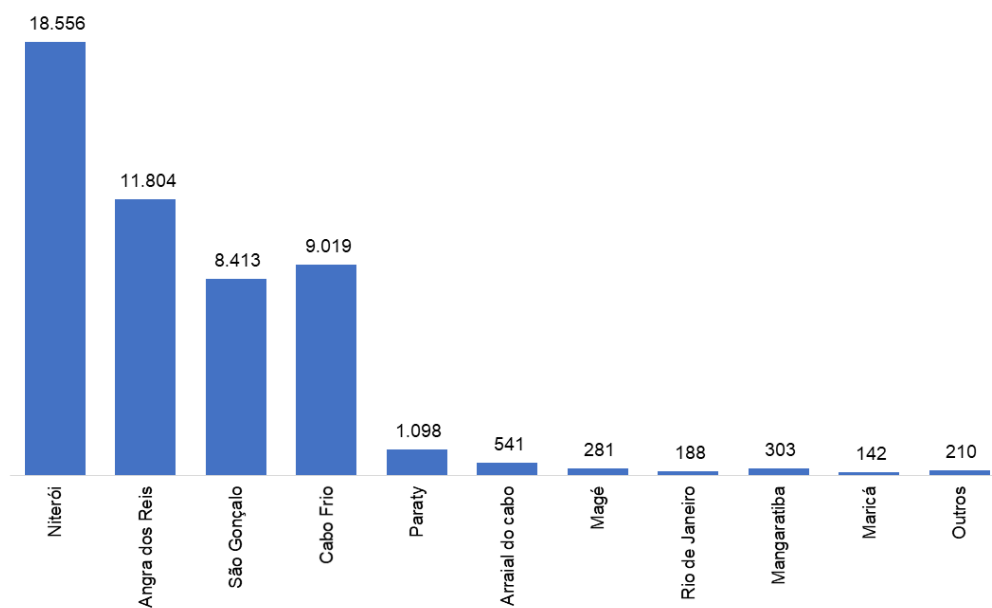
É importante salientar, por fim, que o volume capturado pela pesca, em 2021, pelo estado do Rio de Janeiro foi 36,0% menor do que o realizado em 2011 (78.991 toneladas). Ou seja, o estado já foi muito mais relevante na atividade de pesca marinha e, ao longo do tempo, foi perdendo relevância. Nesse sentido, fica claro que o fortalecimento do Complexo Pesqueiro no estado seria um ativo a ser explorado, pois trata-se de uma cadeia que o estado já teve muita tradição e que incorpora, inclusive, a indústria naval - aliás, o Rio de

¹⁹ FIPERJ. Estatística Pesqueira do Estado do Rio de Janeiro. Consulta On-line. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). Disponível em: <http://pescarj.fundepag.br/>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

²⁰ O projeto busca consolidar os dados obtidos através do monitoramento das descargas de pescado em 15 municípios costeiros: Cabo Frio; Arraial do Cabo; Araruama; Saquarema; Maricá; Niterói; São Gonçalo; Itaboraí; Magé; Duque de Caxias; Rio de Janeiro; Itaguaí; Mangaratiba; Angra dos Reis; e Paraty.

Janeiro é o polo mais importante dessa indústria no país. Além disso, do lado da demanda, o mercado interno fluminense complementa o potencial dessa cadeia.

**Gráfico 168 – Produção de pescados por município do Rio de Janeiro, em 2021
(toneladas)**



Fonte: FIPERJ.

**Tabela 52 – Produção de pescados por tipo/espécie, no Rio de Janeiro, em 2021
(toneladas)**

Por tipo/espécie	Toneladas	Part. (%)
Sardinha-verdadeira	13.718	27%
Sardinha-boca-torta	7.473	15%
Indeterminado*	7.155	14%
Sardinha-laje	6.352	13%
Xereletes	2.581	5%
Corvina	1.222	2%
Carapau-de-cauda	938	2%
Dourado	822	2%
Cavalinha	712	1%
Atum	708	1%
Outros	8.874	18%
Total	50.554	100%

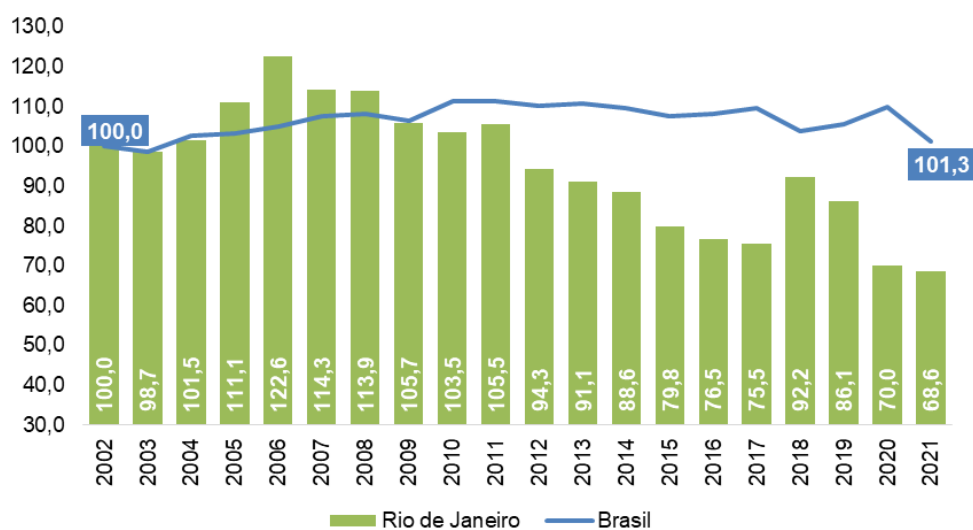
Fonte: FIPERJ.

Agroindústria

Ao desagregar os números da agroindústria fluminense entre seus dois principais segmentos - de um lado produtos alimentícios e, de outro, bebidas -, fica evidente que essa indústria no estado do Rio de Janeiro tem um perfil distinto do panorama nacional, com um peso significativamente maior de bebidas. Esse peso maior do setor de bebidas atenuou o descolamento da agroindústria fluminense, cuja dinâmica fica mais clara ao observar o volume de produção de produtos alimentícios: entre 2002 e 2021, a agroindústria de produtos alimentícios brasileira praticamente "andou de lado" registrando uma leve expansão de 1,3% no acumulado de todo esse período, alternando períodos de crescimento e de retração. Já esse segmento no estado do Rio de Janeiro teve uma contração de 31,4% (Gráfico 169).

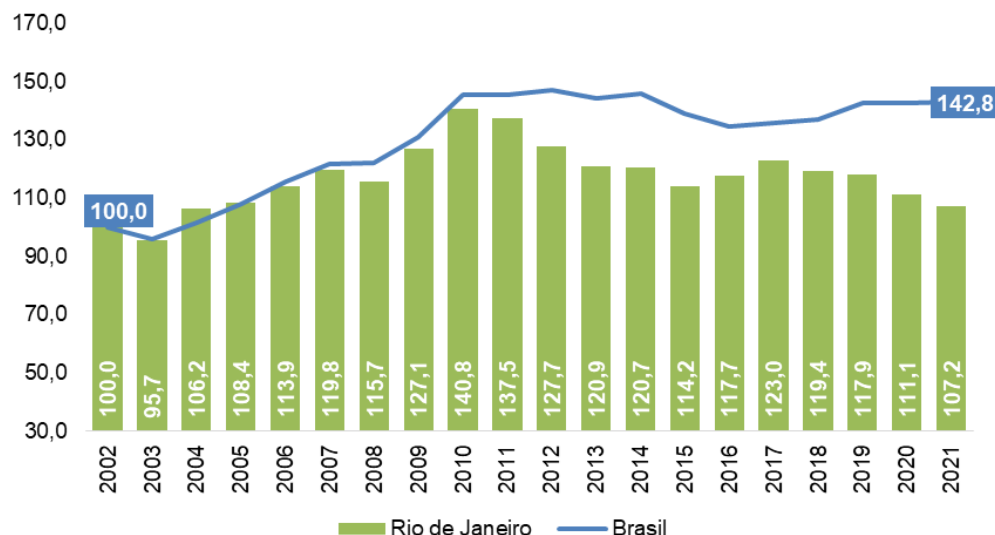
No acumulado do mesmo período, o setor de bebidas fluminense cresceu 7,2%, enquanto no Brasil esse mesmo setor expandiu sua produção em 42,8%. Por mais que não tenha conseguido acompanhar o ritmo nacional, o setor de bebidas do estado do Rio de Janeiro atenuou a queda da agroindústria local (Gráfico 170).

Gráfico 169 – Índice de produção de produtos alimentícios, no Rio de Janeiro e Brasil – 2002 a 2021 (índice de base fixa, média de 2002 = 100)



Fonte: IBGE.

Gráfico 170 – Índice de produção de bebidas, no Rio de Janeiro e Brasil – 2002 a 2021 (índice de base fixa, média de 2002 = 100)



Fonte: IBGE.

Conforme destacado anteriormente, além das bebidas mais "massificadas", como refrigerantes e cervejas, a produção da cachaça fluminense é um case de muito sucesso, conquistando prestígio dentro do setor e inserção no mercado internacional. Essa pode ser uma abordagem interessante para uma fração do setor, se especializando em nichos. Dado as características do mercado interno local, certamente essa mesma lógica pode se aplicar para a agroindústria de produtos alimentícios.

Claramente, a agroindústria fluminense tem encontrado obstáculos maiores que a média brasileira para encontrar uma trajetória sustentável de crescimento. Esses obstáculos parecerem ter uma natureza horizontal entre os diversos segmentos da indústria de transformações, incluindo a agroindústria. Além disso, dada a dimensão e a evolução do mercado interno do Estado do Rio de Janeiro, há evidências consistentes de que esses obstáculos residem majoritariamente do lado da oferta.

Em diversas conversas com os analistas das FIRJAN, da FAERJ, do SENAI-Rio e de outras instituições relevantes, o arranjo tributário emergiu como um dos fatores mais importante para reduzir a competitividade da agroindústria local, inclusive, frente aos seus concorrentes de outras unidades da federação. Nessa direção, nas reuniões de trabalho, três soluções foram sugeridas de forma recorrente:

- ▣ Retirada da substituição tributária;
- ▣ Concessões de regime tributário diferenciado;
- ▣ Instituição da antecipação tributária para os produtos produzidos em outras unidades da federação.

Certamente, nas cadeias produtivas a serem analisadas no próximo módulo do presente projeto, essas opções devem ser consideradas. Independente de qual seja a medida de correção, está claro que há fatores do lado da oferta que têm comprometido a competitividade de agroindústria fluminense. Muito provavelmente a estrutura tributária pode ser uma fonte importante desse desalinhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assunção, Juliano; Souza, Priscila; Figueiredo, Beatriz. **Canais de distribuição do crédito rural: desenho dos serviços financeiros geram incertezas para o produtor.** Resumo para Política Pública. Climate Policy Initiative/ Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas da PUC-Rio, 2018.

Banco do Brasil (BB). **Proagro - Protege o crédito do produtor rural em caso de fenômenos naturais, pragas e doenças.** Disponível em: <[https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/Proagro#/>. 2021. Acesso em: 13 de out.2021.](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/Proagro#/)

Banco Central do Brasil (BCB). **Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.** Resumo de instruções para o beneficiário. Atualização nº 6, de 9 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/proagro_docs/resumo_instrucoes_Proagro.pdf>. Acesso em: 13 de out.2021.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução.** Piracicaba, 2017.

FIPERJ. **Estatística Pesqueira do Estado do Rio de Janeiro.** Consulta On-line. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). Disponível em: <<http://pescarj.fundepag.br/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2022>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Evolução do crédito rural nos últimos anos-safra.** Carta de Conjuntura. n. 43, 2. Trim. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9286/1/cc_43_nt_evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20cr%C3%A9dito_rural.pdf>.

Manual do Crédito Rural (MCR). **Atualização MCR nº 695, de 7 de maio de 2021.** Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>>. Acesso em: 13 de out.2021.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano Safra 2021/2022: cada vez mais verde.** Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2021-2022>>.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Guia dos Seguros Rurais.** mar. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/publicacoes-seguro-rural/guia-do-seguro-rural-2021.pdf>>. Acesso em: 30 de set.2021. 2021a.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Proagro: saiba mais sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.** Disponível em: <

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/proagro>>. 2021b. Acesso em: 13 de out.2021.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Guia dos Seguros Rurais**. mar. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/publicacoes-seguro-rural/guia-dos-seguros-rurais>>. Acesso em: 29 de set.2021.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Requisitos Básicos para Capacitação de Peritos Rurais**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/capacitacao/requisitos-basicos-para-capacitacao-de-peritos-rurais-vol-1-1.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2021.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Seguro Rural: Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural**. Relatório Geral, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/documentos-seguro-rural/copy4_of_RelatorioGeralPSR2019.pdf. Acesso em: 30 de set. 2021.

Wedekin, Ivan. **Política agrícola no Brasil: o agronegócio na perspectiva global**. 1. ed. São Paulo: WDK Agronegócio, 2019. 356 p.